

2021

A educação sexual e o curso de pedagogia: uma proposta introdutória para licenciados e licenciadas.

CARDOSO , Evelin Chaiane de Souza

Universidade Estadual do Norte do Paraná

<https://repositorio.uenp.edu.br/handle/123456789/626>

Baixado de Repositório Institucional UENP



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO
PARANÁ**

Campus Cornélio Procópio

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO**

EVELIN CHAIANE DE SOUZA CARDOSO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL E O CURSO DE PEDAGOGIA:
UMA PROPOSTA INTRODUTÓRIA PARA LICENCIANDOS E
LICENCIANDAS**

EVELIN CHAIANE DE SOUZA CARDOSO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL E O CURSO DE PEDAGOGIA:
UMA PROPOSTA INTRODUTÓRIA PARA LICENCIANDOS
E LICENCIANDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Cornélio Procópio, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Carozza Frasson Costa

Ficha catalográfica elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

dC268e de Souza Cardoso, Evelin Chaiane
A EDUCAÇÃO SEXUAL E O CURSO DE PEDAGOGIA: UMA
PROPOSTA INTRODUTÓRIA PARA LICENCIADOS E LICENCIANDAS
/ Evelin Chaiane de Souza Cardoso; orientadora
Priscila Carozza Frasson Costa - Cornélio Procópio,
2021.
120 p. :il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) -
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós
Graduação em Ensino, 2021.

1. Curso de Pedagogia. 2. Educação Sexual. 3.
Formação inicial. 4. Saberes docentes. 5.
Sexualidade. I. Carozza Frasson Costa, Priscila ,
orient. II. Título.

EVELIN CHAIANE DE SOUZA CARDOSO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL E O CURSO DE PEDAGOGIA:
UMA PROPOSTA INTRODUTÓRIA PARA LICENCIANDOS
E LICENCIANDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Cornélio Procópio, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino.

Após realização de Defesa Pública o trabalho foi considerado:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Profa. Dra. Mary Neide Damico Figueiró
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Marília Bazan Blanco
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Cornélio Procópio, 30 de abril de 2021.

*A Deus, por estar ao meu lado em
todos os momentos.
Sem Ele nada seria possível.*

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de agradecer as pessoas que, de algum modo, estiveram presentes nesse processo extremamente importante para o meu crescimento pessoal e profissional.

Primeiramente, agradeço a Deus que, em sua infinita bondade, sempre esteve ao meu lado direcionando meu caminho em cada passo que eu trilhei até aqui. Sou muito grata pelas pessoas que Ele colocou em minha vida e por me permitir realizar mais um sonho.

À minha família do coração, Flávia, Rodrigo, Gabrielle e Caroline. Gratidão por estarem ao meu lado em todos os momentos. Amo vocês.

Ao Guilherme de Almeida Freitas, por toda a parceria, cuidado, ajuda, compreensão e incentivo, sobretudo durante a realização do Mestrado. Sou imensamente grata a você por tudo.

À minha orientadora Dr.^a Priscila Carozza Frasson Costa, por ter me auxiliado, em todo o percurso desta pesquisa, com muita competência, profissionalismo e dedicação. Gratidão Prof.^a, por todos os seus ensinamentos e contribuições.

À Caroline Alfieri Massan, pela amizade, atenção, contribuições e por toda disposição em me ajudar, desde antes do processo de seleção até a etapa final do Mestrado. Gratidão por tudo, Carol.

Ao Matheus Candido, que generosamente ofereceu sua casa para que eu pudesse ficar, nas primeiras idas a Cornélio Procópio, para a realização das disciplinas do mestrado.

Aos amigos de estrada e do coração, Daiana, Leandro e Regiane, com os quais partilhei inúmeras viagens para a realização das disciplinas. Juntos, compartilhamos alegrias, tristezas, gastos e muitos conhecimentos. Gratidão a vocês por terem tornado a caminhada mais leve.

Aos professores, funcionários e colegas de turma do PPGEN-UENP, por todas as contribuições, suporte e experiências compartilhadas, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Não citarei nomes para não correr o risco de esquecer alguma das muitas pessoas que tive o prazer de conhecer durante essa caminhada.

À coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade em que a pesquisa foi desenvolvida, Roseli de Cássia Afonso, por todo o apoio e incentivo manifestado desde a apresentação da proposta de intervenção com os licenciandos em Pedagogia.

Aos participantes do meu curso de introdutório em Educação Sexual, em especial às amigas queridas: Ana Caroline, Anne Caroline, Caroline, Luana e Pâmela, que se mobilizaram para a divulgação e participação no curso. Obrigada pelo carinho, meninas!

Agradeço também às Doutoradas Mary Neide Damico Figueiró e Marília Bazan Blanco, por todas as contribuições para esta pesquisa. Gratidão em tê-las como membro da banca da qualificação e defesa, pois são profissionais admiráveis.

Enfim, agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa!

CARDOSO, Evelin Chaiane de Souza. **A Educação Sexual e o curso de Pedagogia**: uma proposta introdutória para licenciandos e licenciadas. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no curso de licenciatura em Pedagogia de uma Universidade Estadual do Paraná, com a pretensão de responder à seguinte questão norteadora: Quais aproximações podemos estabelecer entre os saberes docentes e os “saberes” da Educação Sexual Emancipatória, por meio de um curso introdutório em que ideias foram mobilizadas e construídas por licenciandos e licenciandas em Pedagogia? Destarte, o objetivo geral foi investigar se houve aproximação entre os saberes docentes e os saberes da Educação Sexual Emancipatória em atividades realizadas por licenciandos e licenciandas em Pedagogia durante um curso introdutório e explicitá-las. Os objetivos específicos foram: I) Consultar se a Proposta Pedagógica de Curso (PPC) e a Matriz Curricular, do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), *Campus* de Jacarezinho, contemplam abordagens referentes à Educação Sexual; II) Identificar, por meio da aplicação de questionário e entrevistas, as necessidades formativas que os licenciandos e licenciandas possuem para com a temática; III) Desenvolver e implementar um curso introdutório para os licenciandos e licenciandas em Pedagogia, utilizando pressupostos teórico-metodológicos referentes ao ensino da Educação Sexual Emancipatória. IV) Analisar os resultados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD). À vista disso, após consultar a PPC do curso de Pedagogia da UENP, *Campus* de Jacarezinho, aplicar questionário e entrevistas, foi desenvolvido e implementado o curso introdutório referente à Educação Sexual Emancipatória com licenciandos e licenciandas em Pedagogia, considerando os temas de interesse dos mesmos. Os dados alcançados foram analisados mediante a Análise Textual Discursiva, a qual, por meio de categorias e subcategorias, possibilitou a apresentação dos resultados. Por meio da análise, foi possível estabelecer relação entre os saberes docentes e os “saberes” da Educação Sexual Emancipatória; entretanto, os resultados apontaram que os saberes da formação profissional, saberes disciplinares, curriculares e experienciais são pouco desenvolvidos no curso de Pedagogia, no tocante à Educação Sexual Emancipatória.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Educação Sexual. Formação inicial. Saberes docentes. Sexualidade.

CARDOSO, Evelin Chaiane de Souza. **Sex education and the Pedagogy course:** an introductory proposal for undergraduate students. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2021.

ABSTRACT

This research was developed in the Pedagogy degree course of a State University of Paraná, with the intention of answering the following guiding question: What approaches can we establish between the teaching knowledge and the “knowledge of Emancipatory Sexual Education”, through a course introductory in which ideas were mobilized and built by undergraduate students in Pedagogy? In this way, the general objective was to investigate whether there was an approximation between the teaching knowledge and the knowledge of Emancipatory Sexual Education in activities carried out by undergraduate students in Pedagogy during an introductory course and to explain them. The specific objectives were: I) See if the Pedagogical Course Proposal (PCP) and the Curricular Matrix, of the Pedagogy degree course at the State University of Northern Paraná (UENP), Jacarezinho *Campus*, include approaches related to Sexual Education; II) Identify, through the application of a questionnaire and interviews, the training needs that the undergraduate students have regarding the topic; III) Develop and implement an introductory course for graduate students in Pedagogy, using theoretical and methodological assumptions related to the teaching of Emancipatory Sexual Education. IV) Analyze the results in the light of Textual Discourse Analysis (TDA). In view of this, after consulting the PCP of the Pedagogy course at UENP, Jacarezinho *Campus*, applying a questionnaire and interviews, the introductory course on Emancipatory Sexual Education with undergraduate students in Pedagogy was developed and implemented, considering the topics of interest to them. The data obtained were analyzed by means of Discursive Textual Analysis, which, through categories and subcategories, made it possible to present the results. Through the analysis, it was possible to establish a relationship between the teaching knowledge and the “knowledge of Emancipatory Sexual Education”; however, the results showed that the knowledge of professional training, pertinent to the disciplinary, curricular and experiential knowledge is poorly developed in the Pedagogy course, regarding to Emancipatory Sexual Education.

Keywords: Pedagogy Course. Sexual Education. Initial formation. Teaching knowledge. Sexuality.

LISTA DE FIGURA E QUADROS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Mural do curso | 70 |
| Quadro 1 - Participante do curso | 61 |
| Quadro 2 - Participantes da aplicação do questionário | 63 |
| Quadro 3 - Participantes entrevistadas | 64 |
| Quadro 4 - Resumo geral dos encontros do curso | 66 |
| Quadro 5 - Resumo do primeiro encontro | 67 |
| Quadro 6 - Resumo do segundo encontro | 68 |
| Quadro 7 - Resumo do terceiro encontro | 68 |
| Quadro 8 - Resumo do quarto encontro | 69 |
| Quadro 9 - Resumo do quinto encontro | 70 |
| Quadro 10 - Resumo das categorias e subcategorias a priori | 74 |
| Quadro 11 - Resumo da categoria e subcategoria emergente | 75 |
| Quadro 12 - Categorias a priori, definições e critérios de análise | 79 |
| Quadro 13 - Categoria emergente, definições e critérios de análise | 81 |
| Quadro 14 - Categoria a priori, subcategorias e excertos | 82 |
| Quadro 15 - Categoria a priori, subcategorias e excertos | 86 |
| Quadro 16 - Categoria a priori, subcategoria e excertos | 89 |
| Quadro 17 - Categoria a priori, subcategorias e excertos | 90 |
| Quadro 18 - Categoria emergente, subcategoria e excertos | 93 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| AIDS | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida |
| BDTD | Biblioteca Digital de Teses e Dissertações |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior |
| CCHE | Centro de Ciências Humanas e da Educação |
| DST | Doenças Sexualmente Transmissíveis |
| EF | Ensino Fundamental |
| EI | Educação Infantil |
| EM | Ensino Médio |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| ES | Educação Sexual |
| EB | Educação Básica |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IST | Infecções Sexualmente Transmissíveis |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPGEN | Programa de Pós-Graduação em Ensino |
| PPC | Projeto Pedagógico de Curso |
| PIBID | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência |
| RSL | Revisão Sistemática de Literatura |
| SH | Sexualidade Humana |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 13 |
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1. EDUCAÇÃO SEXUAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, ABORDAGENS E DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA | 18 |
| 1.1 EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E PAPEL DA ESCOLA | 18 |
| 1.1.1 O que é Educação Sexual?..... | 18 |
| 1.1.2 O que é sexualidade?..... | 20 |
| 1.1.3 O papel da escola | 22 |
| 1.2 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO SEXUAL..... | 25 |
| 1.3 DOCUMENTOS OFICIAIS | 31 |
| 1.3.1 Estatuto da Criança e do Adolescente | 31 |
| 1.3.2 Parâmetros Curriculares Nacionais..... | 35 |
| 1.3.3 Base Nacional Comum Curricular | 39 |
| 1.3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores..... | 44 |
| 2. SABERES DOCENTES E “SABERES” DA EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: MANIFESTAÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES | 47 |
| 2.1 SABERES DOCENTES E SABERES EM EDUCAÇÃO SEXUAL | 47 |
| 2.2 RELAÇÃO EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO INICIAL..... | 52 |
| 2.3 O PAPEL DO CURSO DE PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO PARA A SEXUALIDADE | 54 |
| 3. PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL | 59 |
| 4. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA..... | 60 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA..... | 60 |
| 4.2 PESQUISA QUALITATIVA..... | 61 |
| 4.3 CONSULTA À PROPOSTA PEDAGÓGICA DE CURSO E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS | 62 |
| 4.4 IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO | 65 |
| 4.5 AMBIENTAÇÃO DO CURSO..... | 70 |
| 4.6 ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: PROCESSO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 71 |
| 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 76 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 97 |
| REFERÊNCIAS..... | 99 |

| | |
|---|------------|
| APÊNDICES | 106 |
| APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO (LICENCIANDOS)..... | 107 |
| APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (LICENCIANDOS) | 108 |
| APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO (COORDENADORA)..... | 109 |
| APÊNDICE D – ROTEIRO DE ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O CURSO (LICENCIANDOS) | 110 |
| APÊNDICE E – ROTEIRO DE ATIVIDADE FINAL | 111 |
| APÊNDICE F – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO CURSO | 112 |
| APÊNDICE G – CARTA DE ACEITE DA UNIVERSIDADE | 113 |
| APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (LICENCIANDOS) | 114 |
| APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (COORDENADORA)..... | 116 |
| APÊNDICE J – EMENTA DE DISCIPLINA | 118 |

APRESENTAÇÃO

Peço licença aos leitores e leitoras para, inicialmente, fazer uma breve apresentação. Meu nome é Evelin Chaiane de Souza Cardoso e sou Pedagoga, formada pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, *Campus* de Jacarezinho.

Durante meu processo de formação, tanto escolar quanto acadêmico, não tive contato com o ensino da Educação Sexual. No entanto, ao chegar no último ano da graduação em Pedagogia, comecei a questionar-me sobre como abordaria questões relacionadas à sexualidade com alunos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Destarte, no mesmo ano, iniciei a leitura do livro “Gênero, Sexualidade e Educação”, da autora Louro. No decorrer da leitura, me deparei com as seguintes palavras: “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (1997, p. 81).

A partir desse momento, meus questionamentos estiveram em torno da seguinte questão: se a sexualidade está na escola decorrente de ser indissociável dos indivíduos, por que o curso de Pedagogia, enquanto formador de futuros professores, não nos preparou para trabalhar com esta temática?

À vista disso, ao final da graduação em Pedagogia, me inscrevi no processo seletivo do Mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná e construí meu projeto de pesquisa sobre Educação Sexual. Nele, trouxe a proposta de uma intervenção, por meio de um curso de formação inicial, a ser realizada com licenciandos e licenciandas em Pedagogia. Para minha grande alegria, recebi a notícia que havia sido aprovada.

A partir disso, aprimoramos a proposta inicial do projeto de pesquisa, desenvolvemos e implementamos um curso introdutório referente à Educação Sexual para licenciandos e licenciandas em Pedagogia, da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

À vista disso, nesta dissertação trazemos os referenciais teóricos e o detalhamento das etapas metodológicas que permearam o processo de construção desta pesquisa.

Meu desejo é que este trabalho venha enriquecer a abordagem da temática no contexto da formação inicial, especialmente nos cursos de Pedagogia, de

forma que os futuros professores possam compreender a importância que o ensino da Educação Sexual possui. **Boa e produtiva leitura a todos e a todas!**

INTRODUÇÃO

A Educação Sexual (ES¹) abrange uma área ampla de estudos a respeito da sexualidade, contudo, a temática ainda necessita de avanços, pois é pouco discutida nas esferas educacionais. Nesse viés, compreendemos a formação inicial como um espaço fundamental para se estudar assuntos importantes e que farão parte do cotidiano dos professores.

À vista disso, como expresso no título, esta pesquisa foi desenvolvida visando contribuir, por meio de um curso introdutório, com a formação inicial de licenciandos e licenciandas do curso de Pedagogia, da UENP, *Campus* de Jacarezinho, na temática Educação Sexual.

No campo da Educação Sexual algumas premissas da abordagem Emancipatória podem compor um rol de “saberes²” da Educação Sexual, em que a partir dos escritos de Goldberg (1984) e Figueiró (2010), há um compromisso de que a Educação Sexual faça sentido a partir das vivências pessoais positivas e saudáveis da sexualidade, com respeito e dignidade para todos os indivíduos.

No campo da formação inicial, vários autores desenvolveram pesquisas com a temática da Educação Sexual e pensamos que, com a nossa proposta de pesquisa, poderíamos estabelecer um paralelo dos “saberes” da Educação Sexual com os saberes docentes que, na perspectiva de Tardif (2014), são necessários para que os professores exerçam seu trabalho, sendo eles: saberes da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais.

Nesse íterim, considerando os saberes docentes propostos por Tardif (2014) e os “saberes” da Educação Sexual Emancipatória, buscamos responder à seguinte questão norteadora: Quais aproximações podemos estabelecer entre os saberes docentes e os “saberes” da Educação Sexual Emancipatória, por meio de um

¹ Sigla da Educação Sexual. Esclareceremos que em alguns momentos a utilizaremos para fins de praticidade na escrita, sobretudo nos resultados e discussões.

² Utilizamos aspas nesta terminologia, pois, ao contrário da obra de Tardif (2014), a Educação Sexual não possui saberes específicos relacionados à sexualidade. Consideramos como “saberes” da Educação Sexual, os elementos que integram a abordagem emancipatória referente à sexualidade humana, por ser a abordagem que adotamos. Contudo, há de se considerar que as demais abordagens também contêm os seus saberes.

curso introdutório em que ideias foram mobilizadas e construídas por licenciandos e licenciandas em Pedagogia?

Após definirmos a questão norteadora de pesquisa, estabelecemos alguns objetivos de investigação. Deste modo, o objetivo geral consistiu em: Investigar se houve aproximação entre os saberes docentes e os saberes da Educação Sexual Emancipatória por meio das atividades realizadas pelos licenciandos e licenciandas durante o curso introdutório e explicitá-las.

Com relação aos objetivos específicos, a pesquisa buscou: I) Consultar se a Proposta Pedagógica de Curso (PPC) e a matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da UENP, *Campus* de Jacarezinho, contemplam abordagens teórico-metodológicas referentes à Educação Sexual; II) Identificar, por meio da aplicação de questionário e entrevistas, o interesse e as necessidades formativas dos licenciandos e licenciandas na temática. III) Desenvolver e implementar um curso introdutório para licenciandos e licenciandas em Pedagogia, utilizando pressupostos teórico-metodológicos referentes à infância e à formação para a Educação Sexual Emancipatória. IV) Analisar os resultados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD).

Considerando que muitas Universidades não discutem a Educação Sexual em seus cursos de graduação, utilizamos a oportunidade de pesquisa da Pós-Graduação para oferecer, mesmo que pontualmente, como ação de Extensão Universitária, um curso de Educação Sexual (nossa Produção Técnica Educacional) que atendesse a Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), *Campus* Jacarezinho.

Também abrimos algumas inscrições para outros estudantes e egressos em Pedagogia, de outras Universidades, que manifestaram interesse em participar, como ouvintes, do curso introdutório em Educação Sexual. Entretanto, estes não foram inseridos nos resultados desta pesquisa, pois antes mesmo da oferta do curso, já havíamos delineado o público-alvo da intervenção.

À vista disso, assumimos que esta pesquisa possui limitações, pois pelo tempo do Mestrado, a situação de pandemia da Covid-19, vivenciada no ano de 2020 (ano da implementação da Produção Técnica Educacional) e as limitações intrínsecas ao ensino remoto, caracterizamos o curso ofertado como introdutório, ou seja, como um ponto de partida diante da necessidade formativa que os licenciandos e licenciandas apresentam para com a temática.

É oportuno ressaltarmos que esta pesquisa foi aprovada e validada pelo Comitê Ético de Pesquisa, da Plataforma Brasil e também pelos Grupos de Pesquisa: Núcleo de Pesquisas em Educação Ambiental (NPEA) e Grupo de Pesquisas em Ensino e Formação de Professores (GPEFOP).

A seguir, apresentamos a estrutura da dissertação, descrevendo as etapas percorridas.

No capítulo 1, trazemos algumas definições de Educação Sexual e sexualidade e versamos sobre o papel da escola na apresentação da temática. Apresentamos também algumas abordagens da Educação Sexual. Posteriormente, apresentamos alguns documentos oficiais da Educação que versam a sexualidade.

No capítulo 2, discorremos sobre os saberes docentes alinhados aos saberes da Educação Sexual Emancipatória. Posteriormente, apresentamos a relação entre a Educação Sexual e a formação inicial de professores. Para finalizar, abordamos o papel do curso de Pedagogia na formação para a sexualidade.

No capítulo 3, apresentamos a estrutura da Produção Técnica Educacional, nomeada “Educação Sexual: um curso introdutório para licenciandos e licenciandas em Pedagogia”, ressaltando detalhes da elaboração e organização da mesma.

No capítulo 4, abordamos acerca dos procedimentos metodológicos adotados. Além disso, detalhamos o processo de elaboração do curso introdutório e, para finalizar o capítulo, apresentamos a metodologia de análise de resultados: a Análise Textual Discursiva (ATD).

No capítulo 5, apresentamos a análise dos resultados coletados durante a implementação do curso introdutório em Educação Sexual. Por fim, nas considerações finais, realizamos um fechamento do trabalho, abordando as implicações da pesquisa, bem como suas limitações e perspectivas futuras.

1. EDUCAÇÃO SEXUAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, ABORDAGENS E DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo, apresentamos definições da Educação Sexual e sexualidade. Em seguida, evidenciamos o papel da escola e os empecilhos encontrados por profissionais da área da educação ao abordar a temática em sala de aula. Posteriormente, apresentamos as abordagens da Educação Sexual, sendo elas: Abordagem Religiosa Católica, Abordagem Religiosa Protestante, Abordagem Médica, Abordagem Pedagógica e Abordagem Emancipatória. Para finalizar, expomos alguns documentos legais da educação do País que fornecem atribuições referentes à Educação Sexual no ambiente escolar.

1.1 EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E PAPEL DA ESCOLA

1.1.1 O que é Educação Sexual?

A Educação Sexual é uma temática importante e necessária, uma vez que abrange conteúdos referentes à sexualidade. Nesse sentido, Figueiró (2014, p. 44) a definiu como sendo:

[...] toda ação ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual.

Entretanto, este conceito de Figueiró (2014) trata-se apenas de um ponto de partida, visto que a Educação Sexual é uma temática abrangente e que possui várias vertentes relacionadas à sexualidade. Na perspectiva de Figueiró (2017³), podemos considerar a Educação Sexual como um espaço de diálogos a respeito do corpo, gênero, gravidez, métodos contraceptivos, prevenção ao abuso

³ Para a escrita desta seção, utilizamos alguns conceitos referentes à Educação Sexual atribuídos por Figueiró (2017), em seu primeiro vídeo da série “Fundamentos básicos da Educação Sexual”. Este e vários outros vídeos estão disponíveis no canal do YouTube da autora, nomeado “Mary Neide Figueiró”. Este vídeo, em particular, encontra-se disponível em https://www.youtube.com/watch?v=I_YzXUrL6Ls. Acesso em: 18 fev. 2020.

sexual, sexo, normas sexuais, entre outros. Destarte, a Educação Sexual nos permite pensar sobre preconceitos, mitos e tabus que cercam a sociedade como um todo.

Na visão de Ribeiro (2005), a Educação Sexual envolve toda a educação recebida pelos indivíduos a respeito de concepções, valores e normas sexuais. O autor enfatizou, ainda, que a Educação Sexual é decorrente dos processos culturais e da influência dos comportamentos e atitudes sexuais dos indivíduos. Em sua tese de doutorado, Silva (2015, p. 20) define a Educação Sexual como:

[...] toda ação contínua, em um processo de interação humana pelo qual, inserido em uma cultura, uma história e uma política, nos leva a pensar na construção de um sujeito ativo frente às informações, aos desejos, às necessidades básicas sobre seu corpo, seu funcionamento e organização. Assim, tal sujeito pode dialogar, ter voz ativa e pode expressar suas opiniões, respeitando as opiniões do outro e significativamente percebendo a sexualidade como algo positivo em sua vida, sem medos, tabus e/ou receios.

Assim sendo, a Educação Sexual possibilita que os indivíduos reflitam e expressem suas opiniões, respeitando também as opiniões do outro com relação à sexualidade. Ademais, a Educação ou a (re)educação Sexual permite que os indivíduos enxerguem a sexualidade como algo positivo e necessário para a sociedade e para o combate contra os tabus e preconceitos existentes (FIGUEIRÓ, 2018).

Considerando os conceitos apontados pelos estudiosos (FIGUEIRÓ, 2014, 2017; 2018; RIBEIRO, 2005; SILVA, 2015), é importante ressaltar que a Educação Sexual possui dois formatos: formal e informal. A Educação Sexual formal se constitui de uma aula planejada intencionalmente, na qual os professores e as professoras utilizam recursos pedagógicos com objetivos e conteúdo definidos para abordar a temática com seus alunos (FIGUEIRÓ, 2017).

Em contrapartida, a Educação Sexual Informal ocorre fora de ambientes planejados e, muitas vezes, sem que as pessoas se deem conta de que ela está apresentando-se, pois acontece por meio das atitudes/posturas que as pessoas apresentam em seu cotidiano. Desse modo, a Educação Sexual informal pode acontecer mesmo que os professores e professoras não tenham planejado (FIGUEIRÓ, 2017). Nesse sentido, nas palavras de Melo *et al.* (2011, p. 39) o processo educativo:

[...] seja formal ou informal é sempre sexuado, já que a sexualidade é uma dimensão inseparável do existir humano. Portanto, a educação sexual, com todos os seus componentes explícitos e implícitos, formais e não formais, não escapa a essa dimensão sociopolítica e cultural.

É importante ressaltar que todos os indivíduos já receberam uma Educação Sexual, entretanto, isso não quer dizer que esta educação tenha sido contribuinte para a vivência positiva da sexualidade (FIGUEIRÓ, 2009b). Nesta perspectiva, Figueiró (2009b) revelou que o silêncio também educa, ao escrever que:

O não falar de sexo, seja em casa ou na escola, leva o educando a considerar que este é assunto que não se deve comentar, possivelmente, por vergonha. Leva-o a entender que sexo é uma questão misteriosa e não aceita com naturalidade, enfim, que é “coisa feia”. (FIGUEIRÓ, 2009b, p. 66).

Percebe-se, portanto, que o silenciamento da Educação Sexual contribui para uma visão negativa da sexualidade, considerando-a como um assunto proibido, vergonhoso, sujo e que não deve ser abordado em casa, na escola e na sociedade como um todo. Desse modo, quando versamos sobre a sexualidade, encontramos tabus, preconceitos e a negativa em discuti-la (MAISTRO, 2009).

Um modo de os educadores e educadoras avaliarem sua prática pedagógica em relação à sexualidade é se questionar, constantemente, se por meio de suas atitudes favoreceram uma atitude positiva ou negativa da mesma (FIGUEIRÓ, 2009b).

1.1.2 O que é sexualidade?

Louro (2018, p. 12) apontou que a “sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais”. Desse modo, a sexualidade é plural, pois as diversas compreensões estabelecidas na vivência sexual dos indivíduos denotam aspectos culturais e sociais. Por outro lado, Figueiró (2014, p. 48) ortografou que:

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou

de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais.

Nesse trecho, podemos perceber que os significados da sexualidade correspondem às vivências e experiências individuais de cada indivíduo. Portanto, a sexualidade não pode, em nenhum momento, ser restringida apenas a aspectos biológicos, pois ela faz parte da construção social e cultural dos indivíduos. Abramovay, Castro e Silva (2004, p. 29) dissertaram:

A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve, gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

Nesse viés, nota-se que a sexualidade está relacionada a muitas dimensões humanas, as quais envolvem conceitos, imaginações, vontades, concepções, comportamentos, princípios, ações, condutas, relações e normas culturais.

Na perspectiva de Maistro (2009), a sexualidade trata-se de um processo em construção, o qual poderá se tornar um caminho para a formação da cidadania. É importante, ainda, ressaltar que abordar sobre a sexualidade envolve “revisar conceitos, superar preconceitos e estereótipos, olhar reflexivamente sobre a própria sexualidade, lidar com tabus, medos, vergonhas. Tudo isso não é nada fácil!” (MAISTRO, 2009, p. 38).

Destarte, embora a abordagem da sexualidade não seja uma tarefa fácil, há um longo e interessante caminho pela frente que merece e deve ser percorrido, pois somente assim será possível superar as resistências, medos, tabus e estereótipos existentes (MAISTRO, 2009).

Compreendemos, portanto, que é de extrema importância o estudo da sexualidade na vida dos indivíduos, pois esta é experimentada ou revelada por meio

de expectativas, imaginações, crenças, valores, papéis e convivências. Ademais, a sexualidade abrange nosso corpo, nossas histórias, costumes, relações efetivas e culturais, bem como a orientação sexual, o gênero, a identidade sexual, o amor, a reprodução e o erotismo (MAISTRO, 2009). Ainda na perspectiva de Maistro (2009, p. 24):

Os conteúdos relacionados à sexualidade são dotados de uma transversalidade inerente, podendo participar de todos os processos de construção do conhecimento. Talvez essa transversalidade já ocorra genuína e silenciosamente, dentro das diversas áreas do saber. Ela é colocada em pauta todos os dias, inconscientemente, pela emergência de valores, posturas e visões de mundo de todos os que participam do cotidiano escolar. Dentro dessa perspectiva, seja no discurso verbalizado, seja no discurso silencioso, ela está percorrendo o currículo.

Em termos gerais, a sexualidade é manifestada todos os dias, por todas as pessoas, nas mais diversas situações, seja de forma intencional ou não. Sua abordagem é indissociável das relações estabelecidas em sociedade; desta forma, é necessário que a Educação Sexual seja formalizada dentro de todos os espaços sociais, a saber, a escola. Todos nós educamos e somos educados sexualmente por meio das relações que estabelecemos, assim, a educação sempre sexuada ocorre o tempo todo, quer saibamos e queiramos isso ou não, pois todos somos educadores sexuais; entretanto, nem sempre numa perspectiva emancipatória (MATTOS, 2017).

Desse modo, na próxima seção, abordaremos a importância da temática na escola e alguns dos empecilhos encontrados por professores e professoras ao abordarem a Educação Sexual em sala de aula.

1.1.3 O papel da escola

Em sua tese de doutorado intitulada “Os Patamares de Adesão das Escolas à Educação Sexual”, Frasson-Costa (2012, p. 28) escreveu que:

[...] é papel da escola contribuir para uma visão positiva da sexualidade, como fonte de prazer e realização do ser humano, assim como aumentar a consciência das responsabilidades. Ao promover a ES na escola, os alunos poderão repensar seus valores pessoais e sociais, partilhando suas preocupações e emoções.

À vista disso, é importante ressaltar que é por meio da interação professor-alunos, alunos-alunos e escola-família que ocorre a construção, a preservação ou a resignificação dos valores morais, das normas sexuais e dos conceitos relacionados à sexualidade (ANAMI; FIGUEIRÓ, 2009). Com relação ao ensino da sexualidade na escola, Abramovay, Castro e Silva (2004, p. 33) escreveram:

A sexualidade, no universo escolar, é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros), assim como os tabus e interditos que social e historicamente cercam temas que lhe são relacionados.

Entendemos que polêmicas, crenças, conservadorismo e tabus enredam os ambientes escolares, privando crianças e adolescentes de receberem formações sobre a sexualidade. Contudo, é necessário que os profissionais da área da educação encarem as adversidades com coragem e trabalhem para a construção de um ensino que valorize a sexualidade como uma temática necessária para se abordar em todas as esferas educacionais, a começar pela Educação Infantil (EI).

À vista disso, é oportuno ressaltar que um educador sexual deve ser comprometido em favorecer conhecimentos científicos, despidos de tabus e preconceitos. Assim, este deve estar sempre aberto a ouvir e auxiliar os alunos e alunas em suas dúvidas e curiosidades (FRASSON-COSTA, 2012).

Percebemos que, muitas vezes, as propostas de Educação Sexual na escola estão mais presentes em livros, artigos e revistas escritos por pesquisadores da área da sexualidade do que na escola em si, espaço onde ela deveria se fazer presente cotidianamente, pois muitas vezes a temática é abordada em sala de aula de forma puramente biológica. O que se constata, comumente, é a abordagem da sexualidade em aulas de Ciências de forma associada à constituição do corpo humano e aspectos de reprodução. Assim, a sexualidade acaba sendo limitada aos aspectos biológicos (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Segundo Frasson-Costa (2012, p. 28):

[...] mesmo que não queira, a escola está totalmente envolvida com as formas culturais e sociais de viver e constituir identidades sociais e sexuais, o grande desafio é assumir os embates e divergências de opinião implicados nas vivências cotidianas e que têm relação como os princípios pessoais de cada um.

À vista disso, é importante que os professores e as professoras reflitam acerca das questões que envolvem a Educação Sexual e repensem sobre o seu papel enquanto formadores, pois isso poderá contribuir significativamente em sua prática pedagógica, por meio do aperfeiçoamento de suas competências (FIGUEIRÓ, 2001).

No início da década de 1990, muitos educadores e pesquisadores compreendiam a importância do ensino da Educação Sexual, exclusivamente, para alunos dos anos finais do EF, a começar pela 5ª série, bem como para estudantes do Ensino Médio, pois era a fase em que os adultos começavam a se preocupar com o ensino biológico da Educação Sexual (FIGUEIRÓ, 2010). Nesse sentido, Figueiró (2010, p. 147) escreveu:

Sem descaracterizar a importância da Educação Sexual para crianças, adolescentes e jovens, pensar nessa educação também para crianças de zero a cinco anos, para os adultos, idosos e pessoas com deficiência física e mental, assim como para os doentes mentais, é estar comprometendo-se mais substancialmente com os direitos sexuais, em especial com o direito ao prazer, com o resgate do erótico e com a visão positiva da sexualidade na vida das pessoas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância que as abordagens da Educação Sexual, em uma perspectiva Emancipatória, se iniciem desde a EI, que por sua vez, em obediência à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), abrange o público de crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 1996). Portanto, o ensino da Educação Sexual deve iniciar na EI e estender-se a todas as modalidades de ensino presentes na Educação Básica (EB).

A Educação Sexual pode estender-se ao Ensino Superior, em particular, aos cursos de licenciatura, pois para que os alunos e alunas da EB recebam formação em sexualidade, é necessário que haja professores e professoras aptos para trabalhar com a temática. Nesse viés, ressaltamos que os professores são parte fundamental do ensino da sexualidade na escola, portanto, é fundamental que eles compreendam que a escola possui um compromisso com a Educação Sexual dos alunos e das alunas. Nesse sentido:

É importante que reconheçam que é função da escola, não porque a família não sabe educar, ou porque existem os problemas sociais acarretados pela falta de uma boa Educação Sexual e que precisam

ser combatidos, mas sim, porque, em primeira instância, faz parte da formação integral do educando e é um direito dele receber esse tipo de educação (FIGUEIRÓ, 2001, p. 105).

Portanto, é importante que os professores e as professoras estejam dispostos a abordar a sexualidade com os alunos e alunas, pois este tipo de educação contribui para a formação integral destes. Além disso, trata-se de um direito de exercício de cidadania⁴.

1.2 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Nesta seção, apresentamos de forma sintetizada as abordagens da Educação Sexual: Abordagem Religiosa Católica e Religiosa Protestante (ambas podendo ser tradicional ou libertadora), Abordagem Médica, Abordagem Pedagógica e Abordagem Emancipatória. É oportuno, ainda, justificarmos que aderimos e defendemos a Abordagem Emancipatória da Educação Sexual, por esta razão, daremos um enfoque mais aprofundado em relação a ela.

A abordagem Religiosa Católica Tradicional vincula-se às normas oficiais da igreja católica e orienta que a vivência da sexualidade seja mantida somente dentro do matrimônio. Nessa ótica, são levados em consideração costumes e tradições, buscando atender as exigências religiosas, pois a “Educação Sexual Religiosa Católica Tradicional é aquela que promove a educação para a castidade/virgindade e para a orientação do sexo ao serviço do amor, da doação” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 21).

Em outra perspectiva, a *Abordagem Religiosa Protestante Tradicional* tem como principal ponto de referência as mensagens da Bíblia, e ainda que seja dado aos pastores o direito de se casar e constituir família por meio de uma vida sexual ativa, assim como na *Abordagem Religiosa Católica Tradicional*, o ato sexual fora do matrimônio é reprimido e considerado como desobediência às normas da Igreja. Portanto, a *Abordagem Religiosa Protestante Tradicional* também defende a educação para a virgindade/castidade, educando e orientando seus adeptos a

⁴ Compreendemos que o exercício de cidadania envolve direitos e responsabilidades de todos, bem como o respeito aos direitos universais da pessoa humana e aos direitos estabelecidos na constituição federal (BRASIL, 1997).

viverem a sexualidade e o prazer apenas dentro do casamento e condenando o sexo fora do matrimônio e o aborto (FIGUEIRÓ, 2010).

Com relação às abordagens libertadoras, a *Abordagem Religiosa Católica Libertadora* supera a atitude tradicional, porque nela há maior liberdade para agir perante a doutrina moral e controladora, pois reconhece que esta é repressiva e incoerente. Isso possibilita que os indivíduos possam ser sujeitos de sua própria sexualidade, livres de culpa por acreditarem que transgrediram as normas religiosas, que neste contexto tratam-se das normas oficiais da igreja católica (FIGUEIRÓ, 2010).

Ainda nessa perspectiva, é importante ressaltar que os pastores e/ou os professores que aderirem à *Abordagem Religiosa Católica Libertadora* não seguirão as normas que vêm do Vaticano. Ao contrário, eles procurarão se pautar nos valores cristãos, tais como: o amor, a justiça, a fraternidade e a igualdade (FIGUEIRÓ, 2010).

No tocante à *Abordagem Religiosa Protestante Libertadora*, esta se caracteriza pelo reconhecimento das normas morais como controladoras, repressivas e incoerentes com o momento histórico presente e, deste modo, assim como na *Abordagem Religiosa Católica Libertadora*, possibilita que os indivíduos sejam sujeitos de sua sexualidade, vivenciando-a livres de sentimento de culpa (FIGUEIRÓ, 2010).

Neste íterim, a *Abordagem Religiosa Protestante Libertadora* não segue completamente o que está na Bíblia, pois assim como na *Abordagem Religiosa Católica Libertadora*, deixa-se guiar pelos valores cristãos (FIGUEIRÓ, 2010).

A *Abordagem Médica da Educação Sexual* possui como ponto central “o fornecimento de informações relacionadas à biologia do sexo e à vivência positiva da sexualidade, com o fim maior de assegurar a saúde sexual das pessoas, particularmente, e da coletividade” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 79). Nesse íterim, de acordo com Figueiró (2010), a *Abordagem Médica* utiliza conhecimentos científicos para propiciar saúde sexual, por meio da prevenção de Infecções Sexualmente

Transmissíveis⁵, HIV/AIDS⁶, gravidez não planejada, entre outros. Espera-se que os profissionais da área da saúde, bem como os educadores sexuais comprometidos com a *Abordagem Médica*, atuem como agentes promotores dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (FIGUEIRÓ, 2010).

A *Abordagem Pedagógica da Educação Sexual* preocupa-se com o desenvolvimento sadio da sexualidade. Desta forma, salienta-se a importância de as escolas se atentarem para os sentimentos, discussões, atitudes e valores referentes à sexualidade, valorizando seus aspectos informativos e formativos (FIGUEIRÓ, 2010).

Desse modo, um educador sexual comprometido com a *Abordagem Pedagógica da Educação Sexual* valoriza os aspectos informativos referentes à sexualidade, tais como: métodos contraceptivos, IST, gravidez, entre outros, e formativos, de forma que os alunos e alunas possam discutir abertamente sobre tabus, sentimentos, emoções, preconceitos, atitudes e valores relacionados à sexualidade. Além disso, importa-se com o processo de ensino e aprendizagem referente a conteúdos relacionados com a sexualidade (FIGUEIRÓ, 2010).

Assim, a *Abordagem Pedagógica*, em seus aspectos informativos e formativos, possui como objetivo principal beneficiar os alunos e as alunas, ajudando-os a terem uma visão positiva da sexualidade, contribuindo assim para a vivência feliz, segura e saudável da mesma.

Com relação à *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual*, Goldberg (1984) propôs inicialmente a abordagem ressaltando a importância da participação nas lutas de transformação dos padrões sexuais, o que exige autonomia, participação em lutas coletivas e denúncia e produção de alternativas concretas.

⁵ Embora alguns documentos, incluindo a BNCC do ano de 2018, ainda nominem Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), atualmente, não se utiliza mais esta terminologia. Isso decorre do fato que foi substituída com a nomeação Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A diferenciação de Doenças e Infecções, encontra-se no fato que as infecções podem permanecer por um longo tempo sem apresentar sintomas, já as doenças demonstram sinais e sintomas visíveis no organismo dos indivíduos. Cabe ressaltar que as infecções podem ter períodos assintomáticos, como no caso da sífilis e do herpes genital, ou, podem ainda se manter assintomáticos durante toda a vida dos indivíduos, como no caso do HPV. Desta forma, o termo IST é o mais adequado e já utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A nova terminologia trata-se de uma atualização do Ministério da Saúde, validada por meio do Decreto nº 8.901/2016, a qual foi publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17.

⁶ Sigla correspondente à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. A AIDS é causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), o qual pode ser transmitido por meio da entrada, na corrente sanguínea, de sangue, fluidos sexuais ou leite materno contaminado (BRASIL, 1998b, p. 291).

A *Abordagem Emancipatória* possui envolvimento nas batalhas coletivas pela transformação de padrões sociais e sexuais, pois defende que é dessa forma que os indivíduos se educam sexualmente. Destarte, a *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual* possui um compromisso com as transformações sociais a partir da aceitação das diferenças e respeito pelas minorias⁷ (FIGUEIRÓ, 2001).

Em sua obra “Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio⁸”, Figueiró (2010) afirmou que, para que os indivíduos mudem suas formas de pensar a respeito das normas e valores da sexualidade e trabalhem na luta dessas transformações, é necessário que compreendam a história sobre como e por que estas normas e valores emergiram na sociedade. A autora ainda reforçou que os educadores devem estar alertas para que um programa de Educação Sexual não se torne um disseminador de atitudes repressivas em relação ao sexo (FIGUEIRÓ, 2010).

A *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual* orienta o resgate do gênero e do erótico na vida das pessoas. É importante explicar que gênero diz respeito à forma como a feminilidade e a masculinidade são vivenciadas, levando em consideração que estas são alteradas ao longo da história e de uma cultura para a outra. Assim, para o resgate do gênero, é importante considerar que seu entendimento deve estar atrelado ao enfoque cultural, em que é visto mais como fruto de condições sociais do que biológicas.

No que se refere ao erótico, pode-se dizer que resgatar o erótico trata-se de encarar a sexualidade com uma visão positiva e natural, eliminando a visão predominante de que a sexualidade é suja, vergonhosa e não deve ser discutida. Desse modo, a Educação Sexual Emancipatória é pautada nos questionamentos das determinações severas do que é permitido e proibido no que tange à vivência sexual. Entretanto, “é o participar das lutas pela transformação dos padrões de relacionamento sexual que levará o indivíduo a educar-se do ponto de vista da sexualidade” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 133).

⁷ Figueiró (2010) utiliza esta palavra para referir-se aos homossexuais, travestis, transsexuais, prostitutas e pessoas contaminadas com a AIDS.

⁸ Aos leitores e leitoras que se interessarem em compreender, de forma aprofundada, as abordagens da Educação Sexual, sugerimos a leitura do livro Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio, de Figueiró (2010).

Na perspectiva de Goldberg (1984), para que a Educação Sexual consiga realmente contribuir para uma mudança nos padrões de relacionamento sexual, é necessário que sejam mobilizadas três importantes lutas: I) Luta contra a desigualdade social – trata-se da luta contra o princípio da assimetria sexual, na qual o homem possui mais desejo sexual do que a mulher (luta pelo direito da mulher ao controle do próprio corpo), II) Luta contra a violência sexual – trata-se da luta contra a violência aprendida, isto é, de que mulher nasceu para apanhar e, por isso, o homem deve bater nela (luta contra a violência impune), III) Luta contra o preconceito sexual – trata-se da luta contra o autoritarismo, contra o estigma sofrido por pessoas LGBTT⁹ e demais pessoas que fujam do que é considerado como regra sexual (luta para que haja aceitação das diferenças e respeito pelas minorias).

É oportuno esclarecermos que a sigla LGBTT foi ampliada e atualmente a sigla mais inclusiva é LGBTQIA¹⁰⁺, a qual representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais, Agêneros e mais (CARVALHO; FILHO, 2019; BORTOLETTO, 2019).

Ainda com relação à *Abordagem Emancipatória*, a autora Werebe (1982) enfatizou a importância da mesma, quando escreveu que:

é uma proposta ambiciosa, porque vai além do limitar-se ao conhecimento de informações científicas e do trabalhar os aspectos afetivos e psicológicos da sexualidade humana, considerando fundamental que o educando conheça a realidade em que vive e os meios pelos quais pode, cooperativamente, ajudar a transformá-la (WEREBE *apud* FIGUEIRÓ, 2010, p. 136).

Por meio dessa colocação de Werebe (1982), percebe-se que a *Abordagem Emancipatória* é desafiadora, pois além de reconhecer a necessidade de se trabalhar, com os alunos, informações científicas relacionadas à sexualidade, bem como os aspectos afetivos necessários para uma visão positiva da sexualidade, a *Abordagem Emancipatória* abrange os aspectos da Abordagem Pedagógica, entretanto, em uma visão mais ampla, visando a transformação da sociedade (FIGUEIRÓ, 2010).

⁹ Sigla utilizada para representar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (FIGUEIRÓ, 2010).

¹⁰ Sigla atualmente utilizada.

Como forma de exemplificar em que aspectos a *Abordagem Emancipatória* se destaca, positivamente, em relação à abordagem Pedagógica, trazemos uma questão muito pertinente indagada por Figueiró (2010, p. 137):

[...] como pode viver plenamente sua sexualidade uma mulher bem-informada e consciente de seus direitos e da importância do prazer sexual, se está inserida numa cultura marcada pelo machismo, pela desigualdade sexual e pelo duplo padrão de moral sexual?

Percebemos, desta forma, que, ao contrário da Abordagem Pedagógica, que procura somente favorecer uma vivência positiva pessoal da sexualidade em cada indivíduo, a *Abordagem Emancipatória* não possui como foco a formação sexual isolada, mas enfatiza a importância da participação em lutas coletivas para a transformação dos valores e das normas sociais relacionadas à sexualidade.

Inclusive, a *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual*, como já enfatizado, valoriza as mudanças de valores, atitudes e preconceitos sexuais, de forma que os indivíduos se libertem de prejulgamentos e alcancem a realização sexual para que vivenciem a sexualidade com responsabilidade, liberdade e alegria (FIGUEIRÓ, 2010).

Como visto nas perspectivas apresentadas anteriormente, é perceptível que muitas abordagens da Educação Sexual são carregadas de crenças, tabus, mitos e preconceitos. Desta forma, a Educação Sexual Emancipatória se destaca, pois busca superar tais componentes por meio das transformações sociais.

Desse modo, a emancipação dos sujeitos ocorre por meio da consciência dos determinantes sociais que ditam as normas e padrões que estes devem conduzir sua vida e, conseqüentemente, a sua sexualidade. Assim sendo, esta abordagem busca problematizar e articular outras questões importantes para a sexualidade, como etnia, raça, gênero, entre outros temas; e talvez seja esse o grande motivo que a define como 'emancipatória' (VITOR; MAISTRO; ZÔMPERO, 2020, p. 291).

1.3 DOCUMENTOS OFICIAIS

Nesta seção, trazemos à discussão aspectos referentes à proteção sexual e aos direitos educacionais de crianças e adolescentes estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Seguidamente, versamos sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais discutem propostas interventivas, por meio dos nomeados temas transversais que se referem à sexualidade. Em seguida, apresentaremos concepções da Base Nacional Comum Curricular acerca da sexualidade. Para finalizar, discutimos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores.

1.3.1 Estatuto da Criança e do Adolescente

As crianças e os adolescentes passaram a ter maior relevância no que diz respeito às condições de vida, somente no final da Segunda Guerra Mundial (1945), motivados pelas crueldades vistas naquele período da história. Em 1945, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), confirmou-se o interesse pela proteção infanto-juvenil (MAXIMIANO; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

Com a criação destas instituições, iniciaram-se as medidas de proteção a crianças e adolescentes. Posteriormente, com a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, as políticas de defesa aos direitos desses indivíduos consolidaram-se.

É oportuno ressaltar que o ECA trata-se de um conjunto de leis e normas que estabelecem a proteção integral de crianças e adolescentes. Pelo documento nacional, são considerados como crianças, indivíduos de até doze anos de idade incompletos e como adolescentes, os indivíduos entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 2017). O art. 3º do documento¹¹ estabelece que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em

¹¹ Estatuto da Criança e do Adolescente.

condições de liberdade e de dignidade. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 2017, p. 10).

Pelo documento, crianças e adolescentes possuem direitos fundamentais que lhes asseguram o desenvolvimento físico, mental, espiritual e moral. Tais direitos devem ser preservados, de forma a proporcionar a segurança e o bem-estar desses indivíduos. Muitos encontram-se em situação de vulnerabilidade, tanto física quanto social; dessa forma, é imprescindível que as normas do ECA assegurem a proteção integral e os direitos de liberdade e dignidade na infância e na juventude (BRASIL, 2017). É importante ressaltar que a proteção integral estabelecida no ECA:

garante que toda criança e adolescente sejam consideradas pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos, que terão proteção do estado e da sociedade sem distinção de raça, cor e condição social. Assim, cabe à família, ao Estado e à sociedade assegurar que esses direitos sejam garantidos independente da condição social na qual se encontra (MAXIMIANO; SILVA; NASCIMENTO, 2019, p. 146).

Nesse sentido, por meio do ECA, crianças e adolescentes tornaram-se indivíduos com direitos, independentemente de sua condição social, e a contar com uma política de proteção integral e com prioridade integral (CASTRO; MACEDO, 2019). Desta forma, a fim de preservar e garantir a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, “o ECA detalha os direitos garantidos constitucionalmente, explicitando os mecanismos de participação popular e fiscalização das políticas públicas de atendimento a essa população” (FARINELLI; PIERINI, 2016, p. 64).

Como forma de preservar os direitos sexuais¹² de crianças e adolescentes, o documento¹³ normatiza, em seu art. 130, que tendo sido “verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum” (BRASIL, 2017, p. 64). Destarte, o ECA

¹² Compreendem-se os direitos sexuais como sinônimo de combate ao abuso, exploração e violência sexual, algo a ser erradicado do universo infanto-juvenil (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 74).

¹³ Estatuto da Criança e do Adolescente.

afirma que as crianças e os adolescentes têm direito à convivência familiar. No entanto, quando esta não for possível, os menores serão colocados em família substituta (BRASIL, 2017).

Com relação a isso, os autores Maximiano, Silva e Nascimento (2019, p. 146) apontaram que:

a principal contribuição do ECA para a institucionalização de crianças e adolescentes refere-se aos objetivos do acolhimento, para evitar a institucionalização discriminada e a longa permanência do acolhimento, pois tornava-se cada vez mais comum crianças permanecerem em acolhimento institucional por muitos anos e não serem reinseridas em ambiente familiar.

Nesse sentido, o ECA reitera que, examinada e comprovada a condição de maus tratos de crianças e adolescentes, o agressor deverá ser prontamente afastado dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e, ainda, deverá responder penalmente por isso. Para a proteção das vítimas, deverão ser adotadas, imediatamente, medidas de emergência, o que poderá resultar no afastamento das vítimas de suas famílias e na inserção das mesmas em família substituta (BRASIL, 2017).

O art. 240 do ECA determina a pena imposta em caso de assédios a crianças e adolescentes. Desta forma, instigar, aliciar, constranger ou assediar uma criança ou adolescente de forma a praticar com ela atos libidinosos resultará de um a três anos de detenção acompanhado de multa. Cabe ressaltar que a mesma pena se aplica a quem facilitar ou induzir o acesso a ferramentas contendo sexo explícito ou cenas pornográficas, visando a prática de atos libidinosos com a criança ou adolescente, ou ainda, a exibição pornográfica ou sexualmente explícita (BRASIL, 2017).

Posteriormente, o art. 244.A do ECA estabelece que submeter a criança ou o adolescente à prostituição ou exploração sexual resultará em uma pena de quatro a dez anos de detenção, acompanhado de multa, bem como a perda de bens e valores utilizados para o crime (BRASIL, 2017). Com relação aos direitos educacionais, o art. 53 do ECA determina:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando sê-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II –

direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 2017, p. 34-35).

Percebe-se, portanto, que o ECA valoriza o exercício para a cidadania e a qualificação para o trabalho. Ademais, são assegurados às crianças e adolescentes, diversos direitos educacionais necessários para o seu desenvolvimento integral. É importante ressaltar que, entre os direitos dos educandos, o ECA estabelece o direito dos pais e responsáveis serem agentes participativos no ensino e aprendizagem dos menores, bem como das propostas educacionais (BRASIL, 2017).

À vista disso, o ECA é resultado de uma luta pelo entendimento da sociedade brasileira com relação às crianças e adolescentes. Desta forma, apesar das desigualdades econômicas e sociais existentes, crianças e adolescentes tornaram-se indivíduos com direitos (CASTRO; MACEDO, 2019).

Nesse viés, todas as garantias legais estabelecidas no ECA “objetivam minimizar os abusos praticados contra crianças e adolescentes no seu processo de desenvolvimento físico, mental e psicológico, de modo a viabilizar condições favoráveis para a construção de um adulto com dignidade” (FARINELLI; PIERINI, 2016, p. 80). Apesar dos benefícios que o ECA trouxe, em termos de fornecer direitos às crianças e adolescentes, concordamos com os autores Maximiano, Silva e Nascimento (2019, p. 141) quando abordaram que:

O Brasil tem vivenciado uma realidade cruel em relação à criança e ao adolescente que vem sofrendo diversos episódios de violência, tanto em âmbito familiar como no âmbito institucional. Fatores que tornam explícito que a criação de uma lei, como o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por si só não é sinônimo de proteção integral.

Percebe-se, portanto, que ainda que o ECA defenda a proteção integral à infância e juventude, isso não tem impedido que indivíduos amparados por este estatuto sofram violências familiares e até institucionais. Nessa perspectiva, Farinelli e Pierini (2016, p. 73) explicitaram:

como assegurar direitos numa sociedade, em que a violência e suas derivações geram situações complexas decorrentes da realidade

social, ou seja, os altos índices de trabalho infantil, de exploração sexual de adolescentes, de abusos, negligência e discriminação.

Nesse aspecto, embora o ECA seja um documento que assegura legalmente a proteção de crianças e de adolescentes, isso não impede que estes indivíduos sejam vítimas de discriminações e violências.

A partir das definições apresentadas neste subtópico, entendemos que a escola tem um compromisso a zelar com a segurança das crianças e dos adolescentes que dela fazem parte. Desta forma, é imprescindível que os professores e as professoras estejam atentos às condições físicas e psicológicas que os alunos e as alunas manifestam no âmbito escolar, de forma a protegê-los de possíveis abusos e violências, as quais, como apresentamos, poderão vir da família e pessoas próximas a elas.

1.3.2 Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram desenvolvidos, no final de 1995, pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da participação de um grupo de educadores brasileiros. Os PCN tratam de orientações, as quais pretendem criar condições que possibilitassem aos alunos e alunas, conhecimentos necessários para o exercício da cidadania¹⁴ (BRASIL, 1998a).

Os temas transversais foram inseridos nos PCN para proporcionar discussões a respeito da Ética, Saúde, Meio Ambiente, Consumo, Trabalho, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual¹⁵ (FRASSON-COSTA, 2016, p. 29).

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social. As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de

¹⁴ Compreendemos que o exercício de cidadania envolve direitos e responsabilidades de todos, bem como o respeito aos direitos universais da pessoa humana e aos direitos estabelecidos na constituição federal (BRASIL, 1997).

¹⁵ Os PCN não utilizam o termo “Educação Sexual”, comumente utilizado por autores e pesquisadores da área da sexualidade, mas sim “Orientação Sexual”. Desse modo, é importante esclarecer que a orientação sexual disposta nos PCN considera a sexualidade em suas dimensões psíquica, biológica e cultural (BRASIL, 1998b).

comunicação. A Orientação¹⁶ Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas (BRASIL, 1998a, p. 67).

A abordagem da sexualidade, em sala de aula, é essencial e, embora seja estigmatizada por tabus e preconceitos decorrentes da cultura e da sociedade, deve possibilitar reflexões e discussões no espaço escolar. Nesse sentido, Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019, p. 1541) afirmaram que:

Ao considerarmos as investigações que apontam para as potencialidades dos PCN no que tange à educação sexual, encontramos discursos que assinalam que este documento oficial legitima a abordagem da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Tal fato apresenta-se como uma inovação em termos de políticas públicas, oficializando a educação sexual como uma competência escolar e resguardando a atuação de docentes que desenvolvem atividades e/ou projetos que contemplam esta temática.

Nesta perspectiva, evidenciamos que os PCN fornecem políticas públicas para a abordagem da Educação Sexual na escola e compreendem a temática como uma competência escolar a ser desenvolvida por meio de ações tais como projetos, conteúdos e atividades que envolvam a sexualidade. É importante ressaltar que, embora os PCN amparem a atuação da escola no que diz respeito à discussão da Educação Sexual, o documento esclarece que:

A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos (BRASIL, 1998a, p. 67).

A partir disso, percebe-se que a discussão da temática no espaço escolar não tem a pretensão de doutrinar os alunos e alunas a determinadas percepções, comportamentos ou ações de natureza sexual, muito menos contrariar a Educação Sexual recebida no âmbito familiar, mas sim, oportunizar o acesso aos conhecimentos científicos relacionados à sexualidade. Ademais, é importante ressaltar que os PCN estão divididos em três blocos de conteúdos, sendo eles:

¹⁶ Os PCN de Orientação Sexual indicam o termo “orientação sexual”, como expressão da prática realizada no âmbito escolar, pois considera que a “Educação Sexual” é uma tarefa de responsabilidade da família (XAVIER FILHA, 2017).

Corpo: matriz da sexualidade – Para a compreensão dessa abordagem, é importante ter em mente a diferença entre organismo e corpo.

O organismo refere-se ao aparato herdado e constitucional, à infraestrutura biológica dos seres humanos. Já o conceito de corpo diz respeito às possibilidades de apropriação subjetiva de toda a experiência na interação com o meio. O organismo atravessado pela inteligência e desejo se mostrará um corpo. No conceito de corpo, portanto, estão incluídas as dimensões da aprendizagem e todas as potencialidades do indivíduo para a apropriação das suas vivências (BRASIL, 1998b, p. 317).

Percebe-se, desse modo, que o corpo perpassa as questões referentes à anatomia humana e é visto como um todo, que abrange emoções e sentimentos. Deste modo, para que os alunos compreendam isso, é necessário que os professores construam conceitos e valores acerca do corpo, explicitando as dimensões da sexualidade (BRASIL, 1998b).

Os PCN abordam diferentes áreas do saber, tais como matemática, português, artes, educação física, ciências naturais, entre outros, e podem contribuir com a construção do corpo, por meio de conteúdos sobre sexualidade. Destarte, a sexualidade pode ser abordada nas mais diversas disciplinas ofertadas na escola. Um exemplo disso é que um professor de educação física pode abordar a sexualidade ajudando os alunos a construir uma visão crítica a respeito da importância de respeitar o seu corpo e o do outro, tanto de forma física quanto psicológica (BRASIL, 1998b).

Outro exemplo encontra-se na disciplina de ciências, a qual aborda sobre amadurecimento das potencialidades sexuais e reprodutivas, aceleração do crescimento, puberdade, mudanças hormonais no corpo de meninos e meninas, entre outros assuntos relacionados à sexualidade. Além de os professores e as professoras abordarem somente sobre as mudanças biológicas, é interessante que discutam e ouçam as dúvidas, curiosidades e os medos provocados nos alunos e alunas como resultado dessas mudanças (BRASIL, 1998b).

É importante, também, que os professores e as professoras, independente da disciplina/matéria que lecionem, versem sobre a importância do uso de camisinhas (masculina e feminina) como forma de prevenção à gravidez não planejada e IST. Essas discussões geram nos alunos e alunas senso de responsabilidade.

Outro aspecto fundamental é que, antes de abordar a sexualidade, os professores e as professoras investiguem os conhecimentos prévios que os alunos e as alunas têm sobre determinado assunto, pois mesmo que não tenham conhecimentos aprofundados, eles sempre têm uma ideia predefinida, resultado de suas curiosidades e ansiedades com relação à temática (BRASIL, 1998b).

Após terem suas dúvidas e curiosidades respondidas, as ansiedades e medos dos alunos e alunas serão diminuídos e eles ficarão mais beneficiados com conhecimentos científicos sobre seu corpo e sexualidade.

Relações de gênero – Com relação a este bloco de conteúdo, tem-se como objetivo combater as relações autoritárias e quebrar condutas estabelecidas para homens e mulheres socialmente, indicando caminhos para transformações, pois “são muitas as possibilidades da transversalidade desse bloco de conteúdo” (BRASIL, 1998b, p. 323).

Os PCN apresentam como a história das mulheres, suas lutas em busca de direitos podem ser estudadas na área de história, geografia e até na matemática, ao analisarmos os avanços progressivos dos movimentos no decorrer dos anos (embora o documento não seja atual).

Além de apresentar algumas possibilidades de transversalidade das relações de gênero, o documento¹⁷ descreve a importância de os professores e professoras buscarem garantir as mesmas oportunidades participativas para meninos e meninas, respeitando os interesses e preferências de ambos, independente de fatores biológicos (BRASIL, 1998b).

É muito nítida a forma como as relações de gênero estão presentes nas brincadeiras diretamente ligadas à sexualidade. Desse modo, os questionamentos e posicionamentos dos professores com relação a essas questões podem contribuir para a plena cidadania dos alunos (BRASIL, 1998b).

Prevenção das Doenças¹⁸ Sexualmente Transmissíveis – Este bloco aborda sobre a importância que há em os professores e as professoras

¹⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998b).

¹⁸ Reiteramos que, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997;1998) e a atual Base Nacional Comum Curricular (2018), ainda nominem Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), atualmente não se utiliza mais esta terminologia. Isso decorre do fato que foi substituída com a nomeação Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A diferenciação de Doenças e Infecções, encontra-se no fato que as infecções podem permanecer por um longo tempo sem apresentar sintomas, já as doenças demonstram sinais e sintomas visíveis no organismo dos indivíduos. Cabe ressaltar que as infecções podem ter períodos assintomáticos, como no caso da sífilis e do herpes genital, ou, podem

incentivarem os alunos e alunas em prol da prevenção, por meio do uso de camisinhas e de luvas, em caso de contato com sangue, de DST e da AIDS. Ademais, ressalta-se a importância da promoção de debates sobre o assunto (BRASIL, 1998b).

Para além, cabe à escola exercitar a oportunidade de versar sobre o tema quando o mesmo é trazido em debate pelos próprios alunos ou quando é vivido pela comunidade escolar. Assim, é importante que, para a abordagem desse assunto, também seja realizado o levantamento das concepções prévias que os estudantes possuem acerca das DST e da AIDS, visto que, muitas vezes, são constatadas informações equivocadas sobre elas e, por isso, os profissionais da área da educação devem estar preparados para esclarecer dúvidas sobre a temática (BRASIL, 1998b).

Dessa forma, os PCNs reforçam a pertinência de os professores e as professoras discutirem sobre o uso de camisinha em todas as relações sexuais, visto que não se trata de se prevenir de alguém, mas sim do vírus HIV (BRASIL, 1998b).

Mattos (2017), em seu Trabalho de Conclusão de Curso nomeado “Quem educa o educador?: do vivido em cotidianos escolares a uma análise do prescrito em documentos legais como indicadores de direito dos educadores às vivências de processos de educação sexual emancipatória”, discutiu que os PCN foi o primeiro documento que serviu como parâmetro ao currículo, permitindo a autonomia dos professores e professoras para abordarem a sexualidade de acordo com o contexto social, conhecimentos prévios e culturais dos alunos e das alunas e ressaltando a importância da abordagem da temática como tema transversal.

Além disso, a autora enfatizou a relevância de os professores e professoras terem em mente que, embora os PCN sejam um importante documento, como o seu próprio nome diz, eles trazem apenas parâmetros (MATTOS, 2017). Enfatizamos que, mesmo desatualizados, os PCN foram um marco histórico para que fosse introduzido o diálogo curricular da temática no ambiente escolar.

1.3.3 Base Nacional Comum Curricular

ainda se manter assintomáticos durante toda a vida dos indivíduos, como no caso do HPV. Desta forma, o termo IST é o mais adequado e já utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A nova terminologia trata-se de uma atualização do Ministério da Saúde, validada por meio do Decreto nº 8.901/2016, a qual foi publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada no ano de 2017, trata-se de um documento normativo que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais, as quais os alunos e alunas devem desenvolver durante sua trajetória escolar na Educação Básica, de forma que tenham a garantia de seus direitos de desenvolvimento e aprendizagem. Este documento normativo é aplicável à educação escolar e orienta-se pelos princípios éticos, políticos, os quais visam também à formação integral e à construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática (BRASIL, 2018).

A BNCC é constituída por assuntos necessários para o desenvolvimento dos alunos e das alunas da Educação Básica. Entretanto, neste espaço, pretendemos discutir e verificar se a BNCC considera as questões relacionadas à sexualidade. A princípio, em sua apresentação, o documento¹⁹ retrata de forma resumida os conteúdos contemplados.

Nesse sentido, inicialmente, realizamos a leitura do resumo da temática “vida e evolução”; nele, o documento normativo BNCC retrata que um dos focos desta unidade é:

a percepção de que o corpo humano é um todo dinâmico e articulado, e que a manutenção e o funcionamento harmonioso desse conjunto dependem da integração entre as funções específicas desempenhadas pelos diferentes sistemas que o compõem. Além disso, destacam-se aspectos relativos à saúde, compreendida não somente como um estado de equilíbrio dinâmico do corpo, mas como um bem da coletividade, abrindo espaço para discutir o que é preciso para promover a saúde individual e coletiva, inclusive no âmbito das políticas públicas (BRASIL, 2018, p. 327).

Nesse trecho, o documento aborda sobre a saúde e discute a importância da promoção de saúde individual e coletiva no âmbito das políticas públicas. Desse modo, seria importante que, neste espaço, o documento trouxesse aspectos referentes à sexualidade, pois a temática propõe a reflexão e prevenção de diversos assuntos relacionados à saúde, tais como, as IST, AIDS, aborto, entre outros. Em continuidade, a BNCC versa que:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e

¹⁹ Base Nacional Comum Curricular (2018).

apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial (BRASIL, 2018, p. 327).

Percebemos que o documento deixa algumas lacunas quando versa a pretensão de “ampliar os conhecimentos e apreço pelo seu corpo”, bem como “identificar os cuidados necessários para a manutenção da saúde”, pois, embora esses conceitos possam ser utilizados para se referir à Educação Sexual, em momento nenhum a discussão sobre a sexualidade é indicada.

Além disso, a BNCC aborda que deverá ser dada continuidade às abordagens realizadas na EI, mas em nenhum trecho explicita quais abordagens referentes ao corpo e à manutenção da saúde são trabalhadas com crianças da EI. Com relação ao EF anos finais, o documento discute que:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2018, p. 327).

O documento somente cita a sexualidade para se referir à sua abordagem nos anos finais do EF e, ainda, a forma como o documento discute a abordagem da temática denota o prevaletimento de conteúdos meramente biológicos, o que nos leva a ponderar se não são apenas os conteúdos referentes à reprodução humana que estão sendo apresentados aos alunos, sem levar em consideração os aspectos que envolvem a sexualidade.

Posteriormente, ainda na temática “vida e evolução” da disciplina de Ciências, do 8º ano do EF anos finais, são explicitadas cinco habilidades a serem atingidas: “Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso”; “Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos”; “Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e

tratamento de algumas DST²⁰ (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção”; “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2018, p. 349), e a quinta e última habilidade:

Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) (BRASIL, 2018, p. 349).

Sendo assim, é perceptível que as habilidades citadas pela normatização da BNCC, para os anos finais do EF, abordam sobre os métodos contraceptivos, as DST²¹, a AIDS, as transformações ocorrentes durante o processo de puberdade e os aspectos de reprodução. Destarte, é observada a ausência da sexualidade na EI e anos iniciais do EF, restringindo-a apenas aos anos finais do EF de forma meramente biológica.

Desta forma, a abordagem da sexualidade é limitada à conjuntura do oitavo ano do EF, ao lado de conteúdos inerentes a sistemas reprodutivos, puberdade, gravidez e IST (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019). Os próprios PCN discordam da abordagem da temática apenas em uma perspectiva biológica quando discutem que:

Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade (BRASIL, 1998b, p. 292).

À vista disso, percebe-se que a escola ainda resume a sexualidade apenas em sua dimensão fisiológica, reprodutiva e preventiva de IST e gravidez não planejada. Nessa perspectiva, Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019, p. 1547), em uma escrita recente, apontaram que:

²⁰ O documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) utiliza o termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), entretanto, seguindo as normas do Ministério da Saúde, atualizadas no ano de 2016, a nomeamos como Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

²¹ IST.

a sexualidade é apresentada pela BNCC somente em sua dimensão biológica, na qual são salientados conteúdos vinculados à anatomia e à fisiologia da reprodução humana. Cabe sublinhar que ao apresentar o corpo biológico ao lado de conteúdos referentes às IST, denominadas no documento oficial ainda pela nomenclatura DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), o trabalho com tal temática em sala de aula poderá reforçar o trinômio corpo-saúde-doença que, dentre outros aspectos, traz em si pressupostos médico-higienistas.

Tais constatações reiteram que a BNCC excluiu, de seu documento oficial, os aspectos referentes à diversidade sexual e de gênero, os quais, inevitavelmente, se fazem presentes no ambiente escolar (FURLANETTO *et al.*, 2018; SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019). Percebemos, nesse sentido, que a sexualidade é discutida somente em aspectos biológicos, pois as questões sociais relacionadas à sexualidade, tais como gênero, respeito às diferenças e o combate ao sexismo ficaram à margem do documento.

Este fato se torna problemático ao considerarmos que a BNCC orientará a elaboração de matrizes curriculares da educação básica em todo o território nacional, pois a não abordagem do gênero no corpo do documento abrirá precedentes para que esta temática não seja incluída nos processos educativos (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019, p. 1548).

Concordamos com o pensamento dos autores, pois, para que a diversidade sexual e de gênero seja trabalhada nos espaços escolares, é necessário que os documentos norteadores da educação apontem para a importância da temática nos currículos escolares.

Sendo assim, é possível afirmar que a BNCC se mostra insubmissa à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, de forma que suas preconizações apontam retrocessos no debate da temática em comparação com as proposições estabelecidas nos PCN, sobretudo nos documentos referentes aos Temas Transversais – Orientação Sexual, os quais preconizam que assuntos relacionados à sexualidade necessitam ser abordados por professores das mais diversas áreas do conhecimento (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019).

Diante do cenário apontado, “somos levados a crer que os tênues avanços possibilitados pelos PCN poderão ruir diante da implantação da BNCC na Educação Básica, representada pela educação infantil e ensino fundamental” (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019, p. 1552).

Eis então a necessidade de os professores e as professoras lutarem pela implementação efetiva da Educação Sexual no âmbito escolar, de forma que a sexualidade não seja retirada das salas de aula, impedindo os alunos e as alunas de se apropriarem de conhecimentos importantes referentes à temática. Mattos (2017, p. 47-48) considerou que:

[...] uma educação sexual numa perspectiva emancipatória se faz fundamental ao se discorrer sobre questões de cidadania plena, visto que a plenitude do Ser humano é inseparável, sim, de sua dimensão de sexualidade, inerente ao existir humano, já que somos Seres sempre sexuados.

Compreendemos, desse modo, que a BNCC defende a cidadania plena dos indivíduos, porém acaba desconsiderando que a sexualidade é indissociável dos indivíduos e precisa ser abordada na escola de forma Emancipatória, considerando diversas dimensões humanas e visando o desenvolvimento integral dos alunos e das alunas.

1.3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores

De acordo com Gonçalves, Mota e Anadon (2020, p. 362), desde a aprovação da LDB, no ano de 1996, o Conselho Nacional de Educação (CNE) “publicou três Diretrizes para a Formação de Professores. A primeira DCN²² data de 2002, a segunda de 2015, e a última foi publicada em 20 de dezembro de 2019”. Nesse ínterim, é importante destacar que o que impulsionou a implementação das diretrizes de formação de professores, de 2019, foi a aprovação da BNCC, no ano de 2017.

O inciso 8º do art. 62 da LDB aponta que os currículos dos cursos de formação inicial de professores deverão possuir, como referência, a BNCC (BRASIL, 2019). Assim, com o intuito de valorizar e colocar em prática os princípios da BNCC, foram criadas, no ano de 2019, as novas DCN para a formação inicial de professores (D’ÁVILA, 2020). À vista disso, em seu Art. 3º, o documento DCN para a formação inicial de professores descreve que:

²² Diretrizes Curriculares Nacionais.

Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes. Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação (BRASIL, 2019, p. 2).

Sendo assim, os licenciados, inseridos nos cursos de formação de professores, deverão desenvolver as competências estabelecidas na BNCC, entretanto, é essencial considerarmos que:

A Proposta de Base Nacional Curricular para a Formação de Professores encaminhada pelo MEC ao CNE não foi discutida com as universidades, professores da Educação Básica e entidades educacionais. Tratava-se de um texto, elaborado por um grupo de consultores vinculados a empresas e assessorias educacionais privadas. O documento resgata a noção de competências como orientadora da formação de professores (GONÇALVES; MOTA; ANADON, 2020, p. 366).

Nesse sentido, a proposta não foi bem aceita e, assim, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação (FORUMDIR) manifestaram-se contra a revogação da CNE, do ano de 2015, como é o caso da ANFOPE, a qual manifesta que as novas DCN alteram os cursos de licenciatura e desvalorizam a qualidade da formação de professores (ANFOPE, 2020).

É oportuno mencionar que a desvalorização da qualidade formativa dos futuros professores pode encontrar-se no fato de que toda a resolução das novas DCN:

[...] tem como foco principal, saber desenvolver em seus futuros alunos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, as competências e as habilidades definidas na BNCC. Pode-se depreender disso, que o trabalho do futuro professor será basicamente o de traduzir e ter os atributos necessários para colocar em prática o que já está definido na BNCC (GONÇALVES; MOTA; ANADON, 2020, p. 370).

Considerando que as atuais DCN para a formação inicial de professores apontam que a formação de professores será voltada para o desenvolvimento das competências da BNCC, automaticamente, somos levados a

refletir sobre os conteúdos importantes que ficaram à margem do documento²³, como é o caso da Educação Sexual. A falta de abordagem da Educação Sexual nos documentos oficiais da Educação representa retrocesso diante das inúmeras tentativas de implementação efetiva da temática nos espaços formativos, pois:

São necessários investimentos para ampliação da abordagem desses assuntos e combate de violências, sejam elas sutis, através da negligência e dos silenciamentos, ou explícitas, através de dispositivos e atitudes intencionais que impedem os indivíduos de terem seus direitos assegurados (SANTOS; CERQUEIRA-SANTOS, 2021, p. 243).

Compreendemos que seria importante que, tanto a BNCC quanto as DCN para a formação de professores apontassem para a implementação da Educação Sexual formal, pois “essas ações podem promover a construção de conhecimentos indispensáveis para uma vivência da sexualidade de forma mais segura e responsável” (SANTOS; CERQUEIRA-SANTOS, 2021, p. 243). Ademais, é importante ressaltar que o atual Plano Nacional de Educação (PNE) também não enfatiza a importância da abordagem da Educação Sexual na esfera educacional.

Nessa perspectiva, Santos e Cerqueira-Santos (2021, p. 245) acrescentam que:

É possível observar as consequências do fortalecimento dessas resistências no PNE 2014-2024, pois além dos tópicos de orientação sexual e gênero terem sido retirados do seu texto, esse documento tem pouca ênfase para o trabalho com assuntos relacionados à sexualidade nesses estabelecimentos.

Portanto, como destaque deste subtópico, os principais documentos norteadores da Educação Básica não têm apontado efetivamente a importância da Educação Sexual, visto que uma completa formação escolar e universitária tem de apontar para a abordagem da Educação Sexual em uma perspectiva Emancipatória.

²³ Base Nacional Comum Curricular.

2. SABERES DOCENTES E “SABERES” DA EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: MANIFESTAÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Neste capítulo, inicialmente apresentaremos os saberes docentes de Tardif e os “saberes” da Educação Sexual Emancipatória. Posteriormente, versaremos sobre as analogias estabelecidas entre os saberes docentes e os “saberes” da Educação Sexual Emancipatória. Logo após, abordaremos sobre a Educação Sexual no contexto da formação inicial de professores, evidenciando a importância de as licenciaturas ofertarem a temática. Para concluir, versaremos sobre o papel, finalidades e princípios formativos do curso de Pedagogia.

2.1 SABERES DOCENTES E SABERES EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Tardif (2014) versa sobre os saberes que servem de base ao ofício do professor e, de acordo com ele, o saber docente é um saber plural, formado pelo amálgama de saberes provenientes da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. É fundamental ressaltar que os saberes raramente são produzidos pelos próprios professores, muitos provêm da família, da escola e universidade que os formou, isto é, de instituições e estabelecimentos de ensino, já outros decorrem de sua cultura pessoal (TARDIF, RAYMOND, 2000).

Assim como Tardif apresenta saberes docentes da formação profissional, em outra perspectiva, alguns estudiosos da área da sexualidade (FIGUEIRÓ, 2010, 2014, 2018; FRASSON-COSTA, 2012; 2016; MATTOS, 2017; MELO, 2011; VITOR, MAISTRO, ZÔMPERO, 2020; YARED; MELO; VIEIRA, 2020) apresentam o que nomeamos de “saberes” da Educação Sexual, que são conhecimentos referentes à Educação Sexual em uma perspectiva Emancipatória.

Considerando que o objetivo desta pesquisa consiste em investigar se houve aproximação entre os saberes docentes e os saberes da Educação Sexual Emancipatória nas atividades realizadas pelos licenciandos em Pedagogia, achamos conveniente apresentar, por analogia, os saberes docentes articulados aos saberes da Educação Sexual Emancipatória. Portanto, versaremos sobre os conceitos dos saberes docentes, apresentados pelo autor Tardif, paralelamente aos conceitos da Educação Sexual Emancipatória.

Saberes da formação profissional – Trata-se do “conjunto de saberes transmitidos²⁴ pelas instituições de formação de professores, isto é, escolas normais ou faculdades de ciências da educação” (TARDIF, 2014, p. 36). Os autores Tardif e Raymond (2000) escreveram que os saberes profissionais dos professores são plurais, compósitos, heterogêneos, pois apresentam, no exercício da profissão docente, conhecimentos e manifestações do saber fazer e do saber ser dos professores.

Saberes da formação profissional em uma perspectiva Emancipatória da Educação Sexual – Trata-se de “saberes” que valorizam a formação em sexualidade envolvida com as lutas sociais, tais como a luta contra toda a forma de opressão, discriminação e de violência. Portanto, estes saberes valorizam ações formativas que tenham como característica o compromisso com as transformações sociais por meio da “aceitação das diferenças, o respeito pela minoria e o combate a toda situação de opressão e de violência sexuais” (DESSUNTI; SOUBHIA; ALVES, 2009, p. 68).

Ainda nessa perspectiva, a formação inicial de professores deve “favorecer a aproximação dos conhecimentos científicos para uma atuação crítica e para a transformação social, visando à educação para a cidadania” (FRASSON-COSTA, 2012, p. 52) e sustentada em princípios de transversalidade.

Analogias entre os saberes da formação profissional e os saberes da Educação Sexual Emancipatória – Considerando os conceitos apresentados, pode-se dizer que uma das principais contribuições das universidades é a de formar professores e professoras que compreendam a importância de a Educação Sexual Emancipatória ser discutida nos espaços escolares. Desse modo, para que os estudantes de licenciaturas possam se preparar para abordar uma Educação Sexual Emancipatória, é necessário que estes vivenciem o processo de reeducação sexual, de forma planejada, para que assim estejam em condições propícias para educar sexualmente crianças, jovens e adultos (FIGUEIRÓ, 2018).

²⁴ Justificamos que esse termo é utilizado por Tardif (2014), por isso foi utilizado nesta citação. Entretanto, ressaltamos que não utilizamos esta terminologia em nosso trabalho, pois compreendemos que se trata de um modelo teórico de educação da pedagogia tradicional. Na tendência tradicional, os professores são vistos como transmissores do conhecimento e os alunos como agentes passivos. Não partilhamos deste pensamento, pois acreditamos que os alunos devem participar ativamente dos processos de construção de ensino e aprendizagem os professores têm o papel de orientar a aprendizagem desses alunos.

Saberes disciplinares – Pode-se dizer que estes saberes se incorporam à prática docente por meio da formação inicial e/ou contínua dos professores em forma de disciplinas oferecidas pelas universidades em diversos cursos e emergem da tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes (TARDIF, 2014).

Saberes disciplinares em uma perspectiva Emancipatória da Educação Sexual – A abordagem Emancipatória da Educação Sexual em disciplinas deve “desalojar certezas, desafiar debates e reflexões, posturas fundamentais na busca do desenvolvimento pessoal do ser humano como um ser corporificado, sexuado, contribuindo na busca de cidadania para todos” (MELO *et al.*, 2011, p. 49).

Analogias entre os saberes disciplinares e os saberes da Educação Sexual Emancipatória – Considerando os conceitos apresentados, Figueiró (2001) declarou que as disciplinas de graduação e Pós-Graduação podem ser promissoras para estudos, articulações e reflexões referentes à Educação Sexual, pois elas podem ser um meio eficaz para promover a reeducação sexual de muitos indivíduos.

Em uma escrita mais recente, a autora discorreu que os professores e as professoras “educam pela forma de agir, de ensinar sua própria matéria (ou disciplina), qualquer que seja ela, e pela forma de se relacionar com os alunos e com colegas de trabalho” (FIGUEIRÓ, 2018, p. 223). Isso nos leva a refletir sobre a importância de os saberes disciplinares contemplarem a Educação Sexual em uma perspectiva Emancipatória.

Saberes curriculares – Tardif (2014) escreveu que os saberes curriculares são apresentados em forma de programas escolares, os quais os professores devem aprender e aplicar em sua prática. O autor conceitua que estes saberes “correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados como modelos da cultura erudita” (TARDIF, 2014, p. 38).

Saberes curriculares em uma perspectiva Emancipatória – Com relação a estes saberes, Figueiró (2001) apontou que se a Educação Sexual for vista no currículo, exclusivamente como forma de amenizar os problemas sociais, entre eles: gravidez na adolescência e IST, isso poderá intervir no sentido que os educadores e as educadoras poderão oferecer ao seu trabalho, reconhecendo a importância da Educação Sexual na vida das crianças e dos adolescentes, de forma que estes possam viver a sexualidade de forma saudável e feliz.

Analogias entre os saberes curriculares e os saberes da Educação Sexual Emancipatória – Muitos conhecimentos referentes à sexualidade são abordados, em sala de aula, de forma meramente biológica, sem se envolver com o compromisso emancipatório de transformação da sociedade. Na perspectiva de Carvalho (2009), tais ações são enraizadas historicamente no discurso médico-biológico, o qual valoriza abordagens de anatomia, reprodução humana e regem a sexualidade por meio de discursos de respaldo científico. Como resultado, são aplicadas, nas escolas, somente ementas e propostas curriculares com vistas à prevenção da saúde sexual por meio do uso de métodos contraceptivos e conscientização das IST.

Sem desconsiderar a importância dos conteúdos relacionados à reprodução sexual e da anatomia humana, entretanto, é necessário que os currículos escolares abordem, também, outros saberes importantes para a vivência da sexualidade, tais como as questões de gênero, orientação sexual e violência sexual. Nessa perspectiva, Goldberg (1988 *apud* FIGUEIRÓ, 2010, p. 152) abordou que “a luta contra a violência sexual é uma das importantes lutas que fazem da Educação Sexual um processo permanente e de efeito transformador dos padrões de relacionamento sexual”.

Destarte, é necessário que os saberes curriculares contemplem abordagens que visem a transformação dos padrões de vivência sexual, visto que “independentemente da existência curricular de uma educação sexual escolar formal, a sexualidade estará sempre presente no ambiente escolar” (JOCA; SANTOS, 2020, p. 10).

Saberes experienciais – Estes saberes se originam de diversas fontes, tais como da formação inicial e continuada dos professores, currículo e socialização escolar, conhecimento das disciplinas a serem ensinadas, experiência profissional, entre outros (TARDIF, RAYMOND, 2000).

Assim, os professores “desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes brotam da experiência e são por ela validados. Podemos chamá-los de saberes experienciais ou práticos” (TARDIF, 2014, p. 39). Os Saberes experienciais formam o núcleo vital dos saberes docentes, uma vez que os demais saberes, tais como os saberes de formação

profissional, saberes disciplinares e saberes curriculares são exteriores à prática docente (TARDIF, 2001).

Saberes experienciais em uma perspectiva Emancipatória da Educação Sexual – Na perspectiva de Melo *et al.* (2011, p. 29) os conceitos, crenças, vivências e práticas sexuais são frutos de uma “construção sócio-histórica determinada e determinante”. Nesse sentido, muitos tabus e preconceitos são resultado de experiências negativas perpassadas de geração em geração, as quais concebem o sexo e a sexualidade como algo proibido e negativo. Nesse sentido, na perspectiva de Figueiró (2010), um dos principais focos da Educação Sexual Emancipatória é o resgate do gênero e do erótico na vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, Figueiró (2010, p. 130-131) afirmou que:

[...] resgatar o gênero implica que homens e mulheres possam, em conjunto, de acordo com as necessidades de cada momento histórico, reavaliar a forma de viver e as possibilidades de ação de cada um, seus deveres e seus direitos. Pode-se dizer que resgatar o erótico implica encarar a sexualidade como algo bonito e bom na vida das pessoas, lutando por eliminar a visão que tem predominado: a de algo “sujo”, “feio” e “vergonhoso”, assim como a visão de que é um assunto do qual não se deve falar.

Portanto, para que os indivíduos tenham experiências positivas com relação à sexualidade, é importante que estes façam ou tenham feito o resgate ao gênero e ao erótico, pois somente assim terão consciência da importância que há nas lutas pelas transformações sociais.

Analogias entre os saberes experienciais e os saberes da Educação Sexual Emancipatória – Na perspectiva de Melo *et al.* (2011), é a partir da sociedade e/ou da cultura que atribuímos significados para nossas experiências sexuais. Neste íterim, é importante que as universidades e a escola proporcionem experiências positivas a respeito da sexualidade, de forma que os licenciandos e licenciandas possam propagar uma Educação Sexual Emancipatória, com vista às transformações da sociedade.

É interessante analisarmos que, assim como os saberes profissionais são relacionados à identidade, as experiências e histórias profissionais dos professores, do mesmo modo, os saberes, crenças e convicções que os indivíduos possuem relacionados à sexualidade também estão relacionados às experiências que estes tiveram com a mesma, podendo ser positiva ou negativa. Desta forma, é

fundamental que as instituições de ensino, a saber a escola, favoreçam conhecimentos da sexualidade de forma positiva e emancipatória.

Na perspectiva dos saberes docentes o professor ideal é:

[...] alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático e baseado em sua experiência cotidiana com seus alunos (TARDIF, 2014, p. 39).

Desse modo, para que os professores se tornem o que Tardif (2014) denomina de professor ideal, é necessário que estes estabeleçam relações com os saberes da formação profissional, saberes disciplinares, curriculares e experienciais. Por outro lado, no ponto de vista dos saberes da Educação Sexual Emancipatória, pode-se dizer que o professor ideal é alguém que:

[...] saiba identificar problemas sociais presentes no cotidiano escolar, causados pelos conflitos de poder e das desigualdades geradas pelas diferenças (culturais ou biológicas), investigando a origem e as bases que constroem essas adversidades, buscando suporte na ciência, com o propósito de integrar e equivaler os vários segmentos sociais (grupos sociais), propondo soluções didático-pedagógicas que visem a superação das desigualdades e a promoção da diversidade humana como algo inerente e natural (VITOR; MAISTRO; ZÔMPERO; 2020, p. 293).

Com este subtópico explorado, inferimos que a correlação entre os diferentes saberes é essencial para que os licenciandos e as licenciandas tenham uma boa formação inicial e, futuramente, uma prática docente exitosa.

2.2 RELAÇÃO EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO INICIAL

É necessário que a Educação Sexual seja abordada no curso de Pedagogia, de forma que os futuros e futuras professoras incorporem conhecimentos referentes à sexualidade, pois como considerado por Bonfim (2010, p. 31):

A complexidade de desenvolvimento real do tema da Educação Sexual parece indicar uma deficiência na forma como os professores têm sido formados nas universidades em suas respectivas Licenciaturas ou espaço de formação inicial em sua graduação.

Isso nos possibilita refletir acerca das lacunas estabelecidas na sociedade há muitas décadas, pois até mesmo o espaço de sala de aula na concepção de um espaço de discussões sobre todos os assuntos que refletem no ambiente escolar, acaba, por sua vez, sendo um espaço vazio, que demonstra a impossibilidade de debates, estudos e pesquisas sobre a temática da Educação Sexual. Nesse sentido, de acordo com Bartacevicius e Miranda (2019, p. 162):

Se os cursos de licenciatura não têm preparado os professores para trabalharem os conceitos de Educação Sexual com seus alunos, a formação continuada e a experiência cotidiana do docente têm sido o remédio encontrado por muitos professores para suprir essa deficiência. Solução, porém, que não é suficiente, pois tal medida atinge somente os professores que se propõem a esses estudos, enquanto os demais professores optam por não falar sobre esse tema ou por falar a partir de suas experiências e valores pessoais.

Conforme o trabalho citado acima, podemos perceber que os cursos de licenciatura ainda possuem lacunas no trato da sexualidade como uma temática relevante para a formação profissional de licenciandos e licenciandas. Desta forma, é essencial que os estudos da sexualidade sejam proporcionados aos mesmos, de forma a abranger conceitos teórico-metodológicos que venham ao encontro de suas necessidades formativas. Além disso, consideramos ser necessário o ensino dessa temática, pois proporciona conhecimentos biológicos, culturais e sociais necessários aos Educadores Sexuais. Abramovay, Castro e Silva (2004, p. 38-39) informaram que:

Em muitos casos [...] o estudo do corpo é delegado ao campo da biologia, sendo que os professores das demais áreas se eximem de quaisquer responsabilidades no que concerne à educação sexual dos alunos ainda que essa, subliminarmente, se realize por comentários, observações e até por silêncios quando situações consideradas sexualizadas ocorrem ou preconceitos se materializam em *brincadeiras* e por outras expressões.

Nesse aspecto, as formações pedagógicas em Educação Sexual promoverão, para além do acesso às informações biológicas, a pluralidade, integrando-a em sua área de conhecimento. Benites (2006, p. 92), em sua dissertação de Mestrado, afirmou que:

Se a graduação deixa lacunas na formação docente, as implicações irão se refletir numa prática em que reinará o despreparo para abordar uma educação sexual livre de interditos que ainda estão presentes no

cotidiano da sociedade brasileira. Em consequência estarão educando indivíduos com as mesmas dificuldades. Para romper com isto, acredita-se que um dos meios é investir na melhoria da formação inicial (na graduação) e na formação continuada dos docentes.

Entendemos que um caminho frutífero para a mudança deste cenário encontra-se na introdução de conteúdos, disciplinas, cursos, palestras, *workshops*, pesquisas, que estudem a sexualidade.

2.3 O PAPEL DO CURSO DE PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

O curso de Pedagogia é um espaço de formação inicial de professores e professoras, o qual assume-se como licenciatura; desta forma, é coerente que aponte para as questões relacionadas à Educação Sexual Emancipatória. Nesta perspectiva, Leão e Ribeiro (2013, p. 614) escreveram:

O curso de Pedagogia tem responsabilidade quanto à formação dos professores para trabalhar com educação sexual, uma vez que os egressos irão atuar, principalmente, na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, níveis de ensino estes que lidam com crianças geralmente carentes de informações sobre sexualidade.

Percebemos, neste aspecto, que o curso de Pedagogia possui um compromisso a zelar com seus licenciandos e licenciandas, de forma que estes acessem, na graduação, os conhecimentos teórico-metodológicos necessários para que, além de professores, sejam também Educadores Sexuais. No entanto, “há dificuldade para encontrar cursos de Pedagogia ou de Magistério Superior que tenham em seu currículo disciplina sobre educação sexual ou/e sexualidade” (BENITES, 2006, p. 30). O autor ainda complementa:

Como os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam que, no espaço escolar, sejam abordados os temas relacionados à sexualidade, sexo, corpo e gênero, é paradoxal que na formação de professores para a Educação Infantil e primeiras séries do Ensino Fundamental essas disciplinas estejam ausentes na graduação. (BENITES, 2006, p. 30)

Para que os pressupostos dos PCN sejam efetivados nas escolas, defendemos que as licenciaturas, incluindo o curso de Pedagogia, concretizem ações que promovam uma formação para a sexualidade, de forma que quando os futuros

professores e professoras adentrarem no espaço escolar estejam munidos cientificamente de conhecimentos relacionados à sexualidade. Na perspectiva de Koerich (2007, p. 85):

A busca por um currículo que envolva os saberes pertinentes à prática docente, para somar-se aos estudos sistemáticos a seu respeito, numa relação mais próxima daquilo que é vivido como experiência na Universidade e daquilo que se configura no cotidiano escolar nas vivências do(a) educador(a) ainda parece ser um desafio para os cursos de Pedagogia.

Nesse sentido, percebemos que sexualidade é um componente que está inserido no ambiente escolar, uma vez que, como já afirmamos, é indissociável dos indivíduos. Desta forma, as universidades, a saber os cursos de Pedagogia, têm que repensar sobre a responsabilidade enquanto agentes formadores, inserindo disciplinas, eventos e pesquisas que tratem da Educação Sexual em uma perspectiva Emancipatória.

Portanto, concordamos com Koerich (2007), com a ideia de que os cursos de Pedagogia façam a inserção da abordagem da sexualidade de forma intencional, durante todo o processo de formação dos licenciandos.

Assim como os demais aspectos da Educação, o curso de licenciatura em Pedagogia possui um histórico de fundamentos, filosofias, relações culturais, políticas e sociais. Considerando o Conselho Nacional de Educação (CNE), é possível compreender que:

Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº 1.190/1939, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação”. Estes eram, à época, professores primários que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias dos estados e dos municípios (BRASIL, 2005, p. 2).

Podemos afirmar que, conforme os preceitos utilizados no decreto do ano de 1939, é interessante refletir que os atuantes nos cargos acima eram nomeados “técnicos em educação”. Outro ponto importante a ser ressaltado é que os técnicos em educação eram bacharéis, isto é, os profissionais da área da educação, que atuavam, por exemplo, como pedagogos e em cargos administrativos, não

necessitavam possuir o título de licenciado em Pedagogia, exceto em casos de também atuação em sala de aula, como professor.

Para a atuação em sala de aula, como docente, era requisitada a formação de três anos em bacharelado em Pedagogia e mais um ano de estudos referentes à didática e às práticas de ensino. Ademais, os professores licenciados em Pedagogia atuavam também, mediante registro, como professores nas disciplinas de Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais, no primeiro ciclo do ensino secundário²⁵ (BRASIL, 2005). Portanto, como informa o CNE:

A dicotomia entre bacharelado e licenciatura levava a entender que no bacharelado se formava o pedagogo que poderia atuar como técnico em educação e, na licenciatura, formava-se o professor que iria lecionar as matérias pedagógicas do Curso Normal de nível secundário, quer no primeiro ciclo, o ginásial – norma rural, ou no segundo (BRASIL, 2005, p. 2).

Passadas algumas décadas, em 1969, os cargos administrativos do sistema de ensino, bem como os cargos de direção escolar foram mais valorizados, até mesmo nos planos de carreira, pois os licenciandos e licenciandas em Pedagogia mostraram qualificações para todas estas atividades que excediam a sala de aula. Observando as exigências, logo no início da década de 1980, muitas universidades realizaram reformas curriculares, de forma a desenvolver, no curso de Pedagogia, professores para atuar na EI, antiga pré-escola, e anos iniciais do EF, antigo ensino de 1º grau (BRASIL, 2005). Entretanto, como afirma o CNE (2005, p. 4):

À medida que o curso de Pedagogia foi se tornando lugar preferencial para a formação de docentes das séries iniciais do Ensino de 1º Grau, bem como da Pré-Escola, crescia o número de estudantes sem experiência docente e formação prévia para o exercício do magistério. Essa situação levou os cursos de Pedagogia a enfrentarem, nem sempre com sucesso, a problemática do equilíbrio entre formação e exercício profissional, bem como a desafiante crítica de que os estudos em Pedagogia dicotomizavam teoria e prática.

²⁵ De acordo com o decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, o ensino secundário era composto por Ensino Fundamental e Ensino Complementar. É importante esclarecer que o ensino secundário é o Ensino Fundamental atual (Regulamentado por meio da LDB, em 1996). No entanto, quando este era nomeado ensino secundário não era dividido como é atualmente, isto é, em anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental. Com relação ao ensino complementar, este era obrigatório para candidatos à matrícula de determinados institutos de Ensino Superior.

Diante desses fatos, o curso de Pedagogia recebeu várias críticas, pois algumas pessoas defendiam que a prática muito se distinguia das teorias. Desta forma, alguns indivíduos acreditavam que a teoria era mais importante do que a prática e vice-versa. Por fim, destacou-se a premissa de que a Pedagogia aborda o campo de investigação da educação, bem como do ensino e do trabalho pedagógico que é realizado na prática social.

Além disso, constatou-se que, nos anos de 1990 até a atualidade, a graduação em Pedagogia foi constituindo-se como o *lócus* preponderante na formação de professores da EB, a saber na EI e anos iniciais do EF, bem como em disciplinas pedagógicas para a formação de professores, gestão, administração e planejamento do ensino (BRASIL, 2005). A resolução do CNE/CP nº 01/2006, em seu Art. 4º estabelece que:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 11).

Entendemos, portanto, que o curso de Pedagogia é destinado à articulação com a docência, bem como com a gestão educacional e a produção do conhecimento nas áreas educacionais (AGUIAR *et al.*, 2006).

É importante ressaltar que, no parecer do CNE/CP nº 05/2005, é explicitado que a formação dos licenciandos e das licenciandas em Pedagogia os habilita para atuar pedagogicamente em espaços escolares e não escolares, que tenham à docência como base. Logo, a docência é concebida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia (BRASIL, 2005).

Considerando o que as diretrizes do curso de Pedagogia regulamentam, é possível depreender que a área compreende um campo amplo nos espaços formais e informais de atuação, os quais estejam entrelaçados à docência, visto que ela abrange um processo sistemático e proposital estabelecido nas ligações de natureza sociais (BRASIL, 2005).

Os licenciandos e as licenciandas do curso de Pedagogia atuam com um conjunto de informações e competências compostos por conhecimentos teóricos e práticos, os quais são exercidos em sua profissão docente, levando em consideração alguns aspectos, tais como a sensibilidade afetiva, a contextualização, a democratização, a interdisciplinaridade, entre outros (BRASIL, 2005). De acordo com Aguiar *et al.* (2006, p. 832):

A formação proposta para o profissional da educação do curso de Pedagogia é abrangente e exigirá uma nova concepção da educação, da escola, da pedagogia, da docência, da licenciatura. Uma nova compreensão que situe a educação, a escola, a pedagogia, a docência, a licenciatura no contexto mais amplo das práticas sociais construídas no processo de vida real dos homens, com o fim de demarcar o caráter sócio-histórico desses elementos.

Consideramos, a partir do exposto no decorrer deste subtópico, a relevância que os profissionais da educação representam para a escola, para a docência, para os alunos e alunas e suas famílias.

3. PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL

A Produção Técnica Educacional “Educação Sexual: uma proposta introdutória para licenciandos e licenciandas em Pedagogia” apresentada neste documento é parte integrante desta Dissertação de Mestrado intitulada: “A Educação Sexual e o curso de Pedagogia: uma proposta introdutória para licenciandos e licenciandas” e pode ser encontrada no *site* do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN), disponível em <http://www.uenp.edu.br/mestrado-ensino>. Para mais informações, entre em contato com a autora: *E-mail*: evelinchai@outlook.com.

4. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo é destinado à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para a implementação da Produção Técnica Educacional e para a análise dos resultados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A referida pesquisa foi desenvolvida para licenciandos e licenciandas do curso de Pedagogia da UENP, *Campus* de Jacarezinho. A seguir, apresentaremos algumas características²⁶ do curso de licenciatura em Pedagogia da referida Instituição de Ensino Superior.

O curso de licenciatura em Pedagogia da UENP, *Campus* de Jacarezinho, foi autorizado pelo Decreto Federal nº 47.612, com implantação da primeira turma em 1960. Em 1965 foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 57.124. A última renovação de reconhecimento ocorreu por meio do Decreto Estadual nº 5.218 de 4 de outubro de 2016 (UENP, 2020).

A Proposta Pedagógica de Curso (PPC) de Pedagogia aborda que o curso trabalha com um conjunto de habilidades e informações, constituídos de pluralidade teórica e prática, a qual é concretizada no exercício da profissão docente. O documento versa que a referida licenciatura se fundamenta em princípios de democratização, interdisciplinaridade e relevância social (UENP, 2020).

É importante ressaltar que o curso de licenciatura em Pedagogia possui quatro anos de duração e habilita seus egressos para atuarem na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e demais áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (UENP, 2020).

Com relação aos participantes, o curso introdutório em Educação Sexual contou vinte e duas licenciandas e somente um licenciando, somando-se a vinte e três participantes, como segue:

²⁶ Os dados referentes à apresentação da Universidade foram extraídos do *site* oficial da Instituição e da Proposta Pedagógica de Curso (PPC), de Pedagogia.

Quadro 1 - Participante do curso

| Turmas | Quantidade de Licenciandas | Quantidade de Licenciandos |
|--------|----------------------------|----------------------------|
| 1º ano | 3 | 1 |
| 2º ano | 8 | 0 |
| 3º ano | 7 | 0 |
| 4º ano | 4 | 0 |

Fonte: a autora

Reiteramos que nossa escolha pelo referido curso se deu em virtude de a pesquisadora ser egressa, desde o ano de 2018, do curso de licenciatura em Pedagogia, da mesma Universidade, e pretendeu contribuir com seu curso de formação inicial, em nível dos participantes que foram atendidos com o curso de Extensão Universitária, e também, numa perspectiva de que possa haver reflexões de mudanças curriculares.

4.2 PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa é, de forma particular, pertinente ao estudo das relações sociais, devido à pluralização das esferas de vida (FLICK, 2009). Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa é importante para investigar os elos sociais plurais, bem como para compreensão de cenários singulares. Portanto, “a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos sociais” (FLICK, 2009, p. 37).

Bogdan e Biklen (1994, p. 16) abordam sobre a investigação qualitativa em educação, a qual, de acordo com os autores, “assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos”. Nessa perspectiva, para conduzir uma investigação qualitativa, os pesquisadores:

[...] estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitem tomar em consideração as expectativas do ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre investigadores e os respectivos sujeitos, dados estes a serem abordados por aqueles de uma forma neutra (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

Considerando que a pesquisa qualitativa é altamente relevante para investigações sociais (FLICK, 2009), bem como em investigações educacionais (BODGAN; BIKLEN, 1994), optamos por utilizá-la em nosso contexto de pesquisa, visto que o curso introdutório em Educação Sexual buscou atender demandas sociais e educacionais que envolvem a temática.

Para além, ressaltamos que durante a implementação do curso buscamos conduzir diálogos com os participantes como forma de interpretar seus conhecimentos e auxiliá-los no processo de ensino e aprendizagem. Nesse viés, é importante considerar que:

[...] os investigadores qualitativos em educação estão continuamente a questionar os sujeitos de investigação, com o objetivo de perceber “aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem” (PSATHAS, 1973 *apud* BODGAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

O *corpus*²⁷ selecionado para análise da pesquisa resultou de nossa investigação em compreender se houve aproximação entre os saberes docentes e os saberes da Educação Sexual Emancipatória nas atividades realizadas pelos licenciandos e licenciandas durante o curso. Nesse ínterim, durante todo o processo de análise das atividades, buscamos compreender os significados, construções, interpretações e experiências sociais que os licenciandos e licenciandas possuíam com a temática de investigação.

4.3 CONSULTA À PROPOSTA PEDAGÓGICA DE CURSO E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Gostaríamos de explanar que o ponto de partida de nossa investigação foi a realização de uma consulta à Proposta Pedagógica de Curso (PPC), com o intuito de observar se o curso de Pedagogia, da UENP – *Campus* de Jacarezinho, contemplava abordagens referentes à Educação Sexual como componente formativo.

²⁷ Este representa as informações da pesquisa para obtenção de resultados válidos [...] sua matéria-prima é constituída essencialmente de produções textuais (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 38).

A partir disso, estabelecemos o primeiro contato com os licenciandos e licenciandas em Pedagogia um ano antes de ofertarmos o curso introdutório. Assim, aplicamos um questionário diagnóstico e fizemos entrevistas para investigar o interesse que os participantes tinham para com a temática, para, posteriormente, ofertarmos um curso que fosse ao encontro de suas necessidades formativas em Educação Sexual.

Com relação ao questionário, optamos por escolher os licenciandos e licenciandas do 3º e 4º ano do curso de Pedagogia, com turmas do período vespertino e noturno. Selecionamos tal instrumento de investigação, considerando que os questionários objetivam coletar informações sobre conhecimentos, sentimentos, valores, interesses e comportamentos dos participantes (GIL, 2008).

Como nos orienta Figueiró (2001), para quem se dispõe a formar educadores sexuais, é importante conhecer, antes, o que os professores compreendem por Educação Sexual, para trabalhar a partir daí, levando em consideração suas percepções, opiniões, conhecimentos, necessidades e experiências a respeito da temática.

A aplicação dos questionários ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2019, com 97 licenciandos, divididos como segue:

Quadro 2 - Participantes da aplicação do questionário

| Turma | Período | Quantidade de Licenciandas | Quantidade de Licenciandos |
|-------|------------|----------------------------|----------------------------|
| 3º | Vespertino | 14 | 0 |
| 3º | Noturno | 25 | 2 |
| 4º | Vespertino | 15 | 1 |
| 4º | Noturno | 39 | 1 |

Fonte: a autora

O questionário²⁸, constituído por seis questões dissertativas acerca da Educação Sexual e sexualidade, foi preenchido pelos licenciandos e licenciandas em sala de aula, em dias alternados, de acordo com os horários disponibilizados pelas professoras das disciplinas de Alfabetização e Letramento e Fundamentos Teórico- Metodológicos de Ciências e Matemática.

²⁸ Disponível no Apêndice A.

Posteriormente, realizamos entrevistas semiestruturadas com dez licenciandas²⁹ do curso de Pedagogia e com a Coordenadora do referido curso. As entrevistas estruturadas são fortemente usadas em pesquisas com caráter qualitativo, além disso, a ordem das perguntas pode ser alterada conforme o rumo que a entrevista tomar e, sendo assim, o entrevistador pode sentir-se à vontade para fazer perguntas adicionais, isto é, questões que não tinham sido planejadas antes de sua aplicação (GRAY, 2012).

Para Marconi e Lakatos (2002), as entrevistas semiestruturadas proporcionam maior liberdade na condução das perguntas investigativas, deixando assim o entrevistador e os participante mais à vontade.

Como mencionado acima, foram entrevistadas 10 licenciandas, divididas em:

Quadro 3 - Participantes entrevistadas

| Turmas | Período | Quantidade de Licenciandas |
|--------|------------|----------------------------|
| 3º ano | Vespertino | 3 |
| 3º ano | Noturno | 3 |
| 4º ano | Vespertino | 2 |
| 4º ano | Noturno | 2 |

Fonte: a autora

A seleção das participantes foi feita a partir do interesse demonstrado pelas mesmas, em contribuir com nossa pesquisa. Desse modo, as entrevistas³⁰ foram realizadas no mês de setembro de 2019.

Com relação à entrevista³¹ realizada com a Coordenadora do curso de Pedagogia, também em setembro de 2019, buscamos investigar seu posicionamento a respeito da Educação Sexual no contexto do curso de Pedagogia.

As entrevistas ocorreram no interior da Universidade³², em uma sala específica no setor de Ciências Humanas em horário marcado conforme a disponibilidade das participantes da pesquisa. Por meio da autorização das participantes, as entrevistas foram gravadas, em gravador de voz, para posterior transcrição e análise.

²⁹ Nos referimos a licenciandas, pois todas as participantes entrevistadas são do sexo feminino.

³⁰ Disponível no apêndice B.

³¹ Disponível no apêndice C.

³² Escolhida para desenvolvimento e aplicação da pesquisa.

A partir do interesse manifestado pelos licenciandos e licenciandas, durante a aplicação do questionário e das entrevistas, desenvolvemos nossa Produção Técnica Educacional, incorporada em formato de um curso introdutório em Educação Sexual, atendendo aos temas de interesse dos mesmos. Apresentamos aos participantes o projeto de pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido³³ (TCLE), os quais possuem o intuito de esclarecer dúvidas e proteger o participante e o pesquisador que, por esse meio, manifestam seu respeito à ética no desenvolvimento da pesquisa.

Antes de iniciarem a participação na pesquisa, os licenciandos, as licenciandas e a Coordenadora do curso de Pedagogia leram e assinaram os TCLE. A pesquisa está aprovada pelo Comitê Ético de parecer nº 3.852. 400 – CAEE – 19904219.5.0000.8123, da Plataforma Brasil.

Para finalizar esta seção e detalharmos como foi a implementação do curso introdutório, é oportuno destacar que a consulta à PPC e a aplicação de questionário e entrevistas serviram como ponto de partida para desenvolvermos o curso introdutório em Educação Sexual, sem a pretensão de uma análise minuciosa do material.

4.4 IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

Apesar de o curso ter sido desenvolvido especialmente para licenciandos e licenciandas em Pedagogia, contou também com a participação, como ouvintes, de professores e professoras já graduados. Tínhamos a pretensão de desenvolver o curso no formato 100% presencial, no entanto, devido à paralisação das aulas presenciais decorrente da Covid-19, no ano letivo de 2020, foi preciso reelaborar nossa proposta inicial. Desse modo, optamos por desenvolvê-lo no 2º semestre do mesmo ano, mais precisamente no mês de outubro, utilizando as Plataformas de Ensino e Aprendizagem: *Google Classroom*³⁴ e *Google Meet*³⁵.

³³ Disponíveis nos apêndices E e F.

³⁴ O *Google Classroom*, em português: Sala de aula do *Google*, é uma plataforma virtual de ensino e aprendizagem gratuita, utilizada, principalmente, por professores e alunos como forma de realizar atividades assíncronas e também como meio de comunicação.

³⁵ O *Google Meet* trata-se de um aplicativo de comunicação, por videoconferência, desenvolvido pelo *Google*. Trata-se de um aplicativo gratuito no qual é possível realizar atividades síncronas, tais como compartilhamento de tela, apresentações de imagens, vídeos, entre outros.

O curso formativo contemplou conceitos, características e definições da Educação Sexual e sexualidade, enfatizando a importância da abordagem da temática na infância, além de questões de Gênero na infância, Abuso Sexual Infantil e a importância da Relação entre a Família e a Escola na abordagem da sexualidade. É oportuno mencionar que a Produção Técnica Educacional comportou também sete sugestões de atividades práticas (apresentação no Quadro abaixo) referentes aos temas acima citados, com direcionamento a alunas e alunos da EI e anos iniciais do EF.

À vista disso, o curso introdutório em Educação Sexual (nossa Produção Técnica Educacional) foi implementado no mês de outubro, do ano de 2020, em 5 encontros síncronos com aproximadamente uma hora e meia de duração cada, e comportou abordagens teóricas e práticas referentes à sexualidade. Houve a complementação com carga horária assíncrona.

No Quadro abaixo, apresentamos os temas norteadores e as datas em que foram realizados os encontros do curso de formação em Educação Sexual. Apresentamos também as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do mesmo. Em seguida, apresentamos quadros de cada um dos encontros, de forma mais detalhada, descrevendo a divisão das atividades realizadas no *Google Meet* e no *Google Classroom*.

Quadro 4 - Resumo geral dos encontros do curso

| Temas | Datas | Abordagens teóricas | Atividades práticas |
|-----------------------------|--------------|---|--|
| Introdução à ES na infância | 01/10/20 | * Definições/conceitos de Educação Sexual e sexualidade. | * Nomeando cientificamente as partes íntimas; * Caixinha da sexualidade. |
| Gênero | 08/10/20 | * Definições de Gênero; * Desigualdade de Gênero; * Normatizações de Gênero; * O que é trabalhar Gênero nas escolas. | * Desconstrução de brinquedo de menina e brinquedo de menino; * Charadas do corpo humano. |
| Abuso sexual infantil | 15/10/20 | * Definições de Abuso sexual; * Prevenção ao Abuso sexual infantil; * A importância do cuidado com o corpo; * Papel da escola e dos professores na abordagem do Abuso sexual; * Consequências do Abuso sexual para crianças e adolescentes. | * O maior tesouro; * Trilha da proteção contra o Abuso sexual infantil. |

| | | | |
|--------------------------------|----------|--|------------------------------|
| Relação família e escola na ES | 22/10/20 | * Importância da interação entre a família e a escola; * Importância de a escola envolver os pais no trabalho com a ES; * Incidentes históricos entre a família e a escola no trabalho com a ES. | * Caixinha das curiosidades. |
| Avaliação do curso | 29/10/20 | * No último encontro foi realizada uma avaliação do curso e uma atividade teórica nomeada: "Eu penso, eu sinto". | |

Fonte: a autora

Quadro 5 - Resumo do primeiro encontro

| | |
|---|--|
| Tema: Introdução à Educação Sexual na Infância | Data: 01/10/2020 |
| Objetivo Geral do encontro: Sensibilizar o(a)s licenciando(a)s acerca da importância da formação de professor(a)s na temática Educação Sexual e do papel da escola na abordagem da sexualidade. | |
| Encaminhamentos Metodológicos | |
| Desenvolvido por meio de videoconferência do Google Meet (atividades síncronas): *Apresentação, meio de <i>slides</i> , de conceitos referentes à Educação Sexual e sexualidade, bem como do artigo "Encarar o desafio da Educação Sexual na Escola" ³⁶ (FURLANI, 2009); *Desenvolvimento da atividade prática: "Nomeando cientificamente as partes íntimas"; *Desenvolvimento da atividade prática: "Caixinha da sexualidade"; *Solicitação de leitura do artigo "Meninas e Meninos na Educação Infantil: uma questão de Gênero e Poder", para o próximo encontro. | Desenvolvido por meio do Google Classroom (atividades assíncronas): *Visualização do vídeo "O que é Educação Sexual?" ³⁷ (FIGUEIRÓ, 2017); *Resolução da atividade: "Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, você acredita que o curso de Pedagogia, da instituição em que você estuda, contribui com a Educação Sexual formal? Justifique a sua resposta"; *Leitura do artigo "Meninas e Meninos na Educação Infantil: uma questão de Gênero e Poder". |

Fonte: as autoras

Ao final de cada encontro, por meio de videoconferência do *Google Meet*, propusemos aos licenciandos e às licenciandas a leitura do artigo que seria discutido no próximo encontro. Desse modo, ao finalizar cada encontro disponibilizamos, por meio do *Google Meet*, o material em formato digital para estudos.

³⁶ Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf.

³⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls&t=99s.

No segundo encontro versamos, por meio de apresentação de *slides*, sobre as desigualdades de Gênero, com enfoque nas relações de Gênero e poder estabelecidas na EI, conforme o Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 - Resumo do segundo encontro

| | |
|--|--|
| Tema: Gênero na Infância | Data: 08/10/2020 |
| Objetivo Geral do encontro: Discutir com os licenciandos aspectos referentes ao binarismo de Gênero e diferenças e semelhanças entre o Gênero feminino e masculino. | |
| Encaminhamentos Metodológicos | |
| Desenvolvido por meio de videoconferência do Google Meet (atividades síncronas): *Apresentação, por meio de <i>slides</i> , dos conceitos de Gênero, bem como do artigo “Meninas e Meninos na Educação Infantil: uma questão de Gênero e Poder ³⁸ ” de Vianna e Finco (2009”; *Desenvolvimento da atividade prática: “Desconstrução de brinquedo de menina e brinquedo de menino”; Desenvolvimento da atividade prática “Charadas sobre o corpo humano”; *Solicitação de leitura prévia do artigo “Abuso Sexual Infantil e Escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas”, para o próximo encontro. | Desenvolvido por meio do Google Classroom (atividades assíncronas): *Visualização do vídeo “O que é trabalhar Gênero nas escolas ³⁹ ” (FIGUEIRÓ, 2017); *Resolução da atividade: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, o que você compreendeu por binarismo de gênero? Você estudou as questões de Gênero no curso de Pedagogia? Justifique sua resposta”; *Estudo do artigo “Abuso Sexual Infantil e Escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas”. |

Fonte: as autoras

Para finalizar o encontro, solicitamos a leitura do artigo que seria discutido no próximo encontro do curso. Destarte, ao final do encontro encaminhamos o referido artigo, aos licenciandos e licenciandas, por meio do *Google Classroom*.

No terceiro encontro, abordamos, por meio de apresentação de *slides*, sobre definições e características do Abuso Sexual Infantil, conforme Quadro 7:

Quadro 7 - Resumo do terceiro encontro

| | |
|---|--|
| Tema: Abuso Sexual Infantil | Data: 15/10/2020 |
| Objetivo Geral do encontro: Abordar as características do Abuso Sexual Infantil e os métodos preventivos contra o mesmo. | |
| Encaminhamentos metodológicos | |
| Desenvolvido por meio de videoconferência do Google Meet (atividades síncronas): *Apresentação, por meio de <i>slides</i> , das características do Abuso Sexual Infantil, bem | Desenvolvido por meio do Google Classroom (atividades assíncronas): *Visualização do vídeo: “O que é abuso sexual? ⁴¹ ” (FIGUEIRÓ, 2019); |

³⁸ Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/10.pdf>.

³⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HkpoDtPkkzc>.

⁴¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0RRv4mdDhSI&t=22s>.

| | |
|---|---|
| <p>como do artigo “Abuso Sexual Infantil e Escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas⁴⁰”, de Oliveira e Miranda (2013);</p> <p>*Desenvolvimento da atividade prática: “o maior tesouro”;</p> <p>*Desenvolvimento da atividade prática: “Jogo: Trilha da Proteção contra o Abuso Sexual Infantil”;</p> <p>*Solicitação de leitura do artigo “Interação família-escola na Educação Sexual: reflexões a partir de um incidente”, de Anami e Figueiró (2009), para o próximo encontro.</p> | <p>*Resolução da atividade: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, na sua opinião, é importante que o(a)s professore(a)s tenham uma formação referente ao Abuso Sexual? Justifique sua resposta”;</p> <p>*Estudo do artigo “Interação família-escola na Educação Sexual: reflexões a partir de um incidente”, de Anami e Figueiró (2009).</p> |
|---|---|

Fonte: as autoras

Para finalizar o encontro, solicitamos a leitura do artigo que seria discutido no próximo encontro do curso e o disponibilizamos, aos participantes, por meio do *Google Classroom*.

No quarto encontro, apresentamos, por meio de *slides*, a importância da relação entre a família e a escola, conforme indica o Quadro 8:

Quadro 8 - Resumo do quarto encontro

| | |
|---|--|
| Tema: Relação família e escola na Educação Sexual | Data: 22/10/2020 |
| Objetivo Geral: Discutir com os licenciandos sobre a importância da relação entre a família e a escola para a abordagem da Educação Sexual. | |
| Encaminhamentos Metodológicos | |
| <p>Desenvolvido por meio de videoconferência do Google Meet (atividades síncronas):</p> <p>*Apresentação, por meio de <i>slides</i>, do capítulo de livro “Interação família-escola na Educação Sexual: reflexões a partir de um incidente⁴²”, de Anami e Figueiró (2009);</p> <p>*Desenvolvimento da atividade prática: “Caixinha das curiosidades”.</p> | <p>Desenvolvido por meio do Google Classroom (atividades assíncronas):</p> <p>*Visualização do vídeo “A Educação Sexual é papel da Escola ou da Família?⁴³” (FIGUEIRÓ, 2017);</p> <p>*Resolução da atividade: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, na sua opinião, qual é o papel da escola e do(a)s professore(a)s no trabalho com a Educação Sexual?”.</p> |

Fonte: as autoras

No quinto encontro, retomamos alguns conteúdos discutidos nos encontros anteriores e esclarecemos algumas dúvidas, curiosidades e questionamentos dos participantes, além de explicarmos duas atividades que

⁴⁰ Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/13s> <https://www.youtube.com/watch?v=WkmYVr5UGus.>

⁴² Disponível em: http://www.cepac.org.br/blog/wpcontent/uploads/2011/07/Educacao_Sexual_Multiplos_Temas.pdf, p. 87 a 112.

⁴³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WkmYVr5UGus>.

deveriam ser realizadas, pelos licenciandos e pelas licenciandas, para a conclusão do curso introdutório em Educação Sexual. O Quadro 9 sintetiza as atividades:

Quadro 9 - Resumo do quinto encontro

| | |
|--|--|
| Tema: Conclusão do curso introdutório em Educação Sexual | Data: 29/10/2020 |
| Objetivo geral do encontro: Esclarecer possíveis dúvidas, questionamentos ou curiosidades do(a)s licenciando(a)s a respeito dos temas discutidos durante o curso introdutório. | |
| Encaminhamentos Metodológicos | |
| Desenvolvido por meio de videoconferência do Google Meet (atividades síncronas): *Retomada geral dos conteúdos versados durante os encontros anteriores; *Explicação e solicitação de realização da atividade “Eu penso, eu sinto”; *Explicação e solicitação da realização da avaliação do curso formativo. | Desenvolvido por meio do Google Classroom (atividades assíncronas): *Resolução da atividade “Eu penso, eu sinto”; *Resolução da avaliação do curso formativo. |

Fonte: a autora

4.5 AMBIENTAÇÃO DO CURSO

Como explicitado inicialmente, o curso foi desenvolvido por meio da utilização do *Google Classroom* e do *Google Meet*. O *Google Meet* foi utilizado para a realização das videoconferências de cada encontro (síncronos), já o *Google Classroom* foi utilizado para a comunicação, suporte e encaminhamento dos materiais teórico-metodológicos aos participantes (assíncronos). A seguir, apresentaremos a ambientação do curso no *Google Classroom*.

Figura 1 – Mural do curso



Fonte: *Google Classroom*

Considerando a explanação referente à Produção Técnica Educacional, na próxima seção será apresentada a metodologia de análise dos resultados utilizada nesta pesquisa.

4.6 ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: PROCESSO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa utilizou, como metodologia de análise de resultados, a Análise Textual Discursiva (ATD) atrelada a investigação qualitativa. Sobre esta metodologia, Moraes e Galiazzi (2016, p. 33) escreveram que:

A ATD, inserida no movimento da pesquisa qualitativa, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, a reconstrução de conhecimentos existentes sobre os temas investigados.

Desse modo, nesta pesquisa, nossa atenção esteve focada em compreender e reconstruir os fenômenos investigados. À vista disso, o movimento de análise permeou quatro processos, caracterizados por Moraes e Galiazzi (2016) como:

Desmontagem dos textos: nomeado também de processo de unitarização, refere-se à análise dos textos em seus detalhes com o intuito de produzir unidades constituintes a partir dos fenômenos. Nesse processo, é importante que ocorra “um envolvimento e impregnação aprofundados com os materiais analisados, condição de possibilidade para a emergência de compreensões dos fenômenos investigados” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 35);

Estabelecimento de relações: Implica em construir relações entre as unidades, formando conjuntos que reúnem elementos próximos e resultam, por sua vez, no processo de categorização. É oportuno esclarecer que “nesse processo, as categorias vão sendo aperfeiçoadas e delimitadas” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 45);

Captação do novo emergente: Refere-se à emergência de novas compreensões, resultantes dos esforços de compreensão dos elementos construídos nos dois processos anteriores;

Processo auto-organizado: Mesmo após terem sido planejadas e realizadas sistematicamente as etapas anteriores, a auto-organização das

informações pode emergir novas compreensões. Assim, “os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 34).

Ressaltamos que os dados coletados resultaram da aplicação do curso introdutório em Educação Sexual. Entretanto, considerando que a pesquisa teve como objetivo observar se houve aproximação entre os saberes docentes e os saberes de ESE nas atividades realizadas pelos licenciandos e licenciandas, para a definição e composição do *corpus* de análise, selecionamos seis atividades desenvolvidas pelos participantes durante o curso.

Este procedimento de definição é necessário em todas as pesquisas que utilizam a ATD, pois “dentro do processo de pesquisa, o investigador precisa definir e delimitar seu *corpus*. A partir daí pode dar início ao ciclo de análise, cujo primeiro passo é a desconstrução dos textos” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 40). Como forma de facilitar a apresentação dos resultados, as atividades foram codificadas em A1, A2, A3, A4, A5 e A6. Pontuamos que a codificação seguiu a ordem cronológica em que as atividades foram realizadas pelos licenciandos e licenciandas.

Desse modo, A1 refere-se à primeira atividade: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, você acredita que o curso de Pedagogia, da instituição em que você estuda, contribui com a Educação Sexual formal? Justifique a sua resposta”, realizada pelos licenciandos e licenciandas, concernente à Introdução à Educação Sexual. A2 refere-se à segunda atividade realizada: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, o que você compreendeu por binarismo de gênero? Você estudou as questões de Gênero no curso de Pedagogia? Justifique sua resposta”, referente à temática Gênero.

A3 diz respeito à terceira atividade realizada: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, na sua opinião, é importante que os professores tenham uma formação referente ao Abuso Sexual? Justifique sua resposta”, vinculada à temática Abuso Sexual Infantil. A4 refere-se à atividade realizada: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, na sua opinião, qual é o papel da escola e dos professores no trabalho com a Educação Sexual?”, sobre a Relação família e escola na Educação Sexual. A5 refere-se à quinta atividade realizada pelos licenciandos e pelas licenciandas, nomeada “Eu penso, eu sinto”. A6 refere-se à avaliação realizada pelos licenciandos e licenciandas para a conclusão do curso.

Considerando que as atividades⁴⁴ foram respondidas no *Google Classroom*, não foi necessário realizar transcrições dos textos produzidos pelos licenciandos e licenciandas. Entretanto, acomodamos e organizamos o *corpus* de análise e, em seguida, realizamos a codificação utilizando a letra L para identificar os 23 licenciandos, exemplo: L1, L2, L3, L4, L5, L6.

Posteriormente, observando o objetivo central da pesquisa, iniciamos o processo de análise, a começar pela unitarização dos textos. Desse modo, neste processo, nos envolvemos no estudo dos materiais analisados, visando a compreensão dos fenômenos de nossa investigação, o qual é, por sua vez, um exercício exigente e trabalhoso, pois torna o que era organizado em caótico (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2016).

Na perspectiva de Moraes e Galiuzzi (2016), é do processo de unitarização que emergem as unidades de análise. É oportuno ressaltar que as unidades de análise são identificadas a partir dos propósitos da pesquisa e que estas podem “partir tanto de categorias definidas *a priori*, como de categorias emergentes” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 41).

Nesta pesquisa, as categorias foram definidas *a priori* utilizando o método dedutivo. À vista disso, esclarecemos que as categorias *a priori* “correspondem a construções que o pesquisador elabora antes de realizar a análise propriamente dita. Provêm de teorias em que fundamenta o trabalho e são obtidas por métodos dedutivos” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 47).

Desse modo, antes de iniciarmos nosso processo de análise dos resultados, já havíamos elaborado construções fundamentadas nos saberes docentes, propostos por Tardif (2014), bem como em saberes da Educação Sexual Emancipatória, propostos por Figueiró (2010, 2014, 2017; 2018), Goldberg (1984), Mattos (2017), Melo (2011) e demais autores.

Nesse sentido, caracterizamos que os pressupostos referentes à teoria dos saberes docentes foram essenciais para delimitarmos as unidades de análise deste trabalho. Assim, construímos quatro categorias *a priori*, sendo elas

⁴⁴ Trata-se das atividades semanais realizadas pelos licenciandos e licenciandas, as quais possuíram como fundamento teórico-metodológico os vídeos de Figueiró (2017; 2019) e foram compostas, também, de questionamentos realizados pelas pesquisadoras acerca da Educação Sexual no contexto da formação inicial do curso de licenciatura em Pedagogia. O roteiro das questões que compuseram as atividades está disponível no apêndice D.

representadas pelos quatro saberes docentes defendidos por Tardif (2014): saberes da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais.

Nessa perspectiva, tendo por base as categorias definidas *a priori*, buscamos, por meio da criação de subcategorias, aproximar os “saberes” da ESE, manifestados pelos licenciandos e licenciandas durante as atividades desenvolvidas e selecionadas para composição do *corpus*, aos saberes da formação profissional, saberes disciplinares, curriculares e experienciais, delineados por Tardif (2014).

No Quadro a seguir, apresentamos um resumo das categorias e subcategorias que acomodaram os excertos do *corpus* analisado.

Quadro 10 - Resumo das categorias e subcategorias *a priori*

| Categorias <i>a priori</i> | Subcategorias |
|-------------------------------------|---|
| 1. Saberes da formação profissional | 1.1 Problemas gerais relacionados à formação em ES no curso de Pedagogia |
| | 1.2 Consequências da falta de formação em ES no curso de Pedagogia |
| | 1.3 Contribuições do curso de extensão para a formação profissional em ES |
| | 1.4 Propostas teórico-metodológicas do curso que os licenciandos e licenciandas pretendem replicar em suas práticas pedagógicas |
| 2. Saberes disciplinares | 2.1 Reconhecimento da falta de disciplinas que abordem assuntos sobre a ES |
| | 2.2 Necessidade de uma disciplina específica referente à ES |
| 3. Saberes curriculares | 3.1 Contribuições do curso para o planejamento curricular dos futuros professores e futuras professoras |
| 4. Saberes experienciais | 4.1 Ausência de experiências referentes à ES e vivenciadas durante o processo de formação docente |
| | 4.2 Ausência de experiências referentes à ES e presenciadas no período escolar |

Fonte: a autora

O processo de análise das categorias definidas *a priori* resultou em uma categoria emergente. Assim, durante o processo de comparação constante entre as unidades de análise, percebemos semelhanças entre dois componentes das mesmas. Portanto, esse processo de comparação e análise profunda nos fenômenos, resultou em uma categoria emergente, a qual, na perspectiva de Moraes e Galiazzi (2016, p. 47) “são construções teóricas que o pesquisador elabora a partir do *corpus*”.

No Quadro a seguir, apresentamos um resumo da categoria e subcategoria emergente de nossa análise.

Quadro 11 - Resumo da categoria e subcategoria emergente

| Categoria emergente | Subcategoria |
|--|---|
| 5. Associações entre os saberes curriculares e disciplinares | 5.1 Articulações entre o currículo e os conteúdos |

Fonte: a autora

Moraes e Galiuzzi (2016) escreveram que todas as categorias são construídas a partir de um referencial que o sustenta, sendo isso explícito ou não. Como já mencionado, para a construção das categorias nos respaldamos nos fundamentos dos saberes docentes, bem como nos saberes da Educação Sexual Emancipatória. Desse modo, uma vez que as categorias e subcategorias estejam definidas e expressas descritivamente, deve-se iniciar a construção do metatexto resultante da análise (MORAES; GALIAZZI, 2016).

O metatexto, trata-se do processo final da ATD, com o qual a pretensão não é retornar aos textos originais, mas desenvolver um novo texto “expressando a compreensão do pesquisador sobre os significados e sentido construídos a partir deles” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 53). Para a construção do metatexto, o pesquisador deve se assumir como autor de seus argumentos e apresentar a essência dos fenômenos que investigou. E no processo de escrita do metatexto, é necessário que haja associações entre a descrição e interpretação.

Nessa perspectiva, descrever refere-se a apresentar as categorias e subcategorias, fundamentando essa descrição, podendo nesse processo ser retiradas e apresentadas informações dos resultados da análise. Já o processo de interpretação exige um exercício de teorização; destarte, em casos de pesquisas contendo um referencial escolhido *a priori*, como é o caso desta pesquisa, exercita-se “um conjunto de interlocuções teóricas com os autores mais representativos de seu referencial” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 58).

Por fim, em nosso metatexto, buscamos destacar alguns excertos que consideramos importantes para a construção de nossa análise, os quais serão apresentados no próximo capítulo. Além disso, dialogamos com alguns dos autores que serviram de base para o início de nossas investigações.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na primeira fase desta pesquisa foi realizada uma consulta à Proposta Pedagógica de Curso, bem como na matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da UENP, *Campus* Jacarezinho. Durante a referida consulta observamos que os documentos curriculares da Universidade não contemplavam propostas de abordagens referentes à Educação Sexual.

Posteriormente, como forma de compreender a razão de não haver abordagens da temática Educação Sexual no currículo do curso de Pedagogia, o qual habilita os licenciandos e as licenciandas para atuarem na EI e anos iniciais do EF, realizamos uma entrevista com a Coordenadora do referido curso, em que ao ser questionada acerca da promoção de atividades curriculares ou extracurriculares relacionadas à Educação Sexual, pontuou: “*Mais extracurriculares, porque na grade não tem uma disciplina exclusiva com esse, desse conhecimento, infelizmente não tem*”.

Com relação a isso, nos remetemos aos escritos de Unbehaun, Cavasin e Gava (2010, p. 1) quando discutiram que a “sexualidade humana, direitos sexuais e direitos reprodutivos, equidade de gênero, valores, normas, sentimentos, emoções para além de informações básicas sobre formas de prevenção e o desenvolvimento e função do corpo sexuado ainda não ganharam o devido espaço nos currículos de formação docente, tampouco nos currículos escolares”. À vista disso, compreendemos que o curso de licenciatura em Pedagogia da UENP, *Campus* Jacarezinho, não oferta um currículo formativo que contempla a abordagem da Educação Sexual.

No que se refere à consulta ao PCC do referido curso de Pedagogia, verificamos que não tem sido ofertada a temática por meio de eventos, disciplinas, pesquisas, ou atividades extracurriculares, tais como projetos de Extensão Universitária,

ou programas de apoio às licenciaturas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID⁴⁵) e o Programa Residência Pedagógica.

Antes de implementarmos o curso introdutório em Educação Sexual, aplicamos questionários e entrevistas buscando compreender o interesse e as necessidades formativas que os licenciandos e as licenciandas em Pedagogia possuíam em relação à Educação Sexual, além de compreender se ele(a)s já teriam tido contato com a temática na Universidade, em atividades curriculares e/ou extracurriculares. Nesse sentido, na aplicação de questionários, ao interrogarmos, de forma escrita, os licenciandos e licenciandas do curso de Pedagogia se eles possuíam contato com conteúdos referentes à sexualidade humana em seu curso de formação, nos chamou a atenção a resposta de uma licencianda do 3º ano do referido curso. A mesma discorreu: *“Sim, porém acredito que poderia ser um contato maior. Obtive contato através de eventos como o JORESP⁴⁶, PIBID e algumas palestras”*.

Desse modo, a licencianda mencionou a necessidade de um contato maior com a temática em seu curso e complementou que o único contato que teve com a temática foi por meio do evento Jornada Regional de Educação Sexual (JORESP), ofertado pelo curso de Biologia da UENP, *Campus* Jacarezinho, bem como por meio do PIBID, ofertado pelo curso de Pedagogia da mesma Universidade e *Campus* anteriormente mencionado, e algumas palestras.

Ademais, ainda durante a aplicação de questionários, interrogamos os licenciandos e licenciandas do curso de Pedagogia, se eles acreditavam que conteúdos referentes à Educação Sexual são importantes em cursos de licenciatura. Nos chamou a atenção o excerto de uma licencianda do 4º ano, a qual mencionou: *“É importante construir um embasamento teórico a respeito de qualquer tema que esteja no bojo do trabalho educacional. Principalmente quando se trata de um assunto tão pouco*

⁴⁵ O projeto PIBID é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Governo Federal do Brasil, iniciado em universidades no ano de 2007, e pretende induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores por meio da concessão de bolsas para estudantes das licenciaturas, articulando a universidade e a escola pública por meio do envolvimento de professores da rede pública de ensino que atuam como coformadores (MORYAMA; MAISTRO, 2013, p. 2398).

⁴⁶ A JORESP é um evento bianual oportunizado para discussões referentes à temática gênero e sexualidade na educação, bem como a apresentação de trabalhos científicos na área (UENP, 2021).

explorado”. Assim, considerando que a sexualidade sempre estará na escola, resultante de ser indissociável dos indivíduos, é importante que esta temática esteja inserida nos cursos de licenciatura, de modo que os futuros professores possam estar preparados para discuti-la com seus alunos e alunas. Desse modo, “é preciso que a comunidade escolar (professores da rede básica de ensino, professores dos cursos de formação de professores, gestores da área de educação) incorpore no cotidiano da escola [...] a temática da sexualidade, pois trata-se de uma responsabilidade intrínseca à educação” (UNBEHAUN; CAVASIN; GAVA, 2010, p. 9).

Após a aplicação de questionário, realizamos entrevistas com 10 licenciandas, sendo estas do 3º e 4º ano do curso de Pedagogia. As entrevistas buscaram compreender o que as licenciandas compreendiam por Educação Sexual. Nesse aspecto, trazemos a definição de uma licencianda do 3º ano do curso de Pedagogia: “[...] eu acho que Educação Sexual é a orientação que a gente dá para a criança sobre o corpo dela e sobre o que pode acontecer com o corpo dela”. Ao responder a esta e às demais questões da entrevista, a licencianda enfocou, principalmente, a questão do Abuso Sexual Infantil e a importância de os professores estarem preparados para lidar com situações em que seus alunos e alunas foram ou estão sendo abusados sexualmente. A partir disso, definimos que um dos temas de nosso curso seria Abuso Sexual Infantil, visto que este tema permeou vários excertos, tanto da aplicação de questionário quanto das entrevistas realizadas.

Ainda durante a aplicação de entrevistas, ao interrogarmos as licenciandas sobre quais seriam os principais desafios que elas acreditavam existir ao abordar a Educação Sexual com alunos da EI e anos iniciais do EF, uma licencianda do 4º ano do curso de Pedagogia mencionou: “Eu acho que o maior desafio é os pais, você falar isso para os pais, entendeu? Nossa, tipo na reunião falar eu vou trabalhar sobre isso, e os pais: ‘nossa, mas sexualidade com o meu filho, eu não quero’”. Tendo como exemplo este excerto, ressaltamos que em muitas respostas (dos questionários e entrevistas), os licenciandos e as licenciandas apontaram que se sentem inseguros em discutir a Educação Sexual por receio das reações dos pais dos alunos. Desse modo, definimos que discutiríamos no curso introdutório de Educação Sexual sobre a relação família e escola na abordagem da sexualidade.

Desse modo, como visto, estes e os demais temas discutidos no curso, sendo eles: Introdução à Educação Sexual na Infância e Gênero foram implementados em nosso curso buscando introduzir as questões de interesse e necessidades formativas dos licenciandos e licenciandas do curso de Pedagogia da UENP, *Campus* de Jacarezinho. Destarte, após a implementação do curso, em que foram discutidas as temáticas: Introdução à Educação Sexual na Infância, Abuso Sexual Infantil, Gênero e Relação família, utilizando o *corpus* de análise das atividades realizadas pelos licenciandos e licenciandas durante os encontros, analisamos os resultados à luz da ATD, buscando fazer a aproximação entre os saberes docentes e saberes da Educação Sexual Emancipatória.

No Quadro a seguir, apresentamos as categorias de análise *a priori* e suas definições, acompanhadas do respaldo teórico de Tardif (2014). Na última coluna do Quadro, apresentamos os critérios de análise referentes aos “saberes” da Educação Sexual Emancipatória.

Quadro 12 - Categorias *a priori*, definições e critérios de análise

| Categorias | Definições de acordo com Saberes Docentes de Tardif (2014) | Critérios de análise referentes aos “Saberes” da Educação Sexual Emancipatória |
|----------------------------------|---|---|
| Saberes da formação profissional | Corresponde aos saberes fornecidos por meio das instituições de formação de professores (escolas ou faculdades de ciências da educação) através da formação inicial ou contínua (TARDIF, 2014). | Em nosso contexto de pesquisa, os saberes da formação profissional estiveram relacionados aos problemas e consequências da falta de formação pedagógica na temática da ES nos cursos de formação inicial de professores, o qual, por sua vez, demonstrou lacunas formativas severas. Ademais, buscamos mostrar as contribuições possibilitadas por meio da formação fornecida em formato de curso, em que atrelamos os seguintes aspectos da ESE para a formação profissional: *Conhecimento do corpo e sexualidade; *Noções do conceito de Gênero; *Noções sobre a valorização das diferenças; *Noções e encaminhamentos frente a situações de abuso; *Noções sobre a importância da relação entre a família e a escola na abordagem da ESE. *Tranquilidade do(a) futuro(a) professor(a) em ensinar sobre a ESE. |

| | | |
|-----------------------|---|--|
| Saberes disciplinares | Estes saberes são manifestados na formação inicial e contínua dos professores sob a forma de disciplinas oferecidas pelas universidades. São saberes provenientes de diversos campos do conhecimento. Trata-se de saberes sociais, que emergem das universidades e incorporam-se na prática docente dos professores (TARDIF, 2014). | Em nosso campo de investigação, os saberes disciplinares contemplaram o reconhecimento da falta de disciplinas/matérias/conteúdos que abordem a ESE, bem como a necessidade de disciplinas/conteúdos referentes à temática da ES no curso de Pedagogia. Neste aspecto, ao final da dissertação tomaremos a liberdade de fazer a sugestão de uma ementa de disciplina que possa contribuir com o curso de Pedagogia da Universidade em que a proposta foi implementada. |
| Saberes curriculares | Os saberes curriculares correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos dos quais as instituições de ensino categorizam e apresentam os saberes sociais aos estudantes. Estes saberes apresentam-se em forma de programas escolares (objetivos, conteúdos e métodos) que os docentes devem aprender a aplicar em sua prática (TARDIF, 2014). | Em nosso contexto de pesquisa, adotamos os saberes curriculares no sentido de compreender, por meio dos discursos dos licenciandos e das licenciandas, de que forma o curso introdutório em ESE contribuiu para o planejamento curricular deles enquanto futuros professores. A começar pelo uso de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, e mesmo com a pandemia da Covid-19, que limitou nossa proposta inicial de trabalho, concebemos o curso introdutório, atrelando em benefício ao ensino remoto, os seguintes aspectos da ESE para a formação profissional: *Metodologia do uso de vídeos, recomendação de materiais complementares de suporte pedagógico, canais da internet, questionários virtuais, fóruns em tempo real relacionados à temática, aperfeiçoando estratégias expositivas, com a oferta de espaços para diálogo e leitura individual e coletiva; *Metodologias de abordagens práticas e reflexivas, a partir de literatura científica que permitiu a aplicabilidade em diferentes idades e séries da Educação Infantil e Fundamental I. |
| Saberes experienciais | Referem-se aos saberes desenvolvidos no exercício da prática docente, por meio do trabalho e conhecimentos do meio que os professores possuem. Estes podem ser nomeados de saberes experienciais ou práticos (TARDIF, 2014). | Em nosso campo de investigação, considerando que a maioria dos licenciandos e das licenciandas, por ainda estarem inseridos em sua formação inicial, não possuem (até dado momento) experiência como docentes, consideramos os saberes experienciais alcançados durante a graduação, bem como as experiências adquiridas na formação anterior, isto é, no período escolar, além de experiências de vida. |

Fonte: a autora

Quadro 13 - Categoria emergente, definições e critérios de análise

| Categoria | Definições de acordo com Saberes Docentes de Tardif (2014) | Critérios de análise referentes aos “Saberes” da Educação Sexual Emancipatória |
|---|--|---|
| Associações entre os saberes curriculares e disciplinares | Tardif (2014) relata que os saberes disciplinares e curriculares estão situados em uma posição de exterioridade no tocante à prática docente, pois, na maioria das vezes, eles se encontram determinados em sua forma e conteúdo, oriundos da tradição cultural e dos grupos de saberes sociais, os quais são incorporados à prática docente por meio de disciplinas, programas escolares, matérias e conteúdos a serem abordados. | Em nosso contexto de investigação, ao realizarmos a análise do <i>corpus</i> da pesquisa percebemos que, muitas vezes, quando os licenciandos abordavam sobre os saberes curriculares, logo, faziam referência também aos saberes disciplinares. Deste modo, emergiu, em nossa pesquisa, a correlação entre os conteúdos (saber disciplinar – saber a ser ensinado) e o currículo (saber curricular – programas escolares). |

Fonte: a autora

Tendo sido detalhadas as definições de cada categoria, bem como os critérios de análise referentes aos saberes da Educação Sexual Emancipatória (ESE)⁴⁷, os quais incorporaram-se em formato de subcategorias, a seguir serão apresentadas as categorias e subcategorias desta análise. A primeira categoria, nomeada “Saberes da formação profissional”, resultou em quatro subcategorias: “Problemas gerais relacionados à formação em ES no curso de Pedagogia”, “Consequências da falta de formação em ES no curso de Pedagogia”, “Contribuições do curso para a formação profissional em ES” e “Propostas teórico-metodológicas do curso que os licenciandos e licenciandas pretendem replicar em suas práticas pedagógicas”. Os excertos dessas categorias foram oriundos das atividades A1, A2, A3, A4, A5 e A6, como segue:

⁴⁷ Nesse capítulo, devido à recorrente utilização da palavra Educação Sexual, utilizaremos as siglas ES e ESE para mencioná-la.

Quadro 14 - Categoria a *priori*, subcategorias e excertos

| Categoria | Subcategorias | Excertos |
|-------------------------------------|--|---|
| 1. Saberes da formação profissional | 1.1 Problemas gerais relacionados à formação em ES no curso de Pedagogia | <p>1.1.1 L1 (A5) “Em minha Universidade [...] fica a cargo dos alunos buscar conhecimentos sobre esse tema, a faculdade oferece palestras e cursos mais nada em sala de aula”.</p> <p>L3 (A1) “Estou no 2º ano de Pedagogia e nunca foi tratado de uma forma mais completa [...]”.</p> <p>L4 (A5) “[...] os professores não abordam o assunto de forma direta como deveriam. Talvez por conservadorismo ou por algum tipo de receio. O que recebemos são apenas algumas dicas e diálogos, não uma base, o que seria ideal para tratar desse tema”.</p> <p>L6 (A1) “Estou no 3º ano de Pedagogia, e não foi abordado o assunto em Educação Sexual, em algumas situações é abordado o tema, mas não na sua totalidade”.</p> <p>L9 (A2) “[...] no curso de Pedagogia nunca estudei diretamente sobre estas questões”.</p> <p>L9 (A3) “No curso de Pedagogia tive algumas palestras acerca do assunto, porém nada aprofundado, por isso não me sinto preparada para abordar o assunto com meus futuros alunos [...]”.</p> <p>L9 (A4) “No meu curso nunca foi visto de forma direta sobre Educação Sexual e também sobre Educação Sexual Emancipatória”.</p> <p>L9 (A5) “Essa temática não é abordada diretamente desde o início do curso da faculdade, e se fosse abordada desde o início iríamos terminar o curso mais preparados para lidar com essa temática”.</p> <p>L10 (A3) “O curso de Pedagogia não aborda o tema Educação Sexual, porém algumas vezes surgem debates sobre o tema por parte dos alunos em sala de aula”.</p> <p>L12 (A3) “Eu curso Pedagogia faz exatamente 2 anos e nunca falam sobre o tema da educação sexual”.</p> <p>L13 (A1) “[...] o curso não trabalha a temática de forma a auxiliar na formação do professor o qualificando para a atuação em relação exclusiva do tema”.</p> <p>L22 (A4) “Meu curso não proporciona uma formação sexual emancipatória, pois essa temática não é debatida no âmbito de minha instituição”.</p> |
| | 1.2 Consequências da falta de formação em ES no curso de Pedagogia | 1.2.2 L2 (A5) “Eu penso na falta de preparo que os professores terão quando estiverem exercendo sua profissão, pois há pouca informação obtida nesse |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>tempo de faculdade, haja vista que os professores terão que obter algum conhecimento a mais em algum curso que eles tenham interesse em aprender algo a mais”.</p> <p>L11 (A5) “[...] o medo e o despreparo ainda são visíveis, quando se trata de o professor ter que falar sobre tal temática na sala de aula”.</p> <p>L12 (A5) “[...] não sei ao certo o que se deve colocar em prática já de começo com relação a isso, mas acho que é de extrema importância ser tratado esse assunto”.</p> <p>L15 (A5) “[...] muitas vezes o professor, por não ter essa formação e preparo, acaba não sabendo como prosseguir e reagir mediante a essas ocasiões”.</p> <p>L16 (A5) “Sinto insegurança e um certo despreparo para abordar o assunto dentro de sala de aula, gerando um certo medo e receio de quais são os melhores métodos para serem usados dentro de sala”.</p> <p>L20 (A3) [...] durante os dois anos que estive na faculdade presencialmente não vi muita coisa sobre. E confesso que tenho medo de quando precisar abordar em sala de aula”.</p> |
| | <p>1.3 Contribuições do curso para a formação profissional em ES</p> | <p>1.3.3 L2 (A3) “[...] a oportunidade de participar desse curso tem ensinado bastante assuntos importantes”.</p> <p>L5 (A4) “[...] tive bastante conhecimento sobre o assunto no curso de formação em educação sexual”.</p> <p>L8 (A5) “[...] o curso foi de extrema importância para que eu pudesse entender sobre a educação sexual”.</p> <p>L10 (A3) “Esse curso sem dúvida está agregando muito para nossa formação enquanto professores e futuros professores”.</p> <p>L15 (A5) [...] sinto também uma enorme gratidão pelo curso ofertado, o qual pôde esclarecer muitas questões formativas [...]”.</p> <p>L16 (A5) “[...] com o curso, pude ter um conhecimento mais amplificado”.</p> <p>L21 (A3) “Antes do curso me sentia pouco preparada para trabalhar esse assunto, mas agora com esse curso e com as leituras direcionados ao tema me sinto mais segura”.</p> |
| | <p>1.4 Propostas teórico-metodológicas do curso que os licenciandos e licenciandas pretendem replicar em suas práticas pedagógicas</p> | <p>1.4.4 L14 (A6) “[...] quero usar principalmente as brincadeiras propostas. Quero utilizar o conhecimento fornecido para desconstruir certos pensamentos”.</p> <p>L15 (A5) “[...] ela [a pesquisadora] deu muitas ideias legais também de atividades que reforçam ainda mais questões ligadas à sexualidade humana, que exemplificam, e isso vai ser muito útil em um futuro bem próximo”.</p> <p>L15 (A6) “[...] pretendo passar aos meus alunos todas as questões aprendidas por mim, a professora deu muitas ideias maravilhosas de como fazer isso, atividades. Tenho a intenção de trabalhar com cada uma delas”.</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>L16 (A6) “Pretendo dar continuidade no estudo sobre a temática e em uma futura prática utilizar as dicas que nos foram ofertadas durante o curso, inclusive, uma das atividades que com certeza irei utilizar é a da caixinha com um espelho dentro, para ensinar às crianças a importância de sua individualidade”.</p> <p>L17 (A6) “[...] utilizarei as atividades lúdicas”.</p> <p>L20 (A6) “Pretendo trabalhar, principalmente, com as atividades que foram propostas e ensinadas para nós durante o curso”.</p> |
|--|--|---|

Fonte: as autoras

Com relação aos saberes da formação profissional, na subcategoria “Problemas gerais relacionados à formação em ES no curso de Pedagogia”, os licenciandos e as licenciandas demonstraram descontentamento e preocupação quanto à falta de abordagem da ES em sua formação inicial. Inferiram que os professores do curso não abordam a temática de forma direta e, dessa forma, limitam-se a discuti-la somente quando os licenciandos e as licenciandas fazem algum questionamento ou quando são ofertados alguns eventos; entretanto, isso não é suficiente para suprir as necessidades formativas e prepará-los para, além de professores, serem também Educadores Sexuais. Embora tais consequências possam ser provenientes da falta de formação na temática, compete às Universidades e aos agentes universitários assumirem a tarefa de legitimação dos saberes científicos e pedagógicos que farão parte da prática profissional dos futuros professores (TARDIF, 2014).

Posteriormente, com relação aos saberes da formação profissional, na subcategoria “Consequências da falta de formação em ES no curso de Pedagogia”, após refletirem sobre a falta da formação pedagógica em ES no curso de Pedagogia, os licenciandos e as licenciandas apontaram opiniões a respeito do despreparo que terão quando forem abordar a ES em sala de aula, visto que o curso de Pedagogia não favorece conteúdos teórico-metodológicos que poderão nortear a sua futura prática pedagógica.

É oportuno ressaltar que, nesta subcategoria, as licenciandas⁴⁸ L2, L11 e L15 manifestaram as consequências da falta de formação em ES de forma impessoal, isto é, não se incluindo nesse grupo.

Para este caso, trazemos como exemplo o excerto da L11, quando citou que “[...] *muitas vezes o professor, por não ter essa formação e preparo, acaba não sabendo como prosseguir e reagir mediante a essas ocasiões*”. De modo geral, nessa subcategoria, as licenciandas demonstraram medos decorrentes da falta de formação em ES. Ademais, a licencianda L16 na realização da A5, escreveu, de forma pessoal: “*Sinto insegurança e um certo despreparo para abordar o assunto dentro de sala de aula, gerando um certo medo e receio de quais são os melhores métodos para serem usados dentro de sala*”. Considerando essa preocupação da licencianda, proveniente da falta de formação na temática, Tardif (2014) defende que é necessário que as instituições formativas (escola e Universidade) determinem quais saberes sociais são pertinentes para serem incorporados em forma de saberes escolares.

À vista disso, considerando que a ESE é uma temática social e indissociável dos indivíduos, é necessário que seja incorporada na formação pedagógica dos licenciandos e das licenciandas em Pedagogia, de modo que consigam futuramente versar sobre a ES em sala de aula.

Com relação à subcategoria “Contribuições do curso para a formação profissional em ES”, os licenciandos e licenciandas demonstraram de que forma o curso contribuiu com a sua formação pedagógica em ES. Nesta perspectiva, a L21 ressaltou que durante a A3: “*Antes do curso me sentia pouco preparada para trabalhar esse assunto, mas agora com esse curso e com as leituras direcionadas ao tema me sinto mais segura*”. Desse modo, percebemos que o curso contribuiu para a conscientização dos licenciandos e das licenciandas acerca da importância da temática no âmbito escolar.

⁴⁸ Licenciandas, pois nessa subcategoria houve apenas excertos de estudantes do sexo feminino.

Ainda em relação aos saberes da formação profissional, considerando que durante o curso introdutório proporcionamos sugestões de diversas atividades e materiais formativos, os quais poderão ser aplicados pelos futuros professores em sua prática pedagógica, na quarta subcategoria: “Propostas teórico-metodológicas que os licenciandos e licenciandas pretendem replicar em suas práticas pedagógicas”, por meio dos excertos, os licenciandos e as licenciandas apontaram brincadeiras, sugestões de atividades lúdicas, dicas, estudos, entre outros, que aprenderam durante o curso e que pretendem replicar com seus alunos em sala de aula, exemplo: L16 “[...] *uma das atividades que com certeza irei utilizar é a da caixinha com um espelho dentro, para ensinar às crianças a importância de sua individualidade*”. L17 “[...] *utilizarei as atividades lúdicas*”. Consideramos este um saber da formação profissional, visto que os licenciandos e as licenciandas pretendem incorporar tais saberes na formação de seus alunos e alunas, da EI e anos iniciais do EF.

A segunda categoria, nomeada “Saberes disciplinares”, resultou em duas subcategorias: “Reconhecimento da falta de disciplinas que abordem assuntos sobre a ES” e “Necessidade de uma disciplina específica referente à ES”. Os excertos destas categorias foram originários das atividades A1, A2, A3, A4 e A5, conforme apresentado a seguir:

Quadro 15 - Categoria *a priori*, subcategorias e excertos

| Categoria | Subcategorias | Excertos |
|--------------------------|---|--|
| 2. Saberes disciplinares | 2.1 Reconhecimento da falta de disciplinas/ matérias que abordem assuntos referentes à ES | 2.1.1 L2 (A5) “eu penso na falta que faz esses conhecimentos, essas disciplinas referentes à sexualidade, porque se fossem abordados logo no início da formação dos professores eles estariam mais preparados”. L3 (A3) “No curso de Pedagogia não tivemos conteúdos que falam sobre como poder trabalhar com a criança sobre o abuso sexual [...]”. L4 (A2) “[...] não posso dizer que fui apresentada de maneira formal às questões de gênero a partir de alguma matéria direcionada pelos professores”. L7 (A2) “[...] até o momento, só abordei a temática no grupo de estudos do qual faço parte o GEPICEI, não tendo sido abordado ainda formalmente ao decorrer deste ano, por nenhuma outra disciplina da grade curricular”. |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>L11 (A2) “[...] não há estudos formais em tal temática no meu curso, em outras palavras, não há matérias que a abordam”.</p> <p>L13 (A2) “[...] dentro das disciplinas em geral não é trabalhado como foco a questão de gênero”.</p> <p>L13 (A5) “[...] não há nenhum conteúdo específico ou disciplina sobre este tema”.</p> <p>L15 (A2) “No meu curso não estudei questões ligadas a gênero... não tivemos e nem temos uma matéria específica para isso, e os professores dificilmente falam sobre!”</p> <p>L15 (A4) “[...] nunca tivemos uma matéria ou um professor que focasse com bastante frequência nesses assuntos, nessas questões ditas acima”.</p> <p>L16 (A1) “Em minha opinião, o conteúdo não é abordado em sua totalidade durante o curso”.</p> <p>L17 (A4) “Meu curso não tem uma matéria que fala sobre a sexualidade”.</p> |
| | <p>2.2 Necessidade de uma disciplina específica referente à ES</p> | <p>2.2.2</p> <p>L1 (A5) “Em minha opinião é importante que se tenha uma matéria que trate somente da educação sexual, para que os professores tenham embasamento teórico quando for para uma sala de aula”.</p> <p>L6 (A5) “Eu penso que deveria ser abordado em forma de matéria, pois penso que a Educação Sexual é muito importante para nossa formação, que deveriam nos ensinar como tratar isso na sala de aula, de como devemos nos portar frente a um caso de abuso, entre outros”.</p> <p>L8 (A5) “É preciso uma matéria apenas para Educação Sexual e não apenas discussões pontuais que ocorrem raramente, pois assim o aluno nunca estará preparado para lidar com determinadas situações em sala de aula”.</p> <p>L11 (A1) “Há disciplinas que abordam o tema, mas o nosso curso ainda não possui uma disciplina específica”.</p> <p>L13 (A5) “[...] vejo que se faz necessário a implementação do tema como disciplina por ser algo de extrema importância e tão atual”.</p> <p>L16 (A4) “[...] diante da amplitude que o tema possui, seria necessário destinar-se uma disciplina exclusiva para tratar de tais atribuições”.</p> <p>L17 (A5) “[...] os cursos de Pedagogia devem ter disciplina específica sobre a Educação Sexual, pois capacita os professores agirem de forma certa na sala de aula”.</p> <p>L20 (A5) “[...] deveriam construir na universidade uma disciplina que fale sobre essa abordagem, com conteúdos que possam contribuir para a nossa formação”.</p> |

Fonte: as autoras

Quanto aos saberes disciplinares, na subcategoria “Reconhecimento da falta de disciplinas/matérias que abordem assuntos referentes à ES”, após os licenciandos e licenciandas terem refletido acerca da falta de formação em ES em seu curso de licenciatura, reconheceram que o curso não proporciona disciplinas referentes à temática, as quais seriam importantes para sua formação. O excerto a seguir elucida esta constatação: L2 – *“Eu penso na falta que faz esses conhecimentos, essas disciplinas referentes à sexualidade, porque se fossem abordados logo no início da formação dos professores eles estariam mais preparados”*. Desse modo, os licenciandos e as licenciandas mencionaram o fato de que se houvessem disciplinas referentes à ES, estariam melhor preparados para abordar a temática em sala de aula.

Além disso, ao responder à atividade 2: “Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, o que você compreendeu por binarismo de gênero? Você estudou as questões de Gênero no curso de Pedagogia? Justifique sua resposta”, as licenciandas L4, L7 e L11 escreveram que não possuíram contato com a temática Gênero, de modo formal, no curso de Pedagogia. Com relação a isso, é oportuno ressaltar que é função das instituições educativas (escola e Universidade) discutir sobre a ESE, tanto informal quanto formalmente (FIGUEIRÓ, 2010).

Ainda em relação aos saberes disciplinares, na subcategoria “Necessidade de uma disciplina específica referente à ES”, os licenciandos e licenciandas abordaram a necessidade de uma disciplina específica em ES, e a principal justificativa para isso foi a de que, com uma disciplina específica que aborde questões teórico-metodológicas, estariam melhor preparados para enfrentar a temática em sala de aula, como mostram os excertos a seguir:

L1: *“[...] é importante que se tenha uma matéria que trate somente da educação sexual, para que os professores tenham embasamento teórico quando for para uma sala de aula”*. L8: *“É preciso uma matéria apenas para Educação Sexual e não apenas discussões pontuais que ocorrem raramente, pois assim o aluno nunca estará preparado para lidar com determinadas situações em sala de aula”*. L17: *“[...] os cursos de Pedagogia devem ter disciplina específica sobre a Educação Sexual, pois capacita os professores agirem de forma certa na sala de aula”*. Percebe-se, portanto, que a maior necessidade dos licenciandos e das

licenciandas é a de conhecer conteúdos que poderão utilizar em sua prática docente. Nesse mesmo viés, Leão (2009) defendeu que uma das formas de inserir a ES nos cursos de formação inicial de professores é introduzindo a temática nos conteúdos de disciplinas.

A terceira categoria intitulada “Saberes curriculares”, resultou em uma subcategoria intitulada “Contribuições do curso para o planejamento curricular dos futuros professores e futuras professoras”. É oportuno ressaltar que os excertos emergiram das atividades A5 e A6, como segue:

Quadro 16 - Categoria *a priori*, subcategoria e excertos

| Categoria | Subcategoria | Excertos |
|----------------------|--|---|
| Saberes curriculares | 3.1 Contribuições do curso para o planejamento curricular dos futuros professores. | 3.2.2 L11 (A6) “Proporcionou caminho, uma introdução do que seria e trataria as outras questões de maneira geral, atribuindo contexto histórico e as falas da Dra. Mary Neide D. Figueiró, que percorreu trazendo sobre, por todo o curso”. L14 (A6) “Graças ao curso, sou capaz de realizar um ensino onde haja uma desconstrução de pensamentos como ‘menino usa azul e menina usa rosa’, ajudando assim as crianças ou jovens a se desenvolverem da forma com a qual eles mais se identifiquem, gostem, sem a preocupação de se limitar a tais preconceitos”. L15 (A6) “[...] contribuiu bastante porque agora tenho um norte de como lidar com cada um dos temas dentro da sala de aula, poderei contribuir também com a formação de meus alunos, e abriu bastante minha mente também”. L16 (A6) “Contribuiu de maneira a pensar em meios de introduzir o assunto com as crianças, oferecendo meios de levar o assunto para sala, em forma de leitura de livros, atividades em grupo etc.”. L21 (A6) “[...] as atividades e apresentação me ajudou a ter um jeito para me preparar pra minha futura sala de aula”. |

Fonte: a autora

Com relação aos saberes curriculares, a subcategoria “Contribuições do curso para o planejamento curricular dos futuros professores e futuras professoras”, sinaliza alguns caminhos indicados por meio do curso, que colaboraram para a construção do planejamento dos futuros e futuras professores. Nessa diretiva, apontou-se como contribuintes: os vídeos de Figueiró (2017;

2019), os quais se fizeram presentes em todos os encontros versando abordagens teórico-metodológicas de os professores introduzirem os temas discutidos durante o curso, o artigo de Vianna e Finco (2009), que versou sobre a importância da desconstrução dos preconceitos de Gênero, e as sugestões de contação de histórias.

É oportuno mencionarmos que esse olhar para os saberes disciplinares, bem como para o planejamento, manifestou-se, principalmente, nos excertos colhidos nas atividades A5 e A6 (atividades finais). Acreditamos que isso emergiu do fato de que o curso propiciou aos licenciandos e às licenciandas um olhar mais atencioso para a ES no âmbito escolar e, conseqüentemente, os fez refletir acerca de como irão abordar a temática em sala de aula, visto que esta tarefa envolve dedicação e planejamento dos objetivos, conteúdos e métodos que pretendem aplicar (TARDIF, 2014).

A quarta categoria, nominada “Saberes experienciais”, resultou em duas subcategorias: “Ausência de experiências referentes à ES vivenciadas durante o processo de formação docente” e “Ausência de experiências referentes à ES presenciadas no período escolar”, nas quais os excertos foram provenientes das atividades A1, A3 e A5, como apresentado a seguir:

Quadro 17 - Categoria *a priori*, subcategorias e excertos

| Categoria | Subcategorias | Excertos |
|--------------------------|--|---|
| 4. Saberes experienciais | 4.1 Experiências referentes à ES vivenciadas durante o processo de formação docente. | 4.1.1 L19 (A3) “No curso no qual participo lembro de uma palestra durante esses quase quatro anos de graduação que falou sobre o tema ‘abuso sexual’, que falou sobre indícios que a criança demonstra, como o professor pode ajudar etc. Essa palestra foi muito esclarecedora, mas acredito que apenas uma nesse tempo todo seja muito pouco, até mesmo porque novas turmas entraram e não tiveram acesso a esse conteúdo”. L4 (A1) “Houve apenas uma história que o professor de História da Educação relatou pra turma na época em que foi membro do conselho tutelar e teve de lidar com uma situação onde foi chamado porque as crianças estavam se beijando. Ele comentou sobre a reação que teve e como transformou o momento tenso num aprendizado pedagógico para as crianças, e condenou a professora que se revoltou com aquilo ao invés de tentar dialogar com os alunos sobre como aquilo não era apropriado para a idade deles”. |

| | | |
|--|---|---|
| | | <p>L12 (A1) “[...] já ouvi uma palestra de uma aluna ou ex-aluna da faculdade falando sobre a educação sexual no ano passado, e esse ano, se não me engano, uma de minhas professoras comentou um pouco sobre o assunto, porém não foi algo mais a fundo (o da professora), mas não é algo que aconteça com frequência”.</p> <p>L18 (A1) “Com relação à abordagem do assunto no curso não me lembro de nada ligado à fala de nenhum professor em sala de aula, o máximo que chega mais próximo foi uma palestra sobre abuso infantil que participei de duas, e também no PIBID onde podia se trabalhar sobre gênero mesmo sendo abordagens de temas diferentes ainda possibilitava tratar de forma bem vaga o assunto”.</p> |
| | 4.2 Experiências referentes à ES presenciadas no período escolar. | <p>4.2.2</p> <p>L4 (A5) “[...] desejo buscar mais a respeito dessa noção de educação sexual, ainda mais por não ter tido isso na minha vida escolar”.</p> <p>L15 (A5) “Eu penso MUITO nessa questão, do que eu posso me deparar em sala de aula enquanto professora. É aí que me leva a pensar também no quão essencial seria eu enquanto aluna, não só da faculdade, mas no meu período escolar também, ter tido boas instruções e conteúdos sobre a sexualidade humana. Mas na minha época de escola mal falavam sobre isso também, quase nem era tocado no assunto, se isso tivesse acontecido e tivesse sido ainda mais frisado na minha formação da faculdade seria perfeito”.</p> |

Fonte: a autora

No que se refere aos saberes experienciais, visto que a maioria dos participantes ainda não possui experiências docentes, consideramos as possíveis experiências referentes à ES vivenciadas durante o processo de formação docente. Notamos que em todos os excertos da subcategoria 4.1 “Ausência de experiências referentes à ES vivenciadas durante o processo de formação docente”, os relatos foram superficiais. A exemplo de: L19 “[...] essa palestra foi muito esclarecedora, mas acredito que apenas uma nesse tempo todo seja muito pouco [...]”; L4 “Houve apenas uma história que o professor de História da Educação relatou [...]”; L12 “[...] já houve uma palestra de uma aluna ou ex-aluna da faculdade falando sobre a educação sexual no ano passado [...] mas não é algo que aconteça com frequência”; L18 “[...] o máximo que chega mais próximo foi uma palestra sobre abuso infantil que participei de duas, e também no PIBID, onde podia se trabalhar sobre gênero mesmo sendo abordagens de temas diferentes

ainda possibilitava tratar de forma bem vaga o assunto”. Assim, destacaram-se palavras de conotação superficial, tais como: apenas, não é algo que aconteça com frequência, de forma bem vaga.

Desse modo, consideramos como ponto positivo o fato de os licenciandos e as licenciandas terem a consciência de que os saberes experienciais relacionados à ESE proporcionados pelo curso de licenciatura pesquisado são superficiais e necessitam ser desenvolvidos. Neste sentido, os campos práticos de experiência podem ser melhor explorados como ambientes de diálogo sobre a temática, bem como os espaços proporcionados por Programas de Iniciação à Docência, de pesquisa, contando, inclusive, com o fomento de órgãos federais ou estaduais. Considerando este contexto, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIDIB), trata-se de um ambiente propício para que licenciandos e licenciandas, por meio do fomento federal, possam estar inseridos nas escolas, manifestando saberes experienciais com alunos e alunas carentes de conhecimentos referentes à sexualidade.

Ainda em relação aos saberes experienciais, na subcategoria 4.2, consideramos os excertos sobre as “Experiências referentes à ES presenciadas no período escolar”, desse modo, nestes excertos, as licenciandas⁴⁹ discorrem a respeito da falta que sentem em não terem tido uma formação em ES em sua fase escolar. Evidencia-se, dessa forma, que, muitas vezes, a abordagem não é concretizada no espaço escolar como resultado de tabus e preconceitos que cercam o ambiente escolar.

Tardif (2014) acredita que há uma defasagem entre os saberes experienciais e os saberes adquiridos na formação, e esta defasagem se manifesta quando os professores e as professoras já estão atuando em sala de aula e descobrem lacunas em seus saberes pedagógicos, visto que, como no caso da abordagem da ES, muitas vezes a Universidade deixa de abordar saberes que farão parte do cotidiano dos professores na escola. À vista disso, é o contato com a realidade, no exercício da profissão docente, que motiva esses profissionais de boa vontade a realizarem o trabalho com a ESE na escola (FIGUEIRÓ, 2010).

⁴⁹ Licenciandas, pois os dois excertos foram provenientes das atividades de duas estudantes do sexo feminino.

Nesse viés, ressaltamos que a formação inicial se trata de uma etapa fundamental na preparação do professor, por isso um curso de licenciatura oferta conhecimentos teóricos indispensáveis para a futura prática pedagógica, aliada a conhecimentos práticos, os quais são aprendidos com a vivência e que podem auxiliar os futuros professores a solucionarem problemas locais que porventura estejam impedindo a educação cidadã (FRASSON-COSTA, 2012).

A sexta categoria considerada emergente, nomeada “Associação entre os saberes curriculares e disciplinares”, resultou em uma subcategoria intitulada “Articulações entre o currículo e os conteúdos”. Os excertos apresentados foram derivados da atividade A5, como segue:

Quadro 18 - Categoria emergente, subcategoria e excertos

| Categoria | Subcategoria | Excertos |
|---|--|--|
| 5. Associação entre os saberes curriculares e disciplinares | 5.1 Articulações entre o currículo e os conteúdos. | 5.1.1 L2 (A5) “[...] é tendo um currículo que estabelece a sequência e o conteúdo, uma forma de transpor conteúdos de maneira que favoreça o aprendizado significativo do educando para a vida que ultrapassa o ambiente escolar”. L3 (A5) “[...] é necessário ser ministrado nos currículos de formação de professores de uma forma teórica e metodológica de abordar a temática”. L8 (A5) “[...] é preciso um componente curricular de educação sexual que esteja na grade do curso com planejamentos e avaliações para os alunos da graduação, para que tenham uma base”. L12 (A5) “[...] é o currículo que possibilita ao professor uma organização fixa dos conteúdos e das atividades críticas e democráticas no contexto escolar”. L13 (A5) “[...] eu acredito que a universidade que oferece o curso de formação para professores deve aderir esta disciplina à grade curricular do curso, pois se estamos ali é para aprender e para que tenhamos acesso a conhecimentos acerca do que é ser professor, e vejo que a educação sexual deve também fazer parte dessa preparação e formação”. L15 (A5) “As grades curriculares poderiam contemplar todas as questões e as demais que, por exemplo, foram trabalhadas conosco no curso. Isso forneceria bons frutos futuramente, e penso também que esses conteúdos |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>deveriam sim ser trabalhados com as crianças de uma forma bem natural, como qualquer outra disciplina”.</p> <p>L16 (A5) “Penso que deveriam existir no curso, disciplinas presentes na matriz curricular, com profissionais capacitados na área de ensino de tal abordagem. Visto que o assunto possui enorme importância para a formação da prática docente”.</p> <p>L18 (A5) “Deveria ser trabalhado mais os documentos a fim de compreender um pouco mais sobre as concepções da disciplina Educação Sexual no processo formativo desenvolvido nos currículos de formação e como isso pode ser trabalhado em sala de aula”.</p> <p>L19 (A5) “Deveria ser colocados nos currículos maneiras de como abordar esse assunto tão delicado, nos capacitando para falar sobre, porque muitas vezes professores tem que falar sem nem ter domínio, sobre métodos contraceptivos, por exemplo, talvez nem conheça todos ou como funcionam. Então deveria ter essa preparação”.</p> <p>L22 (A5) “Sinto que as universidades deveriam possuir uma matéria curricular que abordasse a educação sexual”.</p> |
|--|--|---|

Fonte: a autora

Esta categoria emergiu do fato de que, em muitos excertos, quando os licenciandos e as licenciandas discutiam sobre os saberes disciplinares, simultaneamente, também manifestavam os saberes curriculares. Isso pode ser observado, principalmente, nos excertos L2 (A5); L12 (A5); L15 (A5). Essa articulação é comum quando consideramos que os professores e as professoras integram e mobilizam estes saberes sociais, como condições necessárias para a sua prática na escola (TARDIF, 2014).

Nas palavras de Tardif (2014), os saberes sociais são incorporados em forma de saberes escolares, por meio de programas, matérias, conteúdos e disciplinas escolares. E os saberes curriculares e disciplinares são exteriores à prática docente, visto que são produtos já determinados em sua forma e conteúdo pelos grupos produtores de saberes sociais. E no que diz respeito aos “saberes” da ES, reforçamos as aproximações iniciais desta dissertação, que buscou investigar a formação inicial de professores para que os conhecimentos científicos promovam uma atuação crítica voltada à transformação social, à cidadania e sustentada nos princípios de transversalidade.

Por fim, como proposição contributiva ao curso de Pedagogia da UENP, *Campus* de Jacarezinho, nosso local de pesquisa, incluímos, no apêndice J, a proposição de ementa de uma disciplina nominada de Educação Sexual e sexualidade, com enfoque nos referenciais teóricos que compartilhamos como Produção Educacional. Esperamos que esta devolutiva profissional possa render frutos institucionais, com alcance inclusive de outras licenciaturas que tenham necessidades formativas em nossa área de pesquisa.

Retomando nossa questão norteadora de pesquisa: “Quais aproximações podemos estabelecer entre os saberes docentes e os ‘saberes’ da Educação Sexual Emancipatória, por meio de um curso introdutório em que ideias foram mobilizadas e construídas por licenciandos e licenciandas em Pedagogia?”, consideramos que foi possível o estabelecimento de relação entre os diferentes saberes.

Com relação aos saberes da formação profissional e os saberes da formação profissional em uma perspectiva Emancipatória, inferimos que foi a categoria que mais proporcionou a aproximação entre os diferentes saberes, decorrentes de os licenciandos e as licenciandas estarem inseridos no contexto da formação profissional. Dessa forma, por meio do desdobramento de subcategorias, evidenciamos os excertos em que os licenciandos e as licenciandas apontam problemas gerais relacionados com a ausência de formação na temática da Educação Sexual. Além disso, foram apontados nos excertos dos participantes, as consequências da falta de formação na temática no curso de Pedagogia. Assim sendo, trouxemos para a discussão os excertos em que os participantes discorrem sobre quais foram as contribuições do curso introdutório em Educação Sexual para a sua futura prática pedagógica como docente.

Quanto aos saberes disciplinares e os saberes disciplinares em uma perspectiva emancipatória, foi possível a aproximação entre estes diferentes saberes por meio do reconhecimento dos licenciandos da necessidade de uma disciplina que aborde sobre a Educação Sexual nas Universidades. Os licenciandos e as licenciandas, inclusive, mencionaram o desejo de que o curso abordasse uma disciplina específica relacionada à temática, contribuindo assim para uma formação mais aprofundada nas discussões referentes à sexualidade.

Em referência à aproximação entre os saberes curriculares e os saberes curriculares em uma perspectiva emancipatória, os licenciandos e as licenciandas mencionaram algumas propostas teórico-metodológicas ofertadas durante o curso, as quais eles pretendem replicar em sua futura prática docente. Destarte, os *feedbacks* oportunizados pelos licenciandos e pelas licenciandas estiveram relacionados às atividades aprendidas pelos mesmos no curso e que eles pretendem utilizar em seu planejamento curricular como docentes.

Em continuidade, considerando que os licenciandos ainda não desenvolvem seu ofício como professores, a aproximação entre os saberes experienciais e os saberes experienciais em uma perspectiva emancipatória estiveram relacionados aos saberes experienciais adquiridos por meio do curso de Pedagogia, os quais, por sua vez, apontaram para a ausência da temática no referido curso. Além disso, foram considerados os saberes da formação anterior, isto é, os saberes escolares dos licenciandos e das licenciandas, os quais apontaram a necessidade de uma formação aprofundada na temática, visto que a formação escolar deixou lacunas em relação ao trabalho com a Educação Sexual.

Por fim, a união manifestada nos excertos entre os saberes disciplinares e os saberes curriculares emergiram na subcategoria “articulação entre o currículo e as disciplinas”. A aproximação entre estes saberes (curricular e disciplinar), associados à perspectiva emancipatória da Educação Sexual, nos permitiu refletir acerca da importância do currículo das Universidades e das escolas apontarem a Educação Sexual como necessária em todos os espaços formativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar, por meio das atividades realizadas pelos licenciandos e licenciandas no curso introdutório ofertado, se houve aproximações entre os saberes docentes e os saberes da Educação Sexual Emancipatória.

Assim, pela análise dos resultados, possibilitada pela realização das atividades, constatamos o estabelecimento de relações entre os saberes docentes definidos por Tardif (2014), com os “saberes” da Educação Sexual Emancipatória, discutidos por estudiosos da área. Contudo, as evidências indicaram que a licenciatura em que os participantes estão cursando, favorece ações formativas limitadas para com a temática.

Nessa perspectiva, acreditamos que o curso de licenciatura em Pedagogia da UENP, *Campus* de Jacarezinho, possa, numa próxima reformulação curricular, possibilitar o contato com abordagens da Educação Sexual Emancipatória, discutindo-a em seus aspectos formativos, disciplinares, curriculares e experienciais.

Como limitações da pesquisa mencionamos que, em decorrência da Covid-19, tivemos que remodelar nossa proposta interventiva e como consequência sofremos os impactos educacionais, principalmente no sentido da participação menos expressiva dos licenciandos e das licenciandas nas videoconferências pelo *Google Meet*. Apesar disso, ficamos satisfeitos com o empenho destes para a realização das atividades disponibilizadas no *Google Classroom*, bem como com os *feedbacks* positivos que recebemos acerca das contribuições do curso formativo.

Outra limitação emerge do fato de que o curso foi composto somente de cinco encontros, os quais ocorreram uma vez por semana, com duração de uma hora e trinta minutos cada. Com isso, o curso de Extensão Universitária proporcionou uma introdução à Educação Sexual, isto é, um ponto de partida diante da grande necessidade formativa que os licenciandos e as licenciandas apresentam na temática. Nesse sentido, a formação continuada será indispensável para os Educadores Sexuais.

Entretanto, apesar das limitações descritas, procuramos contribuir positivamente com a introdução dos licenciandos e das licenciandas na temática da Educação Sexual, em uma perspectiva Emancipatória, associada aos saberes

docentes, com o favorecimento de conhecimentos científicos, sugestões de atividades lúdicas a serem aplicadas com alunos e alunas da Educação Infantil, e nos Iniciais do Ensino Fundamental, além de jogos, vídeos e diversos materiais *on-line*, tais como artigo e livros referentes à temática.

Com relação à Produção Técnica Educacional, por contemplar abordagens teórico-metodológicas referentes à Educação Sexual, tanto do contexto de formação inicial quanto em contexto escolar, esta poderá ser replicada e adaptada por professores universitários em licenciaturas, bem como por professores de turmas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO sexual é papel da escola ou da família?. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (12 min). Publicado pelo canal Mary Neide Figueiró. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WkmYVr5UGus>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. C.; SILVA, L. B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AGUIAR, M. A. S. *et al.* Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 819-842, 2006.

ANAMI, L. F.; FIGUEIRÓ, M. N. D. Interação família-escola na Educação Sexual: reflexões a partir de um incidente. *In:* FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009. p. 87-112.

ANFOPE. **Manifesto da ANFOPE em defesa da democracia**. 2020. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2020/03/1.-Manifesto-ANFOPE-emdefesa-da-educa%C3%A7%C3%A3o-e-da-democracia-01032020.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2020.

ARCARI, C. **Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual para crianças**. Rio Verde Goiás: Cores, 2012.

BARTACEVICIUS, D. M. M.; MIRANDA, M. A. G. C. Formação de professores para a prática de educação sexual nas escolas: uma reflexão a partir do pensamento docente. **Sisyphus Journal of Education**, [S. l.], v. 7. n. 3, p. 156-178, 2019.

BENITES, M. J. O. **Educação sexual e formação docente: um estudo a partir de concepções docentes**. 2006. 120 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, 2006.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução Maria João Alvarez e Sara Bahia dos Santos. Portugal: Porto, 1994.

BONFIM, C. **Desnudando a educação sexual**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BONFIM, C. **Educação sexual e formação de professores: da educação sexual que temos à educação que queremos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

BOTAN, K. I.; LEÃO, A. M. C. Jogos, brincadeiras e educação sexual na educação infantil. **Revista Humanidades e Inovação**, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 110-121, 2020.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+:** identidade e alteridade na comunidade. 2019. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de edições técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Comissão de Especialistas do Curso de Pedagogia. **Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia**. Brasília: MEC/SESU, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Brasília: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 9 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação sexual: apresentação de temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica**. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. (DOU nº 247, 23.12.2019, Seção 1, p. 115).

CÂNDIDO, E. L. *et al.* Características do abuso sexual no Brasil. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 114-121, 2020.

CARVALHO, C. S.; SILVA, E. R.; SOUZA, S. J.; SALGADO, R. G. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psicologia Clínica**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 69-88, 2012.

CARVALHO, F. A. Que saberes sobre sexualidade são esses que (não) dizemos dentro da escola?. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009b.

CARVALHO, L.; FILHO, F. F. L. Representações LGBTQIA+ e estudos culturais: invisibilidades da diversidade de gênero em audiovisuais publicitários de moda. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 13. n. 3, p. 671-680, 2019.

CASTRO, E. G.; MACEDO, S. C. Estatuto da criança e adolescente e estatuto da juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1214-1238, 2019.

D'ÁVILA, C. A didática nas diretrizes curriculares nacionais a base nacional comum para a formação de professores da educação básica: impasses, desafios e resistências. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 8, p. 86-101, 2020.

DESSUNTI; E. M.; SOUBHIA, Z.; ALVES, E. A formação de recursos humanos em saúde e a diversidade sexual. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009, p. 59-86.

FARINELLI, C. C.; PIERINI, A. J. O sistema de garantia de direitos e a proteção integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **O social em questão**, [S. l.], n. 35, p. 63-86, 2016.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **A formação de educadores sexuais**: possibilidades e limites. 2001. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Marília, 2001.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Desafios e conquistas dos educadores. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018. p. 223-241.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009a.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009b.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. rev. atual. Londrina: EDUEL, 2010.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. 2. ed. rev. atual. e ampl. Londrina: EDUEL, 2014.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASSON-COSTA, P. C. F. **Educação sexual**: uma metodologia inspirada nos patamares de adesão. Curitiba: Appris, 2016.

FRASSON-COSTA, P. C. **Os patamares de adesão das escolas à Educação Sexual**. 2012. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Paulo. São Paulo, 2012.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B.; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.

FURLANI, J. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. *In: Sexualidade*; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Grupo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – PR, 2009. p. 37-48.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBERG, M. A. A. **Educação Sexual**: uma proposta, um desafio. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GONÇALVES, S. R. V.; MOTA, M. R. A.; ANADON, S. B. A resolução CNE/CP N. 2/2019 e os retrocessos na formação de professores. **Revista da ANFOPE**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 360-379, 2020.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HABIGZANG, L. F.; RAMOS, M. S.; KOLLER, S. H. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011.

JOCA, A. M.; SANTOS, E. Educação sexual na educação infantil: questões conceituais e empíricas para a pedagogia. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”*, 5., 2020, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: EDUCOM, 2020. p. 1-16.

JORESP UENP. Disponível em: <https://uenp.edu.br/calendario-de-eventos/eventos-uenp-cj/itemlist/tag/JORESP>. Acesso em: 07 maio 2021.

KOERICH, M. C. T. **História de uma presença-ausente**: sexualidade e gênero em currículos de Pedagogia. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp-Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. Curso de formação inicial em sexualidade: relato de uma proposta interventiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 609-638, 2013.

LEITE, F. M. *et al.* Adolescência e ato infracional no âmbito escolar: uma relação de inclusão ou exclusão? *In: COELHO, M. I. S.; SOUZA, C. S.; SILVA, H. T. L.; COSTA,*

V. A. (org.). **Serviço social e criança e adolescente**: a produção do conhecimento na FASSO/UERN (1990-2011). Mossoró: UERN, 2012. p. 167-182.

LORENZI, F. **A Educação Sexual na formação do/a pedagogo/a no estado do Paraná**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. Doxa: **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MAISTRO, V. I. A. Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação Sexual**: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 35-62.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATRIZ curricular. Graduação em Pedagogia. 2019. Disponível em: <https://uenp.edu.br/pedagogia-matriz>. Acesso em: 02 maio. 2020.

MATTOS, M. V. G. **Quem educa o educador?**: do vivido em cotidianos escolares a uma análise do prescrito em documentos legais como indicadores de direitos dos educadores às vivências de processos de educação sexual emancipatória. 2017. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em pedagogia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MAXIMIANO, G. F.; SILVA, V. A.; NASCIMENTO, G. B. Política pública de acolhimento institucional: um instrumento de enfrentamento a situações de violência contra criança e adolescente. **Revista Humanidades e Inovação**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 140-150, 2019.

MELO, S. M. M. *et al.* **Educação e sexualidade**. 2. ed. rev. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

MENDES, M. C. F.; MOURA, A. A.; ARAGÃO, M. P. A. A prática de professores da educação infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 1900-1914, 2020.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. rev. ampl. Ijuí: Unijuí, 2016.

MOREIRA, D. A. F. **Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero**: o lúdico como estratégia educativa. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

MORYAMA, N.; MAISTRO, V. I. A. Uma Educação Sexual no PIBID/ Biologia. **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas**, [S. l.], p. 2398-2402, 2013.

O QUE é abuso sexual? [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Mary Neide Figueiró. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t9TV-Hm5wyw>. Acesso em: 10 mar. 2020.

O QUE é educação sexual? [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Mary Neide Figueiró. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls. Acesso em: 30 jan. 2020.

O QUE é trabalhar gênero nas escolas? [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Mary Neide Figueiró. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HkpoDtPkkzc>. Acesso em: 05 fev. 2019.

OLIVEIRA, M. MIRANDA, A. C. T. Abuso sexual infantil e escola: enfrentamentos e intervenções pedagógicas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Desafios atuais dos feminismos** [anais eletrônicos]. Florianópolis, 2013.

PROPOSTA pedagógica do curso de Pedagogia. 2019. Jacarezinho: Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2020. Disponível em: <https://uenp.edu.br/pedagogia-cj>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RAMIRO, L. *et al.* Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 11-21, 2011.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *In*: BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. (org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005. p. 17-32.

SANTOS, J. J.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Novas diretrizes educacionais: velhas rejeições às minorias sexuais e de gênero. **Revista Communitas**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 240-254, 2021.

SANTOS, L. S. Entendendo a construção social das diferenças de gênero. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009 p. 1-11.

SILVA, C. S. F.; BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1538-1555, 2019.

SILVA, R. D. **Educação audiovisual da sexualidade**: olhares a partir do *kit* anti-homofobia. 2015. 144 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2015.

TARDIF, M. O trabalho docente, a pedagogia e o ensino: interações humanas, tecnologias e dilemas. **Cadernos de Educação**, [S. l.], n. 16, p. 15- 47, 2001.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M. RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, [S. l.], n. 73. p. 209-244, 2000.

UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S.; GAVA, T. Gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, [S. l.], n. 9, p. 1-10, 2010.

UNIVERSIDADE estadual do Norte do Paraná. UENP. 2019. Disponível em: <https://uenp.edu.br/cj>. Acesso em: 19 abril. 2019.

VIANNA, C.; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, p. 265-283, 2009.

VITOR, M; MAISTRO, V. I. A.; ZÔMPERO, A. F. Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em ciências biológicas. **Investigações em Ensino de Ciências**, n. 25, v. 1, p. 282-305, 2020.

XAVIER FILHA, C. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira?. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017.

YARED, Y. B.; MELO, S. M. M.; VIEIRA, R. M. A importância do pensamento crítico em inovações curriculares: interface com a educação sexual emancipatória. **Revista Educação UFSM**, Santa Marina, v. 45, 2020.

APÊNDICES



APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO (LICENCIANDOS)

MODELO DE QUESTIONÁRIO

- 1- Você já participou de cursos, palestras ou aulas que discutiram sobre Educação Sexual? Se sim, comente.

- 2- Acredita que conteúdos referentes à Educação Sexual são importantes em cursos de licenciatura? Por quê? Justifique.

- 3- Até o presente momento, você possuiu contato com conteúdos referentes à sexualidade humana em seu curso de formação? Se sim, em quais momentos? (disciplinas, eventos, congressos).

- 4- Gostaria de ter uma formação em Educação Sexual contendo conhecimentos sobre como trabalhar a temática em âmbito escolar? Justifique.

- 5- Quais assuntos relacionados à Educação Sexual você acredita que seriam oportunos para abordar em um curso de formação? Cite assuntos que gostaria de estudar.

- 6- Você teria interesse e disponibilidade de vir até a Universidade em horário contraturno a suas atividades acadêmicas para participar de um Curso de Formação em Educação Sexual? Se sim, qual o melhor momento para tal?



APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (LICENCIANDOS)

MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1- O que você entende por Educação Sexual?

- 2- Você se sente preparado(a) para trabalhar conteúdos referentes à sexualidade humana em sala de aula? Justifique sua resposta.

- 3- Em sua opinião, quais os desafios encontrados ao abordar a Educação Sexual na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental? Justifique sua resposta.

- 4- Na sua percepção, quais conhecimentos um professor deve ter para ser um Educador Sexual? Explique.



APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO (COORDENADORA)

MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

- 1- Você acredita que o curso de licenciatura em Pedagogia seja um espaço adequado para promover a formação de professores em Educação Sexual? Por quê?

- 2- Quais conhecimentos referentes à sexualidade humana você acredita que seriam oportunos em abordar com os estudantes de Pedagogia? Quais as maneiras formativas possíveis?

- 3- O curso promove atividades curriculares e/ou extracurriculares relacionadas à Educação Sexual para os estudantes de Pedagogia?

- 4- Os estudantes estão saindo da instituição com a formação necessária para abordar a Educação Sexual em sala de aula? Como é possível evidenciar essa constatação?

- 5- Você acredita que o curso de licenciatura em Pedagogia promove a formação de professores em Educação Sexual? Em caso negativo, por quê? Em caso positivo, como isso é feito?



APÊNDICE D – ROTEIRO DE ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O CURSO (LICENCIANDOS)

MODELO DE QUESTÕES REALIZADAS DURANTE O CURSO

- 1- Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, você acredita que o curso de Pedagogia, da instituição em que você estuda, contribui com a Educação Sexual formal? Justifique a sua resposta.

- 2- Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, o que você compreendeu por binarismo de gênero? Você estudou as questões de Gênero no curso de Pedagogia? Justifique sua resposta.

- 3- Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, na sua opinião, é importante que o(a)s professore(a)s tenham uma formação referente ao Abuso Sexual? Justifique sua resposta.

- 4- Por meio do vídeo (FIGUEIRÓ, 2017) assistido, na sua opinião, qual é o papel da escola e do(a)s professore(a)s no trabalho com a Educação Sexual?



APÊNDICE E – ROTEIRO DE ATIVIDADE FINAL

ATIVIDADE: EU PENSO, EU SINTO

1) Quando reflito sobre os conhecimentos formativos possibilitados na Universidade acerca da Educação Sexual

Eu penso: _____

Eu sinto: _____

2) Quando eu reflito sobre os conhecimentos disciplinares (conteúdos e disciplinas referentes à sexualidade humana)

Eu penso: _____

Eu sinto: _____

3) Quando eu reflito sobre os conhecimentos curriculares (discursos, métodos e objetivos sobre sexualidade humana) que eu posso aprender e aplicar em sala de aula, por meio de programas escolares

Eu penso: _____

Eu sinto: _____

4) Quando eu reflito sobre os conhecimentos experienciais (vivências e experiências relacionadas à sexualidade humana), aos quais posso me deparar em sala de aula

Eu penso: _____

Eu sinto: _____



APÊNDICE F – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

MODELO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

- 1- Nome completo:
- 2- CPF:
- 3- *E-mail*:
- 4- O curso atendeu suas expectativas e necessidades formativas? Justifique sua resposta.
- 5- Qual temática mais chamou a sua atenção?
- 6- De que forma a temática acima selecionada contribuiu com a sua formação inicial? Justifique sua resposta.
- 7- Pretende utilizar os ensinamentos recebidos em sua prática docente? Se sim, como intenciona fazer isso?
- 8- Como você avalia a qualidade dos materiais utilizados no curso?
- 9- Deixe suas sugestões para melhoria do curso!

APÊNDICE G – CARTA DE ACEITE DA UNIVERSIDADE**CARTA DE ACEITE**

A Pesquisadora Dra. Priscila Carozza Frasson Costa, vinculada à Universidade Estadual do Norte do Paraná, *campus* de Cornélio Procópio, Paraná, e a sua orientanda do Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Ensino, Evelin Chaiane de Souza Cardoso, vem por meio dessa, pedir a autorização para realização da pesquisa intitulada “Educação Sexual: Proposta de um Curso de Formação para Estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia” para fins científicos na Instituição de ensino Universidade Estadual do Norte do Paraná, *campus* de Jacarezinho, Paraná.

A orientanda desenvolverá as seguintes atividades:

- 1- Investigação da Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como das ementas das disciplinas.
- 2- Entrevista com o (a) coordenador (a) do curso de licenciatura em Pedagogia.
- 3- Verificação da formação dos alunos em Educação Sexual (ES) em atividades extracurriculares, projetos de extensão, ou programas de licenciatura como, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica, além de pesquisas em ensino sobre a temática.
- 4- Aplicação de questionários e entrevistas com os estudantes do terceiro e quarto ano, períodos vespertino e noturno de ambas as turmas, do curso de licenciatura em Pedagogia. Portanto,

Eu, Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Reitora da Universidade Estadual do Norte do Paraná, declaro que aceito que as Pesquisadoras Dra. Priscila Carozza Frasson Costa e Evelin Chaiane de Souza Cardoso, efetuem o desenvolvimento de uma intervenção pedagógica, que resultará em um curso de formação envolvendo os estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia da presente Instituição de Ensino.

Jacarezinho, 22 de agosto de 2019.



Prof. Dr. Fátima A. da Cruz Padoan
Reitora



APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (LICENCIANDOS)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ – UENP
Lei nº 15.300 – D.O.E. nº 7.320, de 28 de setembro de 2006.
CNPJ 08.885.100/0001-54
Programa *Stricto Sensu* de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN)
Mestrado Profissional em Ensino

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) estudante, você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa denominada “*Educação Sexual: Proposta de um Curso de Formação para Estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia*”. O convite à sua participação se deve ao fato de você estar matriculado(a) no curso de licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), instituição escolhida para o desenvolvimento da pesquisa acima citada. No entanto, para participar da pesquisa, você deve ter idade mínima de dezoito anos.

Esse documento trata-se de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e possui o intuito de esclarecer dúvidas e proteger o participante e o pesquisador que, por esse meio, manifestam seu respeito à ética no desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo do referido estudo é investigar, por meio da aplicação de questionário e de entrevista semiestruturada, como tem ocorrido a formação dos estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia da UENP no que tange à Educação Sexual (ES). Dessa forma, sua participação será no sentido de fornecer conhecimentos e concepções que você possui acerca da sexualidade humana.

Para isso, pedimos sua autorização para aplicação do questionário e para gravar suas respostas da entrevista semiestruturada em um gravador de voz. Ambos serão realizados no interior do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) *campus* Jacarezinho (Jacarezinho – PR). É importante que você possua algumas informações relevantes a respeito de como ocorrerão esses procedimentos:

Com relação ao questionário, será aplicado em sala de aula, no horário de suas atividades acadêmicas, portanto, a aplicação será realizada conforme o horário combinado para esse fim. O questionário é impresso e possui seis (6) questões dissertativas abertas, visando compreender, de forma escrita, os conhecimentos prévios, bem como as necessidades de formação que você possui em relação à ES. Referente ao tempo de duração da aplicação dos questionários, estima-se 30 minutos.

Quanto à entrevista, será realizada em uma sala específica no setor de Ciências Humanas, no horário combinado, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. Estima-se, em média, quinze (15) minutos de duração. A entrevista é composta por quatro (4) questões dissertativas abertas a respeito da temática ES e Sexualidade.

É importante ressaltar que ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos relatar, suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade.

Para fins de preservar sua identidade, com relação à quebra de sigilo não intencional, no tratamento dos dados, as informações coletadas serão digitalizadas, porém mantidas em sigilo por meio de decodificação do seu nome e demais nomes que você possa citar. Após a transcrição, a gravação será descartada de modo a não ser mais utilizada.

Após a realização da pesquisa, você poderá usufruir de alguns benefícios, tais como:

- Subsídios teóricos e científicos para sustentar e fundamentar seus diálogos no que se refere à ES.

- Utilização do produto educacional, que será resultante da pesquisa, em sua prática pedagógica. O mesmo possuirá respaldo teórico, abordagens metodológicas sobre sexualidade humana para utilização com alunos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, dentre outros que poderão emergir durante a realização da pesquisa.

- Contribuições para o crescimento e desenvolvimento de pesquisas na área da ES e da Sexualidade humana no contexto de formação inicial e continuada de professores.

- A presente pesquisa poderá estimular você a trabalhar a temática em sala de aula e compartilhar os conhecimentos que serão adquiridos com outros profissionais da área da Educação.

É exclusiva a assistência no decorrer de toda a pesquisa, bem como é garantido a você o livre acesso a quaisquer informações e/ou esclarecimentos complementares acerca do estudo e seus impactos, em síntese, tudo o que você queira ser informado antes, durante e depois da intervenção.

Ademais, é importante que você esteja ciente sobre os riscos envolvidos nesta pesquisa:

- Levando em consideração que se trata de uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão atingidos após a sua realização, você poderá ficar desconfortável ou/e constrangido caso não consiga responder a alguma questão que será indagada durante a aplicação de questionários e entrevistas. Se assim ocorrer, você é livre para se negar a responder, sem a necessidade de justificativa e isso não te acarretará em nenhum prejuízo.

- Visto que durante a intervenção da pesquisa você nos fornecerá dados confidenciais e demais informações, há o risco de utilização indevida por terceiros. Diante disso, é importante ressaltar que ninguém saberá que você estará participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem forneceremos a ninguém as informações que você nos confidenciou. Os resultados da pesquisa serão publicados, mas sem identificar os participantes.

- Poderá ocorrer possíveis incômodos com relação a crenças, religião e concepções pessoais acerca da temática. Diante disso, informamos que não haverá julgamento, nem a tentativa de mudança de pensamento sobre valores e princípios familiares e pessoais, portanto, haverá neutralidade por parte das pesquisadoras.

Cabe ressaltar que não há nenhum valor econômico, a receber ou pagar por sua participação, quaisquer gastos que sejam envolvidos na pesquisa serão custeados pelas pesquisadoras responsáveis.

Em caso de dúvida ou reclamação, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UENP, cujos dados são: CEP/UENP, Rod. BR 369, Km 54, Bandeirantes – PR, CEP 86360-000, Caixa Postal 261, Fone (43) 3542-8056, funcionamento de segunda a sexta-feira das 7h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Ressaltamos também, que esta pesquisa terá início somente após sua aprovação pelo Comitê de Ética da UENP.

Caso você tenha ou venha a ter alguma dúvida, poderá entrar em contato com a pesquisadora principal, Dra. Priscila Carozza Frasson Costa, no *E-mail* priscila@uenp.edu.br ou pelo telefone (43) 3542-3589 ou com a pesquisadora auxiliar Evelin Chaiane de Souza Cardoso, no *E-mail*: evelinccardoso0@gmail.com, ambas as pesquisadoras estão vinculadas à Universidade Estadual do Norte do Paraná – *campus* Cornélio Procópio e se encontram à disposição para responder e/ou atender a quaisquer dúvidas, sugestões ou contribuições que você deseje partilhar.

Este documento será assinado, rubricado e impresso em duas vias, sendo que uma ficará com você e a outra com as pesquisadoras responsáveis.

Após ter sido esclarecido(a), li e concordo em participar da pesquisa.

Jacarezinho, _____ de _____, 2019.

Assinatura do(a) Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável
Dra. Priscila Carozza Frasson Costa

Assinatura da Pesquisadora
Evelin Chaiane de Souza Cardoso



APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (COORDENADORA)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ – UENP

Lei nº 15.300 – D.O.E. nº 7.320, de 28 de setembro de 2006.

CNPJ 08.885.100/0001-54

Programa *Stricto Sensu* de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN)
Mestrado Profissional em Ensino

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) coordenador(a), você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa denominada “*Educação Sexual: Proposta de um Curso de Formação para Estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia*”. O convite à sua participação se deve ao fato de você ser coordenador(a) do curso de licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), instituição escolhida para o desenvolvimento da pesquisa acima citada. No entanto, para participação na pesquisa, você deve ter idade mínima de dezoito anos.

Este documento trata-se de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e possui como intuito esclarecer e proteger o participante da pesquisa, assim como o pesquisador que, por esse meio, manifestam seu respeito à ética no desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo do referido estudo é investigar como tem ocorrido a formação dos estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia, ofertado pela UENP, *campus* de Jacarezinho – PR, no que tange à Educação Sexual (ES). Nesse sentido, suas concepções acerca da ES, como coordenador(a) do referido curso, serão de suma importância para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Sua participação neste estudo será como entrevistado(a). Para isso, pedimos sua autorização para gravar suas respostas da entrevista semiestruturada em um gravador de voz. A entrevista será realizada no interior do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) *campus* Jacarezinho (Jacarezinho – PR) em uma sala específica no setor de Ciências Humanas em horário marcado, de acordo com a sua disponibilidade.

É importante que você possua algumas informações relevantes a respeito de como ocorrerá esse procedimento: a entrevista será composta por cinco (5) questões dissertativas abertas, a respeito da temática Educação Sexual e Sexualidade. Estima-se quinze (15) minutos de duração.

É importante ressaltar que ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos relatar, suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade.

Para fins de preservar sua identidade, com relação à quebra de sigilo não intencional, no tratamento dos dados, as informações coletadas serão digitalizadas, porém mantidas em sigilo por meio de decodificação do seu nome e demais nomes que você possa citar. Após a transcrição, a gravação será descartada de modo a não ser mais utilizada.

Ademais, é necessário que você receba alguns esclarecimentos sobre os possíveis riscos decorrentes do estudo, tais como:

- Levando em consideração que se trata de uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão atingidos após a sua realização, você poderá ficar desconfortável ou/e constrangido caso não consiga responder a alguma questão que será indagada durante a aplicação da entrevista. Se assim ocorrer, você é livre para se negar a responder, sem a necessidade de justificativa e isso não te acarretará em nenhum prejuízo.

- Poderá ocorrer possíveis incômodos com relação a crenças, religião e concepções pessoais acerca da temática. Diante disso, as pesquisadoras informam que não haverá julgamento, nem a tentativa de mudança de pensamento sobre valores e princípios familiares e pessoais, portanto, haverá neutralidade por parte das pesquisadoras.

- Visto que durante a intervenção da pesquisa você nos fornecerá dados confidenciais e demais informações, há o risco de utilização indevida por terceiros. Diante disso, é importante ressaltar que ninguém saberá que você estará participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem forneceremos a ninguém as informações que você nos confidenciar. Os resultados da pesquisa serão publicados, mas sem identificar os participantes.

Além do mais, você pode a qualquer momento, renunciar participar da pesquisa, ou não mais consentir com alguma informação fornecida, sem necessidade de justificativa, e por desejar retirar-se da pesquisa, não sofrerá nenhum prejuízo.

Por outro lado, é importante que você saiba que esse estudo possui inúmeros benefícios, tais como:

- Sua participação contribuirá para o crescimento e desenvolvimento de pesquisas na área da ES e da Sexualidade humana no contexto de formação inicial e continuada de professores.
- Por meio do contato com a temática da ES na formação inicial, os estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia sairão da Universidade com conhecimentos e informações de grande importância para utilização em sala de aula.
- Após a realização da pesquisa, as pesquisadoras voltarão à Universidade a fim de apresentar as necessidades de formação na área da ES que os estudantes possuíam, e de que forma a pesquisa contribuiu para a formação inicial dos mesmos.

Cabe ressaltar que não há nenhum valor econômico, a receber ou pagar por sua participação, quaisquer gastos que sejam envolvidos na pesquisa serão custeados pelas pesquisadoras responsáveis.

Em caso de dúvida ou reclamação, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UENP, cujos dados são: CEP/UENP, Rod. BR 369, Km 54, Bandeirantes – PR, CEP 86360-000, Caixa Postal 261, Fone (43) 3542-8056, funcionamento de segunda a sexta-feira das 7h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Ressaltamos, também, que esta pesquisa terá início somente após sua aprovação pelo Comitê de Ética da UENP.

Caso você tenha ou venha a ter alguma dúvida, poderá entrar em contato com a pesquisadora principal, Dra. Priscila Carozza Frasson Costa, no *E-mail* priscila@uenp.edu.br ou pelo telefone (43) 3542-3589 ou com a pesquisadora auxiliar Evelin Chaiane de Souza Cardoso, no *E-mail*: evelinccardoso0@gmail.com, ambas as pesquisadoras são vinculadas à Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Cornélio Procópio e se encontram disponíveis para responder e/ou atender a quaisquer dúvidas, sugestões ou contribuições que você deseje partilhar.

Este documento será assinado, rubricado e impresso em duas vias, sendo que uma ficará com você e a outra com as pesquisadoras responsáveis.

Após ter sido esclarecido(a), li e concordo em participar da pesquisa.

Jacarezinho, _____ de _____, 2019.

Assinatura do(a) Coordenador(a)

Assinatura da Pesquisadora Responsável
Dra. Priscila Carozza Frasson Costa

Assinatura da Pesquisadora
Evelin Chaiane de Souza Cardoso



APÊNDICE J – EMENTA DE DISCIPLINA

SUGESTÃO DE PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

| | |
|---|-------------------------------|
| Campus: Jacarezinho | |
| Centro: Ciências Humanas e da Educação | |
| Curso: Pedagogia | Modalidade: Presencial |

| | | |
|---|-----------------------------|-----------------|
| Disciplina: Educação e sexualidade | | |
| Carga Horária Semanal: | Carga Horária Total: | |
| | Teórica: | Prática: |
| () Obrigatória () Optativa | | |
| Números de Alunos por Turma: | | |
| Docente Responsável: | | |

| |
|---|
| Ementa: |
| Parâmetros Curriculares Nacionais (Inserção dos temas transversais). Objetivos do ensino de Educação Sexual. Fundamentos de Educação Sexual. Abordagem das relações de Gênero, Abuso Sexual Infantil e Relação Família e Escola na Educação Sexual. Formação de Educadores e Educadoras Sexuais. Elementos de planejamento do ensino da sexualidade. Métodos e estratégias para o ensino de Educação Sexual com alunos e alunas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. |

| |
|---|
| Conteúdo Programa: |
| <ol style="list-style-type: none"> 1- Introdução à Educação Sexual; 2- Gênero na Infância; 3- Abuso Sexual Infantil; 4- Relação Família e Escola; 5- Objetivos da Educação Sexual e Sexualidade; 6- Formação teórico-metodológica para abordagem da sexualidade com turmas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental; 7- Parâmetros Curriculares Nacionais; 8- Papel da escola e dos professores; 9- Desafios de Educadores Sexuais; 10- Atividades lúdicas para abordagem da sexualidade; 11- Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. |

| |
|--|
| Metodologia: |
| <ul style="list-style-type: none"> *Apresentação de aulas expositivas e participativas; *Debates em grupo; *Leituras; *Atividades práticas em grupo. |

| |
|---|
| CrITÉrios de Avaliação de Aprendizagem: |
| <p>As avaliações ocorrerão por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Participação nas aulas; *Discussões e leituras de textos; *Realização de atividades teóricas e práticas. |

| |
|---|
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA |
| <ol style="list-style-type: none"> 1- ARCARI, C. Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual para crianças. Rio Verde Goiás: Cores, 2012. 2- BONFIM, C. Educação sexual e formação de professores: da educação sexual que temos à educação que queremos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. |

- 3- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Comissão de Especialistas do Curso de Pedagogia. Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Brasília: MEC/SESU, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.
- 4- CÂNDIDO, E. L. *et al.* Características do abuso sexual no Brasil. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 114-121, 2020.
- 5- FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009.
- 6- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual no dia a dia: 1ª coletânea**. Londrina: [s.n.], 1999.
- 7- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018.
- 8- LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp-Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.
- 9- LORENZI, F. **A Educação Sexual na formação do/a pedagogo/a no estado do Paraná**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.
- 10- MOREIRA, D. A. F. **Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero: o lúdico como estratégia educativa**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.
- 11- MENDES, M. C. F.; MOURA, A. A.; ARAGÃO, M. P. A. A prática de professores da educação infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 1900-1914, 2020.
- 12- O QUE é trabalhar gênero nas escolas?. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Mary Neide Figueiró. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HkpoDtPkkzc>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1- HABIGZANG, L. F.; RAMOS, M. S.; KOLLER, S. H. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011.
- 2- MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75- 84, 2011.
- 3- MAXIMIANO, G. F.; SILVA, V. A.; NASCIMENTO, G. B. Política pública de acolhimento institucional: um instrumento de enfrentamento a situações de violência contra criança e adolescente. **Revista Humanidades e Inovação**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 140-150, 2019.
- 4- O QUE é Educação Sexual?. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Mary Neide Figueiró. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls. Acesso em: 30 jan. 2020.
- 5- RAMIRO, L. *et al.* Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 11-21, 2011.
- 6- RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. (org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17- 32.
- 7- XAVIER FILHA, C. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira?. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017.

Jacarezinho, ____ de _____ de _____.

Aprovado pelo Colegiado do Curso no dia ____ de _____ de _____.

Coordenador de Colegiado

Homologado pelo Conselho de Centro no dia ____ de _____ de _____.

Diretor de Centro